

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

BRGAAP

Exercício 2022

CAIXA



Índice	Página
Demonstrações Contábeis	
Balancos Patrimoniais.....	3
Demonstrações do Resultado.....	4
Demonstrações do Resultado Abrangente.....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstrações do Valor Adicionado.....	9
Notas Explicativas	
Nota 1 – Contexto operacional.....	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	11
Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis.....	14
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa.....	21
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	21
Nota 6 – Depósitos no Banco Central.....	23
Nota 7 – Títulos e valores mobiliários.....	24
Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos.....	32
Nota 9 – Carteira de crédito.....	37
Nota 10 – Outros ativos financeiros.....	44
Nota 11 – Investimentos.....	46
Nota 12 – Imobilizado de uso.....	53
Nota 13 – Intangível.....	54
Nota 14 – Outros ativos.....	54
Nota 15 – Recursos de clientes.....	56
Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras.....	58
Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários.....	61
Nota 18 – Outros passivos financeiros.....	66
Nota 19 – Provisões.....	67
Nota 20 – Tributos.....	73
Nota 21 – Benefícios a empregados.....	75
Nota 22 – Outros passivos.....	93
Nota 23 – Patrimônio líquido.....	94
Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias.....	96
Nota 25 – Despesas de pessoal.....	97
Nota 26 – Outras despesas administrativas.....	98
Nota 27 – Despesas tributárias.....	99
Nota 28 – Outras receitas operacionais.....	100
Nota 29 – Outras despesas operacionais.....	101
Nota 30 – Constituição e reversão de provisões.....	102
Nota 31 – Resultado não operacional.....	102
Nota 32 – Partes relacionadas.....	103
Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital.....	111
Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente.....	118
Nota 35 – Outras informações.....	119
Nota 36 – Eventos subsequentes.....	119
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	121
Relatório do Auditor Independente.....	126
Parecer do Conselho Fiscal.....	135
Parecer do Conselho de Administração.....	136



Balancos Patrimoniais

ATIVO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
DISPONIBILIDADES	4	11.701.432	12.349.967	11.701.252	12.370.639
ATIVOS FINANCEIROS		1.538.816.149	1.397.758.750	1.540.685.333	1.399.160.629
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	124.832.354	130.721.139	124.832.354	130.721.139
Depósitos no Banco Central	6	103.890.058	70.135.128	103.890.058	70.135.128
Títulos e valores mobiliários	7	239.478.788	269.886.657	240.094.361	268.764.685
Instrumentos financeiros derivativos	8	551.384	1.841.975	551.384	1.841.975
Carteira de crédito	9	1.012.173.119	867.214.599	1.013.271.878	869.541.823
Outros ativos financeiros	10	60.752.193	60.655.307	60.907.045	60.851.934
(Perdas por redução ao valor recuperável)	7 e 10	(2.861.747)	(2.696.055)	(2.861.747)	(2.696.055)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9	(46.427.588)	(38.814.960)	(46.427.588)	(38.814.960)
ATIVOS FISCAIS		56.416.310	52.744.683	56.428.194	52.748.994
Correntes		2.374.822	1.569.749	2.385.125	1.574.060
Diferidos	20	54.041.488	51.174.934	54.043.069	51.174.934
INVESTIMENTOS	11	11.079.580	10.635.768	10.940.418	11.263.148
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		11.078.088	9.864.862	10.938.699	10.492.276
Outros investimentos		1.492	781.254	1.752	781.254
(Perdas por redução ao valor recuperável)			(10.348)	(33)	(10.382)
IMOBILIZADO DE USO	12	3.013.332	3.519.919	3.013.354	3.519.937
Imobilizações de uso		10.930.731	11.144.020	10.930.797	11.144.069
Depreciação acumulada		(7.846.650)	(7.513.034)	(7.846.694)	(7.513.065)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(70.749)	(111.067)	(70.749)	(111.067)
INTANGÍVEL	13	2.531.516	3.026.320	2.531.516	3.026.320
Ativos intangíveis		5.175.348	5.285.047	5.175.348	5.285.047
Amortização acumulada		(2.630.707)	(2.245.308)	(2.630.707)	(2.245.308)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(13.125)	(13.419)	(13.125)	(13.419)
OUTROS ATIVOS	14	11.499.790	10.503.963	11.407.283	10.950.742
(OUTRAS PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)	14	(971.662)	(1.353.483)	(971.662)	(1.353.483)
TOTAL		1.587.658.859	1.450.370.927	1.589.308.100	1.452.871.966

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVOS FINANCEIROS		1.428.562.408	1.299.459.924	1.392.094.118	1.265.906.168
Recursos de clientes	15	601.982.476	573.084.858	601.981.087	573.084.420
Recursos de instituições financeiras e outras	16	629.291.222	583.899.712	628.372.474	583.899.712
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	157.330.380	102.694.662	121.782.209	69.141.344
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.165.000	1.680.715	1.165.000	1.680.715
Outros passivos financeiros	18	38.793.330	38.099.977	38.793.348	38.099.977
PROVISÕES	19	12.707.778	12.285.250	12.707.778	12.285.250
Fiscais, cíveis e trabalhistas		10.900.510	10.649.843	10.900.510	10.649.843
Outras provisões		1.807.268	1.635.407	1.807.268	1.635.407
PASSIVOS FISCAIS		6.068.254	6.438.965	6.191.264	6.568.855
Correntes		1.409.820	1.075.226	1.532.830	1.205.116
Diferidos	20	4.658.434	5.363.739	4.658.434	5.363.739
PASSIVOS ATUARIAIS	21	24.121.370	24.365.944	24.121.370	24.365.944
OUTROS PASSIVOS	22	31.385.511	31.665.875	31.585.896	32.216.075
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	84.813.538	76.154.969	122.607.674	111.529.674
Capital		68.851.000	68.000.000	68.851.000	68.000.000
Instrumento elegível ao capital principal				35.548.171	33.553.318
Reservas de reavaliação		224.426	225.521	224.426	225.521
Reservas de lucros		23.636.519	17.830.582	23.636.519	17.830.582
Outros resultados abrangentes		(7.898.407)	(9.901.134)	(7.898.407)	(9.901.134)
Participação dos não controladores				2.245.965	1.821.387
TOTAL		1.587.658.859	1.450.370.927	1.589.308.100	1.452.871.966

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do Resultado

DESCRIÇÃO	Nota	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
		2022	2021	2022	2021	2021	
		2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		85.779.419	155.200.728	97.136.034	85.896.165	155.384.554	97.211.779
Carteira de crédito	9 (e)	55.950.840	100.395.111	71.781.570	56.048.614	100.610.077	71.935.737
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6 (b)	9.521.833	17.521.035	7.270.184	9.521.833	17.521.035	7.270.184
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7 (d)	14.960.022	24.839.520	5.752.776	14.978.997	24.819.324	5.674.354
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	432.401	4.024.302	7.460.538	432.401	4.024.302	7.460.538
Resultado das aplicações no Banco Central	5 (b)	3.165.564	5.444.580	2.428.251	3.165.564	5.444.580	2.428.251
Resultado de outros ativos financeiros	10 (d)	1.748.759	2.976.180	2.442.715	1.748.756	2.965.236	2.442.715
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(59.035.259)	(105.742.592)	(52.894.119)	(58.378.539)	(104.463.849)	(51.384.856)
Recursos de instituições financeiras e outras	16 (d)	(32.534.668)	(57.990.675)	(30.040.510)	(32.491.010)	(57.891.317)	(30.030.164)
Recursos de clientes	15 (c)	(22.566.251)	(41.491.070)	(17.885.479)	(22.563.571)	(41.488.390)	(17.885.479)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17 (e)	(3.934.340)	(6.260.847)	(4.968.130)	(3.323.958)	(5.084.142)	(3.469.213)
PRO VISÃO PARA PERDAS ASSO CIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9 (i)	(7.843.379)	(15.641.925)	(11.055.958)	(7.843.379)	(15.641.925)	(11.056.074)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.900.781	33.816.211	33.185.957	19.674.247	35.278.780	34.770.849
O OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(10.685.124)	(20.691.964)	(15.465.461)	(10.792.448)	(20.305.731)	(18.344.370)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	10.997.887	21.504.973	22.693.076	12.930.600	25.106.508	23.899.651
Despesas de pessoal	25	(13.365.650)	(25.440.981)	(23.133.439)	(13.610.650)	(25.862.583)	(23.219.011)
O outras despesas administrativas	26	(6.968.263)	(12.594.571)	(11.813.381)	(7.027.106)	(12.698.128)	(11.853.943)
Despesas tributárias	27	(2.019.770)	(3.900.113)	(3.662.216)	(2.213.491)	(4.252.326)	(3.808.704)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	2.041.360	3.641.118	5.755.795	1.133.927	2.081.801	1.972.432
O outras receitas operacionais	28	7.117.115	11.586.866	7.505.340	6.497.351	10.822.323	7.543.078
O outras despesas operacionais	29	(8.487.803)	(15.489.256)	(12.810.636)	(8.503.079)	(15.503.326)	(12.877.873)
CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE PRO VISÕES	30	(2.593.435)	(5.403.274)	(4.462.629)	(2.593.435)	(5.403.274)	(4.485.708)
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(1.910.295)	(4.181.553)	(3.857.322)	(1.910.295)	(4.181.553)	(3.857.322)
O outras		(683.140)	(1.221.721)	(605.307)	(683.140)	(1.221.721)	(628.386)
RESULTADO OPERACIONAL		5.622.222	7.720.973	13.257.867	6.288.364	9.569.775	11.940.771
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31	(40.044)	398.171	3.201.779	256.677	694.893	7.228.444
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.582.178	8.119.144	16.459.646	6.545.041	10.264.668	19.169.215
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20 (a)	971.396	3.038.526	1.252.109	251.351	1.777.543	215.092
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.060.139)	(1.699.211)	(1.863.320)	(1.064.127)	(1.703.210)	(1.865.679)
PARTICIPAÇÃO DO S NÃO CONTROLADOS					(332.462)	(564.798)	(250.366)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		5.493.435	9.458.459	15.848.435	5.399.803	9.774.203	17.268.262

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do Resultado Abrangente

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2022	2021		2022	2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	5.493.435	9.458.459	15.848.435	5.399.803	9.774.203	17.017.896
Participação de acionistas não controladores				332.462	564.798	250.366
LUCRO LÍQUIDO TOTAL	5.493.435	9.458.459	15.848.435	5.732.265	10.339.001	17.268.262
ITENS QUE SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	316.695	1.280.971	(672.087)	335.524	1.300.633	(712.991)
Ativos financeiros disponíveis para venda	177.386	1.137.794	(77.438)	177.386	1.137.794	(77.438)
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda - próprios	338.249	2.169.603	(147.662)	338.249	2.169.603	(147.662)
Efeito fiscal	(160.863)	(1.031.809)	70.224	(160.863)	(1.031.809)	70.224
Participação no resultado abrangente de investimentos	90.321	96.097	(340.659)	122.376	129.356	(369.475)
O outros resultados abrangentes em investimentos	48.988	47.080	(253.990)	35.762	33.483	(266.078)
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	828.423	721.757	3.527.733	828.423	721.757	3.527.733
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	1.176.655	507.965	4.081.598	1.176.655	507.965	4.081.598
Efeito fiscal	(348.232)	213.792	(553.865)	(348.232)	213.792	(553.865)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	6.638.553	11.461.187	18.704.081	6.896.212	12.361.391	20.083.004
Resultado abrangente atribuível ao controlador	6.638.553	11.461.187	18.704.081	6.544.922	11.776.932	19.862.562
Resultado abrangente atribuível aos não controladores				351.290	584.459	220.442

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	INDIVIDUAL					TOTAL	
	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		LUCRO S/ PREJUÍZOS ACUMULADOS
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDO S EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	45.000.000	274.150	4.173.687	24.321.948	(12.756.780)	61.013.005	
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					2.855.646	2.855.646	
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(418.097)	(418.097)	
Avaliação atuarial líquida de impostos					3.527.733	3.527.733	
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(253.990)	(253.990)	
AUMENTO DE CAPITAL	23.000.000			(23.000.000)			
OUTROS		(48.629)				26.728	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						15.848.435	
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			863.158			(863.158)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				851.142		(851.142)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				10.620.647		(10.620.647)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(3.528.319)	
Dividendos propostos						(11.897)	
SALDO S EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.000.000	225.521	5.036.845	12.793.737	(9.901.134)	76.154.969	
SALDO S EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.000.000	225.521	5.036.845	12.793.737	(9.901.134)	76.154.969	
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					2.002.727	2.002.727	
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					1.233.891	1.233.891	
Avaliação atuarial líquida de impostos					721.757	721.757	
Outros ajustes de avaliação patrimonial					47.079	47.079	
AUMENTO DE CAPITAL	851.000					(851.000)	
OUTROS		(1.095)				17.435	
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCVS						(1.118.971)	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						9.458.459	
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			488.710			(488.710)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				217.268		(217.268)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.099.959		(5.099.959)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.699.855)	
Dividendos propostos						(131)	
SALDO S EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.851.000	224.426	5.525.555	18.110.964	(7.898.407)	84.813.538	
SALDO S EM 30 DE JUNHO DE 2022	68.851.000	212.308	5.036.845	11.942.737	(9.043.526)	80.970.007	
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					1.145.119	1.145.119	
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					267.709	267.709	
Avaliação atuarial líquida de impostos					828.423	828.423	
Outros ajustes de avaliação patrimonial					48.987	48.987	
AUMENTO DE CAPITAL				851.000		(851.000)	
OUTROS		12.118				23.935	
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCVS						(1.118.971)	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						5.493.434	
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			488.710			(488.710)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				217.268		(217.268)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.099.959		(5.099.959)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.699.855)	
Dividendos propostos						(131)	
SALDO S EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.851.000	224.426	5.525.555	18.110.964	(7.898.407)	84.813.538	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	CONSOLIDADO									
	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCRO S/ PREJUÍZO S ACUMULADOS	SUBTO TAL	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDO SEM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	45.000.000	31.808.129	274.150	4.173.687	24.321.948	(12.756.780)		92.821.134		92.821.134
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						2.855.646	(5.097)	2.850.549		2.850.549
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(418.097)	(5.097)	(423.194)		(423.194)
Avaliação atuarial líquida de impostos						3.527.733		3.527.733		3.527.733
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(253.990)		(253.990)		(253.990)
AUMENTO DE CAPITAL	23.000.000				(23.000.000)					
INSCRIÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.745.189						1.745.189		1.745.189
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									1.821.387	1.821.387
OUTROS			(48.629)				26.728	(21.901)		(21.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								17.268.262		17.268.262
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				863.158				(863.158)		
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					851.142			(851.142)		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					10.620.647			(10.620.647)		
Juros sobre o capital próprio propostos						(3.528.319)		(3.528.319)		(3.528.319)
Dividendos propostos							(11.897)	(11.897)		(11.897)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(1.414.730)	(1.414.730)		(1.414.730)
SALDO SEM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.000.000	33.553.318	225.521	5.036.845	12.793.737	(9.901.134)		109.708.287	1.821.387	111.529.674
SALDO SEM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.000.000	33.553.318	225.521	5.036.845	12.793.737	(9.901.134)		109.708.287	1.821.387	111.529.674
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						2.002.727		2.002.727		2.002.727
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						1.233.891		1.233.891		1.233.891
Avaliação atuarial líquida de impostos						721.757		721.757		721.757
Outros ajustes de avaliação patrimonial						47.079		47.079		47.079
AUMENTO DE CAPITAL	851.000							(851.000)		
INSCRIÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.994.853						1.994.853		1.994.853
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCVS							(1.118.971)	(1.118.971)		(1.118.971)
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									424.578	424.578
OUTROS			(1.095)				17.435	16.340		16.340
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								9.774.203		9.774.203
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				488.710				(488.710)		
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					217.268			(217.268)		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					5.099.959			(5.099.959)		
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.699.855)		(1.699.855)		(1.699.855)
Dividendos propostos							(131)	(131)		(131)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(315.744)	(315.744)		(315.744)
SALDO SEM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.851.000	35.548.171	224.426	5.525.555	18.110.964	(7.898.407)		120.361.709	2.245.965	122.607.674
SALDO SEM 30 DE JUNHO DE 2022	68.851.000	35.548.171	212.308	5.036.845	11.942.737	(9.043.526)	3.970.643	116.518.178	2.231.538	118.749.716
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						1.145.119		1.145.119		1.145.119
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						267.709		267.709		267.709
Avaliação atuarial líquida de impostos						828.423		828.423		828.423
Outros ajustes de avaliação patrimonial						48.987		48.987		48.987
AUMENTO DE CAPITAL					851.000			(851.000)		
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCVS							(1.118.971)	(1.118.971)		(1.118.971)
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									14,427	14,427
OUTROS			12,118				11,816	23,934		23,934
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								5,399,803		5,399,803
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				488,710				(488,710)		
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					217,268			(217,268)		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					5,099,959			(5,099,959)		
Juros sobre o capital próprio propostos						(1,699,855)		(1,699,855)		(1,699,855)
Dividendos propostos							(131)	(131)		(131)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							93,632	93,632		93,632
SALDO SEM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.851.000	35.548.171	224.426	5.525.555	18.110.964	(7.898.407)		120.361.709	2.231.538	122.607.674

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2022		2021	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
FLUXO S DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	13.528.877	31.962.531	29.769.440	13.628.758	32.634.917	25.396.983
Lucro Líquido	5.493.434	9.458.459	15.848.435	5.399.803	9.774.203	17.268.262
Ajustes ao Lucro Líquido:	<u>8.035.443</u>	<u>22.504.072</u>	<u>13.921.005</u>	<u>8.228.955</u>	<u>22.860.714</u>	<u>8.128.721</u>
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(1.946.581)	3.714.283	5.152.310	(2.101.609)	3.477.177	5.132.046
(Ganho) Perda em Investimentos			2.667.792			(6.862.618)
(Ganho) Perda na Venda de Imobilizado	670	1.112	(821)	670	1.112	(821)
(Ganho) Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	409.157	584.275	388.629	409.157	584.275	388.629
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7.843.379	15.641.925	11.055.958	7.843.379	15.641.925	11.056.074
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	1.095.347	2.094.800	1.715.631	1.095.347	2.094.800	1.715.631
Depreciações e Amortizações	958.721	1.909.571	1.815.058	958.727	1.909.583	1.815.068
Impostos Diferidos	(860.511)	(3.479.738)	(1.242.348)	(863.246)	(3.479.779)	(1.267.447)
Despesas com provisões para causas judiciais	1.910.296	4.181.553	3.857.322	1.910.296	4.181.553	3.857.322
Resultado de Participação em Coligadas	(2.041.361)	(3.641.118)	(5.755.795)	(1.133.927)	(2.081.801)	(1.972.432)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	666.326	1.497.409	(5.732.731)	110.161	531.869	(5.732.731)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(26.602.932)	(51.242.576)	(97.963.129)	(25.638.257)	(49.996.564)	(101.047.119)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.434.620	5.457.919	2.200.155	1.434.620	5.457.919	2.200.155
(Aumento) Redução em TVM para negociação	9.131.903	10.361.578	(11.204.082)	8.870.933	9.979.105	(10.032.874)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(34.759.650)	(33.754.930)	14.036.588	(34.759.650)	(33.754.930)	14.036.588
(Aumento) Redução na Carteira de crédito	(88.840.234)	(152.987.817)	(86.521.722)	(88.172.247)	(151.759.352)	(88.849.062)
(Aumento) Redução em O outros Ativos financeiros	(981.130)	(2.167.852)	(2.483.211)	(935.133)	(2.126.077)	(2.597.898)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	271.970	(191.889)	(320.743)	270.991	(199.421)	(216.213)
(Aumento) Redução em O outros Ativos	(1.034.110)	(3.854.459)	899.363	(714.216)	(2.862.103)	265.692
(Redução) Aumento em Recursos com instituições financeiras e outras	24.379.664	45.391.510	47.176.599	23.806.032	44.472.762	47.176.599
(Redução) Aumento em Recursos de clientes	25.553.484	28.897.618	(46.328.871)	25.552.728	28.896.667	(46.328.961)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	44.183.104	54.582.701	(5.856.184)	44.832.901	55.232.497	(7.270.914)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(70.198)	(515.715)	(115.594)	(70.198)	(515.715)	(115.594)
(Redução) Aumento em O outros Passivos Financeiros	614.528	693.353	(22.867)	614.540	693.371	(22.867)
(Redução) Aumento em Provisões	(2.508.777)	(3.759.025)	(2.493.048)	(2.508.777)	(3.759.025)	(2.508.838)
(Redução) Aumento em Passivos Fiscais	(1.022.795)	(466.859)	815.624	(1.024.283)	(473.739)	864.605
(Redução) Aumento em Passivos Atuariais	(1.275.762)	(1.617.617)	(2.329.065)	(1.275.762)	(1.617.617)	(2.329.065)
(Redução) Aumento em O outros Passivos	(2.261.006)	1.684.409	(6.413.668)	(2.142.193)	1.334.595	(6.316.069)
Imposto de renda e contribuição social pagos	581.457	1.004.499	997.597	581.457	1.004.499	997.597
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(13.074.055)	(19.280.045)	(68.193.689)	(12.009.499)	(17.361.647)	(75.650.136)
FLUXO S DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO S						
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	4.360.098	11.533.091	(21.678.592)	3.796.322	10.415.125	(19.695.405)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(124.303)	7.525.564	(452.232)	(124.303)	7.525.564	(452.232)
(Aumento) Redução em investimentos	2.393.417	3.197.306	2.359.312	2.077.871	2.404.531	2.359.312
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	723.565	1.892.536		523.677	1.439.466	
Alienação de Investimentos			4.973.860			8.667.431
Alienação de Imobilizado de Uso	25.039	29.772	111.855	25.039	29.772	111.855
Aquisição de Imobilizado de Uso	(336.024)	(446.466)	(876.737)	(336.024)	(446.483)	(876.737)
Baixa de Intangível	430	2.676	386.203	430	2.676	386.203
Aquisição de Intangível	(368.477)	(495.273)	(1.825.934)	(368.477)	(495.273)	(1.825.934)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO S	6.673.745	23.239.206	(17.002.265)	5.594.535	20.875.378	(11.325.507)
FLUXO S DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO S						
Dividendos e Juros sobre capital próprio		(3.591.428)			(3.591.428)	
Remuneração de IHCD pagos		(1.447.134)	(547.895)		(1.447.134)	(547.895)
Variação da participação dos acionistas não controladores				14.427	424.578	1.800.356
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO S		(5.038.562)	(547.895)	14.427	(4.613.984)	1.252.461
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.400.310)	(1.079.401)	(85.743.849)	(6.400.537)	(1.100.253)	(85.723.182)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do período	141.149.004	135.828.095	221.571.944	141.149.051	135.848.767	221.571.949
Caixa e Equivalentes no fim do período	134.748.694	134.748.694	135.828.095	134.748.514	134.748.514	135.848.767
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.400.310)	(1.079.401)	(85.743.849)	(6.400.537)	(1.100.253)	(85.723.182)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO					
	2022		2021		2022		2021		2022		2021	
	2º semestre		Exercício		Exercício		2º semestre		Exercício		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	96.220.963		173.415.990		120.048.020		97.947.379		176.733.530		125.472.224	
Intermediação financeira	85.779.419		155.200.728		97.136.034		85.896.165		155.384.554		97.211.779	
Prestação de serviços com tarifas	10.997.887		21.504.973		22.693.076		12.930.600		25.106.508		23.899.651	
Provisão para devedores duvidosos	(7.843.379)		(15.641.925)		(11.055.958)		(7.843.379)		(15.641.925)		(11.056.074)	
Outras	7.287.036		12.352.214		11.274.868		6.963.993		11.884.393		15.416.868	
2. DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	59.035.259		105.742.592		52.894.119		58.378.539		104.463.849		51.384.856	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	16.132.674		29.777.022		26.239.789		16.205.232		29.890.375		26.446.810	
Materiais, energia e outros	1.630.446		3.124.324		3.045.633		1.683.720		3.214.537		3.077.192	
Processamento de dados e comunicações	1.501.080		2.589.135		2.422.862		1.502.051		2.590.920		2.423.524	
Propaganda, publicidade e promoções	230.216		282.073		310.617		230.219		282.076		310.617	
Serviços de terceiros e especializados	932.891		1.619.098		1.672.811		935.843		1.626.236		1.679.646	
Serviços de vigilância e segurança	546.838		902.685		946.851		546.920		902.829		946.904	
Outras	<u>11.291.203</u>		<u>21.259.707</u>		<u>17.841.015</u>		<u>11.306.479</u>		<u>21.273.777</u>		<u>18.008.927</u>	
Serviços delegados pelo Governo Federal	1.101.930		1.909.606		1.086.927		1.101.930		1.909.606		1.086.927	
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	2.448.407		4.595.424		4.199.963		2.448.407		4.595.424		4.199.963	
Descontos de operações de crédito	376.236		554.451		448.034		376.236		554.451		448.034	
Despesas com cartão de crédito/ débito	514.268		1.014.051		996.209		514.268		1.014.680		997.151	
Benefício pós-emprego	1.095.347		2.094.800		1.715.631		1.095.347		2.094.800		1.715.631	
Provisões operacionais diversas	3.089.189		6.176.446		5.205.317		3.089.189		6.176.446		5.305.992	
Demais	2.665.826		4.914.929		4.188.934		2.681.102		4.928.370		4.255.229	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	21.053.030		37.896.376		40.914.112		23.363.608		42.379.306		47.640.558	
5. RETENÇÕES	958.721		1.909.571		1.815.058		958.728		1.909.583		1.815.068	
Depreciação, amortização e exaustão	958.721		1.909.571		1.815.058		958.728		1.909.583		1.815.068	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	20.094.309		35.986.805		39.099.054		22.404.880		40.469.723		45.825.490	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.041.360		3.641.118		5.755.795		1.133.927		2.081.801		1.972.432	
Resultado de equivalência patrimonial	2.041.360		3.641.118		5.755.795		1.133.927		2.081.801		1.972.432	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+ 7)	22.135.669		39.627.923		44.854.849		23.538.807		42.551.524		47.797.922	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22.135.669	100,00	39.627.923	100,00	44.854.849	100,00	23.538.807	100,00	42.551.524	100,00	47.797.922	100,00
Pessoal	12.572.666	56,80	23.574.167	59,49	21.687.370	48,35	12.809.707	54,42	23.977.177	56,35	21.770.480	45,55
Remuneração direta	9.199.398		17.200.773		15.935.635		9.267.943		17.326.644		15.960.626	
Benefícios	2.742.637		5.160.001		4.646.647		2.906.334		5.427.936		4.703.122	
FGTS	630.631		1.213.393		1.105.088		635.430		1.222.597		1.106.732	
Impostos, taxas e contribuições	2.901.497	13,11	4.427.612	11,17	5.719.496	12,75	3.827.210	16,26	6.063.399	14,25	6.907.822	14,45
Federais	2.537.730		3.627.255		4.882.411		3.441.736		5.221.089		6.064.397	
Estaduais	295		949		772		295		949		772	
Municipais	363.472		799.408		836.313		385.179		841.361		842.653	
Remuneração de capitais de terceiros	1.168.071	5,28	2.167.685	5,47	1.599.549	3,57	1.169.625	4,97	2.171.947	5,10	1.600.992	3,35
Alugueiros	1.168.071		2.167.685		1.599.549		1.169.625		2.171.947		1.600.992	
Remuneração de capitais próprios	5.493.435	24,82	9.458.459	23,87	15.848.434	35,33	5.732.265	24,35	10.339.001	24,30	17.518.628	36,65
Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.699.855		2.531.502		3.528.319		1.699.855		2.531.502		3.528.319	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(93.632)		315.744		(1.414.730)	
Lucros retidos	3.793.580		6.926.957		12.320.115		3.793.580		6.926.957		15.655.405	
Participação dos não controladores nos lucros retidos							332.462		564.798		(250.366)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Instituição”) é uma instituição financeira com 162 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Economia. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes CAIXA Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão e agências-barco. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e agronegócio; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias CAIXA Cartões e CAIXA Asset. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio da controlada CAIXA Seguridade S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Casa Verde e Amarela. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito ao agronegócio.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Auxílio Brasil, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial e aposentadoria e pensões vinculadas ao INSS.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (FDPVAT), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é auditada no trabalho de auditoria independente das demonstrações contábeis da CAIXA.



Descrição	Principais Fundos e Programas Sociais	
	31/12/2022 (1)	31/12/2021
FGTS	642.181.755	605.637.000
FAR	23.572.885	26.863.895
FCVS	18.991.943	17.766.688
FDPVAT	3.773.241	3.796.291
FDS	3.483.629	3.717.652
FGHAB	3.107.795	2.882.021
FGS	1.527.849	1.421.500
FGCN	57.047	56.855
FAS	25.406	24.728
Total	696.721.550	662.166.630

(1) Posição patrimonial de acordo com o Balanço dos fundos. Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base jun/22), FGHAB (data-base out/22) e FGI (data-base nov/22).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações contábeis de 31/12/2022 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 15/03/2023 e pelo Conselho de Administração em 20/03/2023.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Resolução CMN nº 4.818/2020, do Banco Central do Brasil (BACEN) – Resolução BCB nº 2/2020, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor de mercado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA; as controladas CAIXA Loterias, CAIXA Cartões, CAIXA Seguridade, CAIXA Asset; e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stone III e Fundo de Investimento Caixa Ibirapuera Renda Fixa e foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos intercompanhia das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.



As demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art.º 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis da CAIXA Loterias, da CAIXA Cartões, da CAIXA Seguridade, da CAIXA Asset, do FIDC Stone III, do FI CAIXA Ibirapuera e da CAIXA são preparadas utilizando práticas contábeis consistentes, quando há diferença são feitos ajustes de modo a convergir às práticas contábeis da CAIXA. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As empresas em que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(d) Alterações nas políticas contábeis

Nova metodologia de cálculo da provisão do FCVS

O modelo de provisão para perdas com contratos com cobertura do FCVS, vigente até outubro de 2022, utilizava o método da Cadeia de Markov, com variáveis mais associadas ao risco de crédito e na probabilidade de os contratos se manterem com status de negativa de cobertura pelo administrador do FCVS.

Implementado em novembro de 2022, o modelo com nova base de avaliação para cálculo da provisão para perdas com o FCVS amparado em conceitos de risco operacional, utilizando-se de premissas e variáveis mais aderentes à realidade da situação dos contratos com cobertura do FCVS, resulta em informação contábil mais confiável e mais relevante para o usuário da informação.

A aplicação do modelo com nova base de avaliação ocorreu de modo prospectivo por ser impraticável sua aplicação retroativa, não sendo possível mensurar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo da mudança já que não seria possível refletir as melhorias de processo aplicadas pelo Agente Financeiro, que impactaram a nova metodologia aplicada, em momento pretérito (Nota 10 (b)).

A mudança de política contábil pela adoção da nova base de avaliação para cálculo da provisão para perdas com o FCVS produziu efeitos nestas Demonstrações Contábeis, com incremento no saldo da provisão para perdas com FCVS ajustado em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, com reflexo no Patrimônio Líquido da CAIXA, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Nota 23 (e)).

(e) Normas aplicáveis no período corrente e futuros

Normas aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2022

A Resolução CMN nº 4.817/2020 dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os demais investimentos, sobre os quais não há



influência significativa da CAIXA, são classificados como TVM e mensurados de acordo com a regulamentação específica aplicável a instrumentos financeiros.

A Resolução BCB nº 33/2020 dispõe sobre os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações sobre a aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto, sobre as participações já registradas e sobre as operações de fusão, incorporação e cisão. Desse modo, os novos requisitos de divulgação passaram a ser evidenciados na NE 11.

A Resolução CMN n.º 4.924/2021 estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O banco avaliou os requisitos da norma, e não identificou impactos significativos nas práticas de mensuração, reconhecimento e evidência vigentes.

Normas a serem aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2025

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) em busca da convergência ao padrão internacional previsto no IFRS 9. Conforme Art. 76 da referida norma, apresentamos a seguir o plano de implementação resumido estruturado em macro ações:

Ação	Data final prevista
Desenvolver Solução Tecnológica a partir das regras de negócio	abr/24
Homologar Solução Tecnológica	jun/24
Implantar e Validar Solução Tecnológica	ago/24
Documentar Procedimentos e Políticas	dez/24

A Resolução CMN nº 4.975/2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes da implementação da norma estão sob análise na CAIXA.

A Resolução BCB nº 255/2022 e a Instrução Normativa BCB nº 318/2022 dispõe sobre a utilização do padrão contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Os impactos decorrentes da implementação do novo padrão do plano de contas Cosif estão sob análise na CAIXA.

Derivada da conversão da Medida Provisória nº. 1.128, de 05 de julho de 2022, foi promulgada a lei nº. 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorrida no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com isso, a partir de 01 de janeiro de 2025, a CAIXA deverá estar preparada para a adoção de novos procedimentos para a dedução das comentadas perdas na apuração das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido, considerando: (i) a dedutibilidade de operações com atraso superior a noventa dias, observada a aplicação dos fatores para dedução contidos na norma; e (ii) que os créditos inadimplidos e não aproveitados até 31 de dezembro de 2024, somente poderão ser deduzidos à razão de um trinta e seis avos a partir de janeiro de 2025. Os impactos decorrentes da implementação desta lei estão sob análise na CAIXA.

(f) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em maio de 2022 a Corregedoria da CAIXA instaurou investigação interna ("Investigação") para a apuração de denúncia mencionando a eventual prática de condutas inadequadas por ex-dirigente da empresa. A Investigação foi encerrada e seus resultados encaminhados ao Conselho de Administração e aos órgãos externos de controle e investigação.

O Conselho de Administração adotou procedimentos que fortaleceram a governança do banco para investigar as denúncias, proteger denunciante e empregados do banco, bem como a própria Instituição, assim em 30 de junho de 2022, este determinou uma investigação independente ("Investigação Independente"), conduzida por escritório de advocacia.

Como medida de aprimoramento de padrões de governança, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa a adequação de sua estrutura organizacional, com destaque para a migração da Corregedoria (CORED) e unidades



vinculadas, anteriormente subordinadas à Presidência da Instituição, para o Conselho de Administração (CA) a partir de 20 de julho de 2022, para reforçar a autonomia e isonomia na atuação da CORED.

A Investigação Independente foi encerrada em 22 de dezembro de 2022 e seus resultados apresentados em 16 de janeiro de 2023 ao Conselho de Administração, que acolheu as recomendações e as encaminhou para implementação com o acompanhamento da Auditoria Interna, dando por finalizada seus trabalhos.

A Administração registra que condutas ilícitas não são toleradas, em especial as de assédio sexual ou de qualquer natureza, e, se comprovadamente praticadas por agentes da instituição, receberão o devido tratamento previsto na legislação e nas normas internas da empresa, respeitados o contraditório e a ampla defesa. Ainda que as investigações, interna e independente, tenham se encerrado, a CAIXA continuará colaborando com as autoridades competentes.

Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez e finalidade de atendimento a compromissos de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor de mercado.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

- **Venda com compromisso de recompra:** Os títulos de renda fixa de terceiros utilizados para lastrear as operações compromissadas são registrados no ativo, na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Tais captações são registradas como posição financiada.
- **Compra com compromisso de revenda:** Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros são registrados pelo valor de liquidação na posição bancada. Os títulos adquiridos com compromisso de



revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota Explicativa 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos que não se enquadram nas categorias para negociação e mantidos até o vencimento. São ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta de “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, excluídos os efeitos tributários. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota Explicativa 7.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como *Hedge* de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa 8.



(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com a observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

Os valores de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os instrumentos derivativos do tipo swaps são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor de mercado de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco como commodities e índices de bolsas.

(h) Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, do “AA” ao “H”, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, haverá a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008, as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo como “Operações de crédito”. Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.



As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são apresentadas na Nota Explicativa 9.

(i) Tributos

Os tributos aplicáveis à CAIXA e suas subsidiárias são apurados com base nas alíquotas apresentadas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) A alíquota de 20% é aplicável à CAIXA, 15% para a CAIXA Asset e 9% para as demais empresas do conglomerado. No período de 1º de agosto até 31 de dezembro de 2022 a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é elevada em 1% para os bancos e demais entidades financeiras, conforme previsão constante na Lei nº 14.446, de 02/09/2022.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. A partir de 1º de janeiro de 2021, os critérios para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, foram consolidados por meio da Resolução CMN nº 4.842/2020. Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentadas na Nota Explicativa 20.

(j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

A composição dos valores em investimentos assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11.

(k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A composição dos valores registrados em imobilizado de uso são apresentados na Nota Explicativa 12.



(l) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Projetos logiciais – *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(m) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado. A composição dos valores registrados como despesas antecipadas é apresentada na Nota Explicativa 14.

(n) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Compostos basicamente por imóveis adjudicados, imóveis recebidos por dação em pagamento de empréstimos, bem como imóveis CAIXA que eram de uso e a entidade decidiu descontinuar o seu uso. São registrados pelo menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores registrados como outros valores e bens não de uso são apresentados na Nota Explicativa 14 (b).

(o) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A CAIXA promove a avaliação dos ativos financeiros e não financeiros no mínimo anualmente ou a qualquer tempo quando forem conhecidos fatos que interfiram em seu valor com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, é estimado valor recuperável do ativo e, caso se confirme, tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 4.924/2021).

(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15, 16 e 17 respectivamente.

Por tratar-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.



(q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões passivas e das contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais avaliadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas. Passivos contingentes cuja avaliação da probabilidade de perda é remota não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e avaliação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.
- **Provisões passivas:** são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. O registro de provisões passivas ocorre sempre que a perda for avaliada como provável, o que caracteriza uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e desde que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.
- **Provisão para garantias financeiras prestadas:** a provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.
- **Ativos contingentes:** a CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 19.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.



Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local se apresentar em montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação se dá em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais. Sendo assim, as notas de Benefícios a Empregados são elaboradas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro e seu detalhamento é apresentado na Nota Explicativa 21.

(s) Outros ativos e passivos financeiros e não financeiros

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*. O detalhamento dos ativos e passivos não financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 10, 14, 18 e 22.

(t) Receitas antecipadas

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual. O detalhamento das receitas antecipadas é apresentado na Nota Explicativa 18.

(u) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 34.

(v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 36 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.



Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Descrição	INDIVIDUAL	
	31/12/2022	31/12/2021
Total de disponibilidades (caixa)	11.701.432	12.349.967
Disponibilidade em moeda nacional (1)	11.431.613	12.078.580
Disponibilidade em moeda estrangeira	269.819	271.387
Aplicações interfinanceiras de liquidez	123.047.263	123.478.128
Total	134.748.695	135.828.095

(1) Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/12/2022 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 11.431.433 (31/12/2021 – R\$ 12.099.252).

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				31/12/2022	31/12/2021
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	34.548.919	-	-	-	34.548.919	39.544.787
Letras financeiras do tesouro	9.369.074	-	-	-	9.369.074	56.295
Letras do tesouro nacional	508.953	-	-	-	508.953	1.000.000
Notas do tesouro nacional	24.670.892	-	-	-	24.670.892	38.488.492
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	88.498.344	-	-	-	88.498.344	83.702.805
Letras financeiras do tesouro	29.012.627	-	-	-	29.012.627	-
Notas do tesouro nacional	59.485.717	-	-	-	59.485.717	83.702.805
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	93.722	1.552.207	139.162	1.785.091	7.473.547
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	381.030
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	-	93.722	1.552.207	140.153	1.786.082	7.096.672
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	-	-	-	(991)	(991)	(4.155)
Total	123.047.263	93.722	1.552.207	139.162	124.832.354	130.721.139
Ativo circulante					124.693.192	130.272.666
Ativo não circulante					139.162	448.473



(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em letras financeiras do tesouro, letras do tesouro nacional, depósitos interfinanceiros e em letras financeiras incluem acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e os Bancos BMG, BTG Pactual S.A., Banco DAYCOVAL, Banco Mercantil do Brasil, BASER, Bank of America Merrill Lynch, Sicoob e Cresol, conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Letras financeiras do tesouro	-	1.689.471
BTG Pactual S.A	-	1.056.016
Sicoob S.A	-	633.455
Letras do tesouro nacional	-	293.213
Bank of America Merrill Lynch S.A	-	267.763
Coop. Central Cred. Rural Interação Solid. BASER	-	25.450
Depósitos interfinanceiros	68.060	23.672
BMG S.A	8.634	23.594
DAYCOVAL	-	78
Banco Mercantil do Brasil	59.426	-
Letras financeiras	-	11.506
Cresol	-	11.506
Total	68.060	2.017.862

(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	9.458.084	17.408.780	7.131.344
Posição bancada	1.940.350	4.244.725	2.438.476
Posição financiada	7.517.734	13.164.055	4.692.868
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	63.749	112.255	138.840
Total	9.521.833	17.521.035	7.270.184



Nota 6 – Depósitos no Banco Central

(a) Créditos vinculados - depósitos no BACEN

Compostos por recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA.

Descrição	Remuneração	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	8.430.587	4.573.060
Compulsório sobre depósito de poupança	Índice da poupança	56.168.861	51.015.414
Compulsório sobre depósitos à prazo	Taxa SELIC	13.738.285	10.167.758
Conta de pagamentos instantâneos	Não remunerado	4.552.325	4.378.896
Depósitos voluntários	Taxa SELIC	21.000.000	-
Total		103.890.058	70.135.128
Ativo circulante		103.890.058	70.135.128
Ativo não circulante		-	-

(b) Resultado das aplicações no Banco Central

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	2.251.806	4.089.132	1.996.120
Depósitos voluntários no Banco Central	349.813	349.813	-
Exigibilidade sobre recursos a prazo	563.945	1.005.635	432.131
Total	3.165.564	5.444.580	2.428.251



Nota 7 – Títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL				31/12/2022	31/12/2021
	Carteira Própria – Livre	Vinculados				
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos	45.544.091	151.354.354	14.597.957	7.848.826	219.345.228	254.307.376
Letras financeiras do tesouro	13.221.348	84.978.496	14.591.994	7.848.826	120.640.664	149.755.428
Letras do tesouro nacional	22.305.409	66.375.858	1.431	-	88.682.698	93.622.025
Notas do tesouro nacional	9.797.228	-	4.532	-	9.801.760	10.704.565
Tesouro nacional/securitização	220.106	-	-	-	220.106	225.358
Títulos – empresas	14.456.216	3.241.769	-	-	17.697.985	13.345.871
Debêntures	3.899.146	1.745.673	-	-	5.644.819	2.514.464
Notas Promissórias	213.050	-	-	-	213.050	-
Cotas de fundos (1)	3.055.436	-	-	-	3.055.436	1.967.252
Certificado de recebíveis imobiliários	1.915.265	1.496.096	-	-	3.411.361	3.441.857
Ações	32.745	-	-	-	32.745	71.021
Letras financeiras	5.340.574	-	-	-	5.340.574	5.351.277
Total	60.000.307	154.596.123	14.597.957	7.848.826	237.043.213	267.653.247
Ativo circulante					122.316.380	141.276.853
Ativo não circulante					114.726.833	126.376.394

(1) Os investimentos do FGO, FGAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020. Os referidos fundos possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base jun/22), FGAB (data-base out/22) e FGI (data-base nov/22).



Descrição	CONSOLIDADO				31/12/2022	31/12/2021
	Carteira Própria – Livre	Vinculados				
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos	45.968.668	151.354.354	14.597.957	7.848.826	219.769.805	254.308.652
Letras financeiras do tesouro	13.645.925	84.978.496	14.591.994	7.848.826	121.065.241	149.756.704
Letras do tesouro nacional	22.305.409	66.375.858	1.431	-	88.682.698	93.622.025
Notas do tesouro nacional	9.797.228	-	4.532	-	9.801.760	10.704.565
Tesouro nacional/securitização	220.106	-	-	-	220.106	225.358
Títulos – empresas	14.647.212	3.241.769	-	-	17.888.981	12.222.623
Debêntures	3.899.146	1.745.673	-	-	5.644.819	2.514.464
Notas Promissórias	213.050	-	-	-	213.050	-
Cotas de fundos (1)	3.246.432	-	-	-	3.246.432	844.004
Certificado de recebíveis imobiliários	1.915.265	1.496.096	-	-	3.411.361	3.441.857
Ações	32.745	-	-	-	32.745	71.021
Letras financeiras	5.340.574	-	-	-	5.340.574	5.351.277
Total	60.615.880	154.596.123	14.597.957	7.848.826	237.658.786	266.531.275
Ativo circulante					122.931.954	140.154.881
Ativo não circulante					114.726.832	126.376.394

(1) Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020. Os referidos fundos possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base jun/22), FGHAB (data-base out/22) e FGI (data-base nov/22).



(b) Classificação da carteira por prazo

Em 31/12/2022 a classificação por prazo da carteira de TVM – Títulos e valores mobiliários apresenta a segregação a seguir:

Descrição	INDIVIDUAL								
	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	221.551.582	(2.138.729)	(67.625)	219.345.228	219.322.345	-	7.641.988	4.318.561	207.384.679
Letras financeiras do tesouro	120.606.173	64.394	(29.903)	120.640.664	120.640.664	-	366.976	1.507.384	118.766.304
Letras do tesouro nacional	90.891.845	(2.186.065)	(23.082)	88.682.698	88.682.698	-	1.902.677	2.811.177	83.968.844
Notas do tesouro nacional	9.816.807	(17.058)	2.011	9.801.760	9.778.877	-	5.372.335	-	4.429.425
Tesouro nacional/securitização	236.757	-	(16.651)	220.106	220.106	-	-	-	220.106
Títulos – empresas	15.944.505	(82.798)	1.836.278	17.697.985	17.021.389	3.088.181	-	916.101	13.693.703
Debêntures	5.597.266	-	47.553	5.644.819	4.821.228	-	-	486.061	5.158.758
Notas promissórias	192.601	-	20.449	213.050	213.050	-	-	-	213.050
Cotas de fundos	1.374.704	-	1.680.732	3.055.436	3.055.436	3.055.436	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.439.954	-	(28.593)	3.411.361	3.558.356	-	-	-	3.411.361
Ações	124.743	(82.798)	(9.200)	32.745	32.745	32.745	-	-	-
Letras financeiras	5.215.237	-	125.337	5.340.574	5.340.574	-	-	430.040	4.910.534
Total – TVM	237.496.087	(2.221.527)	1.768.653	237.043.213	236.343.734	3.088.181	7.641.988	5.234.662	221.078.382
Para negociação	114.470.996	(2.221.527)	-	112.249.469	112.249.469	17.650	1.561.709	4.318.561	106.351.549
Disponíveis para venda	112.899.047	-	1.768.653	114.667.700	114.667.700	3.070.531	707.944	916.101	109.973.124
Mantidos até o vencimento	10.126.044	-	-	10.126.044	9.426.565	-	5.372.335	-	4.753.709
Total	237.496.087	(2.221.527)	1.768.653	237.043.213	236.343.734	3.088.181	7.641.988	5.234.662	221.078.382



CONSOLIDADO

Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	221.942.381	(2.104.951)	(67.625)	219.769.805	219.746.922	-	7.641.988	4.318.561	207.809.256
Letras financeiras do tesouro	120.996.972	98.172	(29.903)	121.065.241	121.065.241	-	366.976	1.507.384	119.190.881
Letras do tesouro nacional	90.891.845	(2.186.065)	(23.082)	88.682.698	88.682.698	-	1.902.677	2.811.177	83.968.844
Notas do tesouro nacional	9.816.807	(17.058)	2.011	9.801.760	9.778.877	-	5.372.335	-	4.429.425
Tesouro nacional/securitização	236.757	-	(16.651)	220.106	220.106	-	-	-	220.106
Títulos – empresas	15.932.173	120.530	1.836.278	17.888.981	17.212.385	3.279.177	-	916.101	13.693.703
Debêntures	5.597.266	-	47.553	5.644.819	4.821.228	-	-	486.061	5.158.758
Notas promissórias	192.601	-	20.449	213.050	213.050	-	-	-	213.050
Cotas de fundos	1.362.372	203.328	1.680.732	3.246.432	3.246.432	3.246.432	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.439.954	-	(28.593)	3.411.361	3.558.356	-	-	-	3.411.361
Ações	124.743	(82.798)	(9.200)	32.745	32.745	32.745	-	-	-
Letras financeiras	5.215.237	-	125.337	5.340.574	5.340.574	-	-	430.040	4.910.534
Total – TVM	237.874.554	(1.984.421)	1.768.653	237.658.786	236.959.307	3.279.177	7.641.988	5.234.662	221.502.959
Para negociação	115.698.749	(1.984.421)	-	113.714.328	113.714.328	1.057.931	1.561.709	4.318.561	106.776.127
Disponíveis para venda	112.049.761	-	1.768.653	113.818.414	113.818.414	2.221.246	707.944	916.101	109.973.123
Mantidos até o vencimento	10.126.044	-	-	10.126.044	9.426.565	-	5.372.335	-	4.753.709
Total	237.874.554	(1.984.421)	1.768.653	237.658.786	236.959.307	3.279.177	7.641.988	5.234.662	221.502.959

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.



(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o resultado da instituição.

Os títulos da categoria “I – Títulos para negociação” são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Descrição	INDIVIDUAL									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	1.561.709	4.318.561	106.351.549	114.370.548	(2.138.729)	112.231.819	129.907.702	(5.113.421)	124.794.281
Letras financeiras do tesouro	-	3.357	1.507.384	20.015.158	21.461.505	64.394	21.525.899	31.956.135	9.194	31.965.329
Letras do tesouro nacional	-	1.558.352	2.811.177	83.659.376	90.214.970	(2.186.065)	88.028.905	95.259.761	(5.102.816)	90.156.945
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.677.015	2.694.073	(17.058)	2.677.015	2.691.806	(19.799)	2.672.007
Títulos - empresas	17.650	-	-	-	100.448	(82.798)	17.650	100.448	(62.155)	38.293
Ações	17.650	-	-	-	100.448	(82.798)	17.650	100.448	(62.155)	38.293
Total	17.650	1.561.709	4.318.561	106.351.549	114.470.996	(2.221.527)	112.249.469	130.008.150	(5.175.576)	124.832.574

Descrição	CONSOLIDADO									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	1.561.709	4.318.561	106.776.127	114.761.348	(2.104.951)	112.656.397	129.908.927	(5.113.370)	124.795.557
Letras financeiras do tesouro	-	3.357	1.507.384	20.439.736	21.852.305	98.172	21.950.477	31.957.360	9.245	31.966.605
Letras do tesouro nacional	-	1.558.352	2.811.177	83.659.376	90.214.970	(2.186.065)	88.028.905	95.259.761	(5.102.816)	90.156.945
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.677.015	2.694.073	(17.058)	2.677.015	2.691.806	(19.799)	2.672.007
Títulos - empresas	1.057.931	-	-	-	937.401	120.530	1.057.931	924.239	(41.942)	882.297
Cotas de fundos	1.040.281	-	-	-	836.953	203.328	1.040.281	823.791	20.213	844.004
Ações	17.650	-	-	-	100.448	(82.798)	17.650	100.448	(62.155)	38.293
Total	1.057.931	1.561.709	4.318.561	106.776.127	115.698.749	(1.984.421)	113.714.328	130.833.166	(5.155.312)	125.677.854



(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001.

Os papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*) de R\$ 178.333 no Exercício de 2022 (R\$ 9.977 no Exercício de 2021).

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.

Descrição	INDIVIDUAL									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Sem vencimento	01 a 91 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	707.944	-	99.533.985	100.309.554	(67.625)	100.241.929	115.659.351	(675.536)	114.983.815
Letras financeiras do tesouro	-	363.619	-	98.751.146	99.144.668	(29.903)	99.114.765	110.315.097	(275.246)	110.039.851
Letras do tesouro Nacional	-	344.325	-	309.468	676.875	(23.082)	653.793	3.788.073	(322.993)	3.465.080
Notas do tesouro nacional	-	-	-	253.265	251.254	2.011	253.265	1.319.563	(66.037)	1.253.526
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	220.106	236.757	(16.651)	220.106	236.618	(11.260)	225.358
Títulos – empresas	3.070.531	-	916.101	10.439.139	12.589.493	1.836.278	14.425.771	9.920.641	264.609	10.185.250
Debêntures	-	-	486.061	4.049.457	4.487.965	47.553	4.535.518	1.503.547	460	1.504.007
Nota Promissória	-	-	-	213.050	192.601	20.449	213.050	-	-	-
Cotas de fundos	3.055.436	-	-	-	1.374.704	1.680.732	3.055.436	1.903.521	63.731	1.967.252
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.266.098	1.294.691	(28.593)	1.266.098	1.275.356	54.630	1.329.986
Ações	15.095	-	-	-	24.295	(9.200)	15.095	78.253	(45.525)	32.728
Letras Financeiras	-	-	430.040	4.910.534	5.215.237	125.337	5.340.574	5.159.964	191.313	5.351.277
Total	3.070.531	707.944	916.101	109.973.124	112.899.047	1.768.653	114.667.700	125.579.992	(410.927)	125.169.065



Descrição	CONSOLIDADO									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	707.944	-	99.533.984	100.309.553	(67.625)	100.241.928	115.659.351	(675.536)	114.983.815
Letras financeiras do tesouro	-	363.619	-	98.751.145	99.144.667	(29.903)	99.114.764	110.315.097	(275.246)	110.039.851
Letras do tesouro Nacional	-	344.325	-	309.468	676.875	(23.082)	653.793	3.788.073	(322.993)	3.465.080
Notas do tesouro nacional	-	-	-	253.265	251.254	2.011	253.265	1.319.563	(66.037)	1.253.526
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	220.106	236.757	(16.651)	220.106	236.618	(11.260)	225.358
Títulos – empresas	2.221.246	-	916.101	10.439.139	11.740.208	1.836.278	13.576.486	7.953.389	264.609	8.217.998
Debêntures	-	-	486.061	4.049.457	4.487.965	47.553	4.535.518	1.503.547	460	1.504.007
Nota Promissória	-	-	-	213.050	192.601	20.449	213.050	-	-	-
Cotas de fundos	2.206.151	-	-	-	525.419	1.680.732	2.206.151	(63.731)	63.731	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.266.098	1.294.691	(28.593)	1.266.098	1.275.356	54.630	1.329.986
Ações	15.095	-	-	-	24.295	(9.200)	15.095	78.253	(45.525)	32.728
Letras Financeiras	-	-	430.040	4.910.534	5.215.237	125.337	5.340.574	5.159.964	191.313	5.351.277
Total	2.221.246	707.944	916.101	109.973.123	112.049.761	1.768.653	113.818.414	123.612.740	(410.927)	123.201.813

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001.

Os papéis que compõem a carteira de TVM mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*impairment*) no período.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido. Os ativos que estiverem nesta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA apenas com o seu valor de custo amortizado.



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado
Títulos públicos	5.372.335	1.499.145	6.871.480	6.848.597	14.529.280	14.558.290
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.750.248	7.749.807
Notas do tesouro nacional	5.372.335	1.499.145	6.871.480	6.848.597	6.779.032	6.808.483
Títulos – empresas	-	3.254.564	3.254.564	2.577.968	3.122.328	2.647.247
Debêntures	-	1.109.301	1.109.301	285.710	1.010.457	256.896
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.145.263	2.145.263	2.292.258	2.111.871	2.390.351
Total	5.372.335	4.753.709	10.126.044	9.426.565	17.651.608	17.205.537

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2022		2021	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.011.891	10.348.867	(1.272.561)	7.102.603	10.497.443	(1.232.599)
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.381.583	13.263.086	5.691.162	7.309.846	13.094.314	5.572.778
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	566.968	1.228.555	1.335.392	566.968	1.228.555	1.335.392
Outros	(420)	(988)	(1.217)	(420)	(988)	(1.217)
Total	14.960.022	24.839.520	5.752.776	14.978.997	24.819.324	5.674.354



Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

1. *Hedge* de outros instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado à variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – *Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a *duration* e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de *hedge account* de fluxo de caixa.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei nº 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 578/2008, 591/2009, 637/2010, 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 295/1998, 570/2008, 649/2010 e 798/2016.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de rentabilidade mínima assumida com o FGTS.



Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presente obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer contabilmente nas demonstrações financeiras da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

(a) *Hedge Contábil*

A CAIXA estabeleceu estruturas de *hedge* de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e para proteção da variação da taxa de juros para as operações de crédito.

O *hedge* contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do *hedge*.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do *hedge*, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado *Macro Hedge* da carteira bancária, tem como objetivo a proteção do valor de mercado de contratos de crédito, e a proteção ocorre por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito:

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI;
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge*, no caso das emissões externas e das letras financeiras, e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

O mesmo patamar de efetividade é observado no *hedge* das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor de Mercado dos instrumentos de *hedge* consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap* e futuros DI.

**(a.1) Hedge Contábil**

Estratégia	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	HEDGE CONTÁBIL							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	
Risco cambial								
Hedge emissões externas (1)	-	-	-	-	1.974.403	847.919	1.314.710	2.791.072
Risco de taxa de juros								
Hedge de letras financeiras	772.650	1.525.557	551.384	2.304.246	772.650	1.267.041	527.265	2.042.984
Total	772.650	1.525.557	551.384	2.304.246	2.747.053	2.114.960	1.841.975	4.834.056

(1) Tranche sênior com vencimento em nov/22 foi liquidada.

(a.2) Macro Hedge da carteira bancária

Estratégia	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado
Risco de taxa de juros								
Hedge de operações de crédito	20.528.687	166.741	19.222.335	(171.448)	12.464.940	449.129	11.575.436	(431.458)

**(a.3) Estrutura temporal do hedge**

Vencimento	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Hedge da Carteira Bancária	Hedge de Emissões Externas	Hedge de Letras Financeiras	Hedge da Carteira Bancária	Hedge de Emissões Externas	Hedge de Letras Financeiras
2022	-	-	-	7.942.063	1.974.403	-
2023	13.615.388	-	562.000	3.244.582	-	562.000
2024	6.779.753	-	203.450	1.152.965	-	203.450
2025	133.546	-	7.200	125.330	-	7.200
Total	20.528.687	-	772.650	12.464.940	1.974.403	772.650

(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	Valor Referencial				31/12/2021	
	31/12/2022				Valor de Mercado	Valor de Mercado
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Contratos de futuros						
Compromissos de compra	271.724	4.353.512	27.245	1.211.775	5.864.256	17.195.674
Mercado interfinanceiro	271.724	4.353.512	27.245	1.211.775	5.864.256	17.195.674
Compromissos de venda	5.600.583	2.355.941	7.928.954	90.076.701	105.962.179	103.889.805
Mercado interfinanceiro	4.927.101	2.355.941	7.928.954	90.076.701	105.288.697	102.926.503
Moeda estrangeira	673.482	-	-	-	673.482	963.302
Contratos de Swaps						
Swaps	-	-	562.000	210.650	772.650	1.492.447
Índices	-	-	562.000	210.650	772.650	772.650
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	719.797
Outros derivativos						
Derivativo FGTS	-	-	-	3.601.707	3.601.707	3.910.210

**(c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						Valor Patrimonial	Valor Patrimonial	
	31/12/2022								Valor Patrimonial
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	1 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021			
Posição Ativa									
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	563.666	(12.282)	-	405.707	145.677	551.384	1.841.975		
Índices/B3	563.666	(12.282)	-	405.707	145.677	551.384	527.265		
Moeda estrangeira/Inst. Financeiras	-	-	-	-	-	-	1.314.710		
Ativo circulante						405.707	1.314.710		
Ativo não circulante						145.677	527.265		
Posição Passiva									
Outros Derivativos – Ajuste a Pagar	649.285	515.715	-	-	1.165.000	1.165.000	1.680.715		
Derivativo FGTS	649.285	515.715	-	-	1.165.000	1.165.000	1.680.715		
Passivo circulante						-	-		
Passivo não circulante						1.165.000	1.680.715		

(d) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Swap	(180.099)	(371.094)	115.548
Futuro	542.302	3.879.681	7.229.396
FGTS	70.198	515.715	115.594
Total realizado	432.401	4.024.302	7.460.538



Nota 9 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

A Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R\$1.098.759 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 2.327.224) decorrente das operações com Empréstimos e títulos descontados rating AA do Fundo FIDC STONE III.

Carteira de crédito	INDIVIDUAL									31/12/2022	31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Operações de crédito	475.131.500	177.989.839	158.848.449	112.589.869	28.545.231	9.380.968	6.993.292	14.958.731	14.471.005	998.908.884	856.746.991
Empréstimos e títulos descontados	34.274.956	41.729.960	60.243.196	46.680.563	10.501.099	4.174.733	4.301.852	2.154.864	8.106.479	212.167.702	181.175.997
Financiamentos	1.335.077	1.492.442	1.764.515	836.803	296.776	80.462	49.939	40.438	97.726	5.994.178	4.473.597
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.353.719	19.216.428	13.362.349	4.724.344	212.096	90.069	7.832	8.708	121.417	44.096.962	16.491.550
Financiamentos imobiliários	404.437.587	64.159.401	78.510.398	56.787.242	13.796.282	4.787.525	2.611.961	4.926.439	4.707.434	634.724.269	557.225.388
Financiamentos de infraestrutura	24.382.781	51.319.138	4.817.102	3.464.267	3.692.650	217.393	-	7.813.121	1.379.519	97.085.971	91.600.475
Cessão de créditos	4.347.380	72.470	150.889	96.650	46.328	30.786	21.708	15.161	58.430	4.839.802	5.779.984
Outros créditos com característica de concessão de crédito	1.659.436	6.390.849	1.524.734	2.413.307	641.658	235.610	110.506	52.248	407.335	13.435.683	10.899.066
Cartão de crédito	1.105.768	5.741.271	996.364	1.520.415	632.675	200.560	109.073	50.705	178.905	10.535.736	8.752.337
Adiantamento de contratos de câmbio	503.896	574.366	498.466	87.655	5.804	31.779	-	-	213.321	1.915.287	1.601.735
Créditos adquiridos (1)	-	69.577	-	752.766	-	-	-	-	-	822.343	328.946
Diversos	49.772	5.635	29.904	52.471	3.179	3.271	1.433	1.543	15.109	162.317	216.048
Subtotal	476.790.936	184.380.688	160.373.183	115.003.176	29.186.889	9.616.578	7.103.798	15.010.979	14.878.340	1.012.344.567	867.646.057
Hedge da carteira de crédito										(171.448)	(431.458)
Total	476.790.936	184.380.688	160.373.183	115.003.176	29.186.889	9.616.578	7.103.798	15.010.979	14.878.340	1.012.173.119	867.214.599
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(759.014)	(1.106.502)	(2.775.268)	(5.705.102)	(3.709.560)	(3.210.571)	(3.741.511)	(10.541.720)	(14.878.340)	(46.427.588)	(38.814.960)
Total líquido de provisões	476.031.922	183.274.186	157.597.915	109.298.074	25.477.329	6.406.007	3.362.287	4.469.259	-	965.745.531	828.399.639
Ativo circulante										194.436.769	156.820.249
Ativo não circulante										817.736.350	710.394.350

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos BMG, Mercantil e Daycoval.

**(b) Composição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
Carteira de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Provisão regulamentar	-	(921.903)	(1.603.732)	(3.450.094)	(2.918.690)	(2.884.974)	(3.551.897)	(10.507.684)	(14.878.340)	(40.717.314)	(34.686.464)
Operações de crédito	-	(889.949)	(1.588.484)	(3.377.695)	(2.854.524)	(2.814.291)	(3.496.645)	(10.471.110)	(14.471.005)	(39.963.703)	(34.110.423)
Empréstimos e títulos descontados	-	(208.650)	(602.432)	(1.400.417)	(1.050.110)	(1.252.420)	(2.150.926)	(1.508.404)	(8.106.383)	(16.279.742)	(11.388.280)
Financiamentos	-	(7.462)	(17.645)	(25.104)	(29.678)	(24.139)	(24.969)	(25.948)	(97.822)	(252.767)	(210.336)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(96.082)	(133.623)	(141.730)	(21.210)	(27.021)	(3.916)	(8.454)	(121.417)	(553.453)	(214.288)
Financiamentos imobiliários	-	(320.797)	(785.104)	(1.703.617)	(1.379.628)	(1.436.257)	(1.305.980)	(3.448.507)	(4.707.434)	(15.087.324)	(16.079.829)
Financiamentos de infraestrutura	-	(256.596)	(48.171)	(103.928)	(369.265)	(65.218)	-	(5.469.184)	(1.379.519)	(7.691.881)	(6.053.181)
Cessão de créditos	-	(362)	(1.509)	(2.899)	(4.633)	(9.236)	(10.854)	(10.613)	(58.430)	(98.536)	(164.509)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	-	(31.954)	(15.248)	(72.399)	(64.166)	(70.683)	(55.252)	(36.574)	(407.335)	(753.611)	(576.041)
Cartão de crédito	-	(28.706)	(9.964)	(45.612)	(63.268)	(60.168)	(54.536)	(35.494)	(178.905)	(476.653)	(430.010)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(2.872)	(4.985)	(2.630)	(580)	(9.534)	-	-	(213.321)	(233.922)	(20.787)
Créditos adquiridos	-	(348)	-	(22.583)	-	-	-	-	-	(22.931)	(7.302)
Diversos	-	(28)	(299)	(1.574)	(318)	(981)	(716)	(1.080)	(15.109)	(20.105)	(117.942)
Provisão complementar (1)	(759.014)	(184.599)	(1.171.536)	(2.255.008)	(790.870)	(325.597)	(189.614)	(34.036)	-	(5.710.274)	(4.128.496)
Operações de crédito	(754.853)	(183.102)	(1.161.244)	(2.205.065)	(748.540)	(308.294)	(181.934)	(32.271)	-	(5.575.303)	(4.028.503)
Empréstimos e títulos descontados	(83.530)	(51.308)	(582.848)	(1.384.805)	(589.790)	(262.291)	(178.401)	(31.475)	-	(3.164.448)	(1.922.860)
Financiamentos	(3.345)	(1.849)	(10.206)	(22.038)	(22.708)	(11.270)	(1.427)	(247)	-	(73.090)	(64.549)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(6.545)	(6.380)	(11.807)	(4.298)	(833)	(1.641)	(162)	(34)	-	(31.700)	(24.417)
Financiamentos imobiliários	(649.698)	(121.431)	(543.626)	(753.390)	(106.602)	(33.092)	(1.944)	(515)	-	(2.210.298)	(1.929.134)
Financiamentos de infraestrutura	(8.234)	(2.025)	(12.449)	(40.505)	(28.598)	-	-	-	-	(91.811)	(83.489)
Cessão de créditos	(3.501)	(109)	(308)	(29)	(9)	-	-	-	-	(3.956)	(4.054)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	(4.161)	(1.497)	(10.292)	(49.943)	(42.330)	(17.303)	(7.680)	(1.765)	-	(134.971)	(99.993)
Cartão de crédito	(45)	(156)	(1.321)	(10.920)	(9.648)	(3.754)	(1.505)	(33)	-	(27.382)	(16.872)
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.264)	(232)	(2.920)	(593)	(24)	-	-	-	-	(5.033)	(9.128)
Créditos adquiridos	-	(174)	-	-	-	-	-	-	-	(174)	(255)
Diversos	(2.852)	(935)	(6.051)	(38.430)	(32.658)	(13.549)	(6.175)	(1.732)	-	(102.382)	(73.738)
Total da provisão	(759.014)	(1.106.502)	(2.775.268)	(5.705.102)	(3.709.560)	(3.210.571)	(3.741.511)	(10.541.720)	(14.878.340)	(46.427.588)	(38.814.960)
Ativo circulante										(17.366.875)	(12.839.956)
Ativo não circulante										(29.060.713)	(25.975.004)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.



(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Carteira de crédito em curso normal

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										31/12/2022	31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas vincendas	476.473.346	184.139.506	142.363.556	84.249.817	18.499.397	4.130.292	2.685.971	8.246.347	5.469.181	926.257.413	814.201.004	
01 a 30 dias	6.429.493	6.415.313	3.067.797	2.621.312	897.473	281.362	156.606	1.854.456	333.864	22.057.676	18.551.724	
31 a 60 dias	6.427.797	4.050.674	2.494.831	2.008.717	734.763	191.132	97.615	70.472	165.743	16.241.744	13.336.346	
61 a 90 dias	5.992.835	4.249.709	2.704.320	1.731.117	430.272	126.980	70.065	63.659	140.247	15.509.204	11.769.312	
91 a 180 dias	17.521.019	11.653.802	8.265.713	5.281.133	1.180.397	363.835	191.786	276.779	364.933	45.099.397	35.889.464	
181 a 360 dias	30.561.597	15.471.291	13.155.484	9.367.860	1.861.108	484.841	275.715	467.370	428.248	72.073.514	63.625.553	
Acima de 360 dias	409.540.605	142.298.717	112.675.411	63.239.678	13.395.384	2.682.142	1.894.184	5.513.611	4.036.146	755.275.878	671.028.605	
Parcelas vencidas	48.241	177.462	151.507	113.247	50.806	20.362	11.519	6.711	239.081	818.936	428.657	
01 a 14 dias	48.241	177.462	151.507	113.247	50.806	20.362	11.519	6.711	239.081	818.936	428.657	
Total	476.521.587	184.316.968	142.515.063	84.363.064	18.550.203	4.150.654	2.697.490	8.253.058	5.708.262	927.076.349	814.629.661	

A seguir, apresentamos a classificação dos clientes por níveis de risco em função dos períodos de atraso em relação aos vencimentos das operações contratadas. Esta classificação está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Período de atraso	Prazo em dobro	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

**(c.2) Carteira de crédito em curso anormal**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas vincendas	-	-	17.492.519	29.530.551	9.757.424	4.835.407	3.503.195	5.739.708	6.113.434	76.972.238	46.275.960
01 a 30 dias	-	-	226.611	332.694	145.839	89.644	106.968	280.586	195.613	1.377.955	649.606
31 a 60 dias	-	-	210.406	334.284	257.257	223.403	507.696	515.385	455.296	2.503.727	582.289
61 a 90 dias	-	-	188.454	277.419	114.640	65.256	52.516	245.693	114.543	1.058.521	529.803
91 a 180 dias	-	-	584.243	838.717	348.119	197.186	158.666	729.954	356.631	3.213.516	1.609.907
181 a 360 dias	-	-	1.111.424	1.642.323	680.611	375.326	298.712	1.412.726	665.352	6.186.474	3.107.055
Acima de 360 dias	-	-	15.171.381	26.105.114	8.210.958	3.884.592	2.378.637	2.555.364	4.325.999	62.632.045	39.797.300
Parcelas vencidas	-	-	698.670	1.109.561	879.262	630.517	903.113	1.018.213	3.056.644	8.295.980	6.740.436
01 a 30 dias	-	-	544.869	418.887	198.105	117.107	134.216	76.364	228.257	1.717.805	1.624.068
31 a 60 dias	-	-	153.795	546.079	208.730	140.722	161.468	297.753	239.185	1.747.732	867.054
61 a 90 dias	-	-	-	120.964	381.546	132.911	196.512	103.813	229.794	1.165.540	591.934
91 a 180 dias	-	-	6	23.555	90.767	213.338	375.450	492.723	634.427	1.830.266	1.197.973
181 a 360 dias	-	-	-	76	114	26.439	35.467	47.560	1.563.317	1.672.973	1.737.820
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	161.664	161.664	721.587
Total			18.191.189	30.640.112	10.636.686	5.465.924	4.406.308	6.757.921	9.170.078	85.268.218	53.016.396



(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2022	%	31/12/2021	%	
SETOR PÚBLICO	67.167.830	6,6	63.527.043	7,3	
Administração direta	57.340.146	5,7	53.418.642	6,1	
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.938.494	0,6	5.396.640	0,6	
Administração indireta – outros	3.889.190	0,4	4.711.761	0,5	
SETOR PRIVADO	945.005.289	93,4	803.687.556	92,7	
PESSOA JURÍDICA	135.737.681	13,4	127.880.411	14,8	
Energia elétrica	15.700.418	1,6	15.310.387	1,8	
Construção civil	20.969.617	2,1	18.142.787	2,1	
Comércio varejista	24.238.268	2,4	24.229.690	2,8	
Siderurgia e metalurgia	3.540.813	0,3	5.013.093	0,6	
Transporte	10.140.746	1,0	9.724.638	1,1	
Saneamento e infraestrutura	7.541.510	0,7	7.423.593	0,9	
Comércio atacadista	13.122.578	1,3	11.266.436	1,3	
Outras indústrias	5.508.061	0,5	5.045.841	0,6	
Saúde	6.460.782	0,6	5.889.621	0,7	
Agronegócio e extrativismo	4.482.549	0,4	3.328.778	0,4	
Alimentação	3.920.377	0,4	3.354.588	0,5	
Têxtil	1.963.024	0,2	2.043.049	0,2	
Serviços financeiros	1.276.617	0,1	743.947	0,2	
Comunicação	1.372.840	0,1	1.343.396	0,2	
Petroquímico	1.610.503	0,2	1.589.167	0,2	
Serviços pessoais	346.190	0,0	377.158	0,0	
Outros serviços	13.542.788	1,3	13.054.242	1,5	
PESSOA FÍSICA	809.267.608	80,0	675.807.145	77,9	
Total	1.012.173.119	100,0	867.214.599	100,0	

(e) Receita da Carteira de crédito

A receita da Carteira de crédito apresentou variação entre o individual e o consolidado de R\$ 214.961 no Exercício de 2022 (R\$ 154.167 no Exercício de 2021).

Descrição	INDIVIDUAL		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	20.613.326	36.521.041	26.819.521
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.042.938	2.971.772	692.238
Financiamentos imobiliários	27.980.486	51.411.677	37.787.480
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	5.537.851	10.162.890	6.994.233
Créditos por avais e fiança	3.641	7.585	7.459
Resultado da venda ou transferência de ativos financeiros	(227.402)	(679.854)	(519.361)
Total	55.950.840	100.395.111	71.781.570



(f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Carteiras adquiridas com coobrigação			
BMG	774	4.395	17.267
Daycoval	-	8	686
Mercantil	56.663	90.793	230
Total	57.437	95.196	18.183
Carteiras adquiridas sem coobrigação			
Banco PAN	1.298.620	2.270.380	1.996.446
Total	1.298.620	2.270.380	1.996.446

(f.2) Resultado vinculado a cessão de carteiras de crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas vinculadas à cessão	261.580	522.097	533.583
Carteiras cedidas com coobrigação	261.580	522.097	533.583
Despesas vinculadas à cessão	(284.839)	(775.050)	(537.544)
Carteiras cedidas com coobrigação	(284.839)	(775.050)	(537.544)
Total	(23.259)	(252.953)	(3.961)

(g) Créditos recuperados

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações comerciais	1.595.155	2.387.217	1.984.952
Operações habitacionais	712.199	929.227	324.357
Total	2.307.354	3.316.444	2.309.309



(h) Créditos renegociados

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações comerciais	249.379	518.997	481.634
Operações habitacionais (1)	30.750.987	55.295.505	189.665.680
Total	31.000.366	55.814.502	190.147.314

(1) Variação decorrente das renegociações em condições especiais concedidas, devido à pandemia de COVID - 19.

(i) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(42.893.918)	(38.814.960)	(34.570.638)
Constituição de provisão no período	(12.620.642)	(22.724.005)	(16.457.666)
Reversão de provisão no período	4.777.263	7.082.080	5.401.708
Transferência para prejuízo	4.309.709	8.029.297	6.811.636
Saldo final	(46.427.588)	(46.427.588)	(38.814.960)

(j) Concentração dos principais devedores

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Principal devedor	9.415.550	0,93	9.060.619	1,04
10 maiores devedores	37.517.819	3,71	37.358.900	4,31
20 maiores devedores	52.962.517	5,23	52.964.099	6,10
50 maiores devedores	72.805.433	7,19	71.042.072	8,19
100 maiores devedores	88.730.880	8,76	84.108.804	9,69

(k) Programas Governamentais para a Concessão de Crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2022
Giro Caixa e microcrédito PRONAMPE	25.422.811	19.957.136
Crédito especial empresa FAMPE	9.378.012	6.845.313
Giro Caixa FGI	7.123.147	9.711.728
Microcrédito produtivo orientado - MPO	2.761.759	-
Total	44.685.729	36.514.177



(I) PESE - Programa Emergencial de Suporte a Empregos

A CAIXA participa do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, conforme estabelecido na Resolução CMN n.º 4.846/2020. As instituições financeiras participantes do programa podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União.

Nível de risco	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor das operações	Provisão	Valor das operações	Provisão
AA	1.556	(1)	21.939	(13)
A	12.055	(10)	61.393	(57)
B	22.270	(48)	37.435	(118)
C	12.870	(108)	45.365	(401)
D	6.063	(157)	13.998	(367)
E	1.476	(87)	3.927	(223)
F	1.241	(101)	1.313	(104)
G	482	(51)	1.123	(118)
H	2.792	(419)	3.667	(550)
Total	60.805	(982)	190.160	(1.951)

Nota 10 – Outros ativos financeiros

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos vinculados ao SFH (b)	32.263.247	33.226.479	32.263.247	33.226.479
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19 (g))	19.654.647	18.915.114	19.654.647	18.915.114
Prêmio em aquisição de carteiras	2.591.586	2.225.023	2.591.586	2.225.023
Rendas a receber do setor público	2.025.632	1.865.364	2.025.632	1.865.364
Carteira de câmbio (c)	1.922.622	2.000.009	1.922.622	2.000.009
Direitos sobre royalties	807.362	794.612	807.362	794.612
Rendas a receber do setor privado	258.386	222.667	395.433	414.931
Cartão de crédito	985.212	1.130.342	985.212	1.130.342
Demais	243.499	275.697	261.304	280.060
Total	60.752.193	60.655.307	60.907.045	60.851.934
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(426.172)	(462.645)	(426.172)	(462.645)
Total líquido de provisão	60.326.021	60.192.662	60.480.873	60.389.289
Ativo circulante	4.979.463	4.953.600	5.134.315	5.150.227
Ativo não circulante	55.346.558	55.239.062	55.346.558	55.239.062



(b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

O FCVS é um fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com a finalidade precípua de garantir o limite de prazo para amortização da dívida dos mutuários decorrentes de financiamentos habitacionais contratados até 24/04/1993.

O FCVS para cumprir a sua primeira finalidade que é a liquidação do saldo devedor, possibilitou a contratação de financiamentos até 24/04/1993 e, para a segunda finalidade, que é o oferecimento de cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice Pública do SH/SFH até 31/12/2009.

Destaca-se que o FCVS se relaciona exclusivamente com o agente financeiro, visto que a habilitação somente ocorre após cessada a relação do mutuário com a instituição financiadora do contrato. Assim, eventuais inconformidades relacionadas a um contrato habitacional com cobertura do FCVS, tais como a inobservância da legislação pertinente ou inconformidades identificadas na concessão ou manutenção do contrato, pelo agente financeiro, podem acarretar negativas de cobertura pelo agente operador do FCVS, o que implica em perdas para o agente financeiro.

O quadro abaixo inclui os status nas quais se encontram os processos objeto de novação com o fundo:

- Habilitado - Cadastro do contrato pela CAIXA agente financeiro junto ao sistema do FCVS (CAIXA Agente Operador);
- Não habilitado – Contratos em análise pela CAIXA Agente Financeiro para os procedimentos de habilitação junto ao FCVS;
- Habilitado e não homologado – Contratos habilitados e ainda não analisados pelo FCVS;
- Homologado com recurso – Contratos com recurso emitido pela CAIXA agente financeiro e ainda não analisados pelo FCVS, com divergência de valores;
- Homologado sem recurso – Contratos em análise pela CAIXA agente financeiro para validação junto ao FCVS, para emissão ou não de recurso;
- Negativa de cobertura – Contempla contratos com negativa de cobertura com e sem recurso, e contratos que não cabem recurso pelo esgotamento das possibilidades de reversão da negativa, pelo FCVS.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Saldo Base	Saldo Provisão	Saldo Líquido	Saldo Base	Saldo Provisão	Saldo Líquido
FCVS a receber (1)	40.520.004	8.285.262	32.234.742	38.568.935	5.377.061	33.191.874
Não habilitado	569.794	54.022	515.772	1.289.363	202.317	1.087.046
Habilitado e não homologado	1.320.221	189.154	1.131.067	805.701	122.100	683.601
Homologado com e sem recurso	6.753.806	2.060.607	4.693.199	6.707.140	1.209.019	5.498.121
Homologados validados e em novação	19.261.634	311.482	18.950.152	18.046.663	-	18.046.663
Negativa de cobertura (2)	12.614.549	5.669.997	6.944.552	11.720.068	3.843.625	7.876.443
FGTS a ressarcir	-	-	28.505	-	-	34.605
Total (líquido de provisão)	40.520.004	8.285.262	32.263.247	38.568.935	5.377.061	33.226.479

(1) A variação do saldo de provisão decorre da mudança de política contábil em função do modelo com nova base de avaliação para cálculo da provisão para perdas com o FCVS (Nota 2 (d)).

(2) Inclui o valor de negativa por multiplicidade de CADMUT no montante de R\$ 3.941.553 líquido de provisão. O CADMUT é o cadastro para registro das informações dos contratos de financiamento habitacional, ativos e inativos, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e dos programas habitacionais e sociais do governo federal, conforme disposto na Lei nº 10.150, de 21/12/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) de acordo com a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A partir de novembro de 2022 houve alteração na metodologia utilizada para a constituição da provisão para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS. Essa metodologia



foi desenvolvida amparada em premissas e conceitos de risco operacional e aprovada pela governança CAIXA (Nota 2 (d)).

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo – outros ativos financeiros			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	1.919.728	1.970.491	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE (Nota 9 (a))	52.030	45.668	
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	6.471	30.783	
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(3.476)	(743)	
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	(101)	(522)	
Ativo circulante	1.974.652	2.045.677	
Passivo – outros passivos financeiros			
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	1.866.159	1.839.017	
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	6.430	30.778	
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE (Nota 9 (a))	(1.863.257)	(1.556.067)	
Passivo circulante	9.332	313.728	
Carteira líquida de câmbio	1.965.320	1.731.949	

(d) Resultado de outros ativos financeiros

Os itens de Resultado de outros ativos financeiros são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item “Resultado de câmbio”, que no consolidado em 2022 apresentou o montante de R\$ 15.685 no Exercício de 2022 (R\$ 186.802 no Exercício de 2021).

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Créditos vinculados ao SFH	1.682.227	2.980.921	2.255.913
Resultado de câmbio	66.532	(4.741)	186.802
Total	1.748.759	2.976.180	2.442.715

Nota 11 – Investimentos

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas controladas, coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXA, CAIXA Cartões, CAIXA Loterias, CAIXA Asset e a CAIXA Seguridade exercem controle, influência significativa ou possuam controle compartilhado.

As participações na qual a CAIXA Seguridade detenha o controle são consolidadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

(a) Definições

Conglomerado CAIXA

É o conjunto de empresas formado pela CAIXA e pelas empresas em que a CAIXA detém participação acionária direta ou indireta. A participação direta ocorre quando a CAIXA é detentora das ações de uma empresa ou sociedade. Já a indireta realiza-se quando a CAIXA investe por meio de outra empresa.



Participação Societária Estratégica

Considera-se Participação Societária Estratégica a sociedade em companhia que traz similaridade, complementariedade, suporte e sinergia aos negócios da CAIXA, com alinhamento ao planejamento estratégico.

Subsidiária Integral

São as empresas as quais a CAIXA possui participação integral, atua como único dono e exerce a governança, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

Controlada

Considera-se como controlada as participações nas quais a CAIXA detém o controle, ou seja, exerce o papel de Controladora, diretamente ou através de outras controladas, sendo titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As participações são acima de 50% e menores que 100%, com outros sócios e governança majoritária, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

Coligada

São as sociedades nas quais a CAIXA, como investidora, detém influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida sem controlá-la, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

(b) Reestruturações societárias

Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida no dia 25 de fevereiro de 2022, foi aprovada a desmutualização da CIP Associação, que é uma associação sem fins lucrativos que visa a prestação de serviços no mercado financeiro nacional, com sua cisão parcial e incorporação à CIP S.A. O patrimônio social da CIP posicionado em 31/12/2022 é de R\$ 974.128 imediatamente antes da cisão parcial.

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.817/2020, o investimento da CIP passou a ser mensurado por equivalência patrimonial, por ser uma coligada a qual a Caixa Econômica Federal possui influência significativa em virtude de deter o poder de participar nas decisões das políticas financeiras ou operacionais da investida, sem controlá-la, por meio do seu representante.

A CAIXA é detentora de 8,33% do capital de ambas as entidades cindidas, o que gerou um ganho de capital decorrente de reorganização societária no montante de R\$ 156.607. Cabe ressaltar que a desmutualização trará, entre inúmeras vantagens, a flexibilização na realização de alianças estratégicas com outras instituições e maior facilidade de acesso às fontes de recursos eventualmente necessária.

CNP Consórcios e Odonto Empresas

A Caixa Seguridade Participações S.A informou em fato relevante divulgado no dia 16 de novembro de 2022 a conclusão da alienação da totalidade da participação societária detida pela Companhia da CNP Consórcio S.A Administradora de Consórcios pelo valor total de R\$ 408.596, com apuração de ganho no montante de R\$ 158.675 líquido de efeitos tributários (Nota 34).

E em 22 de dezembro de 2022 foi comunicada a conclusão da alienação da totalidade da participação societária detida pela Companhia na Odonto Empresas pelo valor total de R\$ 18.205, ambas as operações já contam com atualização monetária e desconto de valores distribuídos a título de dividendos.



A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	País de constituição	Sede	Natureza do relacionamento	Atividade	Participação estratégica (2)
CAIXA	Brasil	Brasília (DF)	Líder do Conglomerado	Caixa Econômica Federal	
TecBan	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Birô de crédito	Sim
Galgo Sistemas de Informações	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
CIP	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
CAIXA Seguridade	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	 Holding	 Sim
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
CAIXA Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Corretora de seguros	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
XS3 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguros	Sim
XS4 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
XS5 Consórcios	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
XS6 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Serviços assistenciais	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
Holding XS1	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Holding	Sim
CAIXA Cartões	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	 Holding	 Sim
Elo Serviços	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Instituição de pagamento	Sim
CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	Sim
CAIXA Loterias	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	 Holding	 Sim
CAIXA Asset	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	 Distrib. de títulos e valores mobiliários	 Sim

(1) Todas as empresas mencionadas adotam o Real como moeda funcional.

(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte as atividades do banco.



(c) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial

Empresa	INDIVIDUAL												
	% de participação				Patrimônio Líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado de equivalência patrimonial			Dividendos e JCP	
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022		2021		
	Total	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinária					2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
CAIXA Seguridade (1)	82,75%	82,75%	82,75%	82,75%	11.586.068	10.376.036	9.010.740	8.733.680	1.371.344	2.369.550	3.114.510	1.610.077	1.708.493
CAIXA Cartões (1)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	749.853	806.277	749.853	806.277	85.962	150.764	484.022	178.527	43.256
CAIXA Loterias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	3.242	(3.130)	3.242	-	(2.428)	(3.128)	(178)	-	-
CAIXA Asset	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	884.505	132.439	884.505	132.439	571.646	1.103.924	108.107	103.932	-
TecBan	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	955.743	860.843	180.961	170.752	373	8.455	1.763	-	-
Quod	15,29%	16,00%	19,11%	20,00%	372.900	105.688	57.016	20.197	(1.460)	(11.996)	(1.305)	-	-
Galgo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	27.669	20.771	1.845	1.381	179	463	216	-	-
CIP	8,33%	8,33%	-	-	2.280.028	-	189.926	-	15.744	23.086	-	-	-
Outros Investimentos (2)	-	-	-	-	-	-	1.492	771.042	-	-	2.048.660	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	11.079.580	10.635.768	2.041.360	3.641.118	5.755.795	1.892.536	1.751.749

(1) A variação de saldo entre o exercício de 2021 e 2022, decorre da realização de transações reconhecidas como receitas antecipadas que são apropriadas pela vigência dos contratos entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca (Nota 18 (c)).

(2) Inclui o investimento da CAIXAPAR e Investimentos pré-operacionais da Negócios Digitais e Caixa Imóveis. Os investimentos do FGO, FGAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020 (Nota 7).



Empresa	CONSOLIDADO												
	% de participação (1)				Patrimônio Líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado de equivalência patrimonial			Dividendos e JCP	
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022		2021	2022	2021
	Total	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinária					2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
Holding XS1	60,00%	49,00%	60,00%	49,00%	10.139.604	9.731.712	6.189.933	5.839.027	581.371	1.117.831	837.074	720.808	596.415
CNP Brasil	48,25%	48,25%	48,25%	48,25%	3.405.432	4.019.430	1.643.120	1.847.994	181.218	412.411	465.002	385.601	748.222
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	1.699.186	1.615.466	1.274.327	1.211.539	90.930	150.951	(33.406)	88.164	-
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	284.494	258.862	213.360	191.158	51.591	77.227	3.135	30.844	2.978
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	453.234	363.355	339.913	272.507	54.273	19.037	(9.378)	-	-
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	35.551	32.366	26.664	24.274	3.240	3.416	(1.977)	1.026	-
Elo Serviços	41,41%	0,01%	41,41%	0,01%	411.152	734.909	170.278	304.362	98.417	187.912	195.075	162.502	258.223
CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A	75,00%	50%-1	-	-	395.176	-	296.382	-	(11.346)	(18.768)	-	-	-
Too Seguros	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	680.392	554.657	330.910	269.413	56.432	88.556	27.054	27.055	42.862
Tecban	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	955.743	860.843	180.961	170.752	373	8.454	10.793	-	-
PAN Corretora (2)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	49.043	49.168	24.031	24.092	12.965	23.405	23.465	23.466	20.105
Quod	15,29%	16,00%	19,11%	20,00%	372.900	105.688	57.016	20.197	(1.460)	(11.996)	(8.121)	-	-
Galgo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	27.669	20.771	1.845	1.381	179	463	216	-	-
CIP	8,33%	8,33%	-	-	2.280.028	-	189.926	-	15.744	23.086	-	-	-
Outros investimentos (3)	-	-	-	-	-	-	1.752	1.086.452	-	(184)	463.500	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	10.940.418	11.263.148	1.133.927	2.081.801	1.972.432	1.439.466	1.668.805

(1) O percentual de participação na Holding XS1, CNP Brasil, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios, XS6 Assistência, Too Seguros e Pan Corretora são demonstrados pela ótica da Controlada Caixa Seguridade.

(2) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 31/12/2022 no valor de (R\$ 34) (31/12/2021 – (R\$ 34))

(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, CAIXA Cartões Adquirência, CAIXA Cartões PAT, CAIXA Cartões Fidelidade, CAIXA Cartões Contas de Pagamento.



(d) **Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização**

Descrição	31/12/2022							
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	140.365.213	362.254	1.119.999	766.524	139.814	48.839	1.283.742	55.039
Ativo não circulante	13.295.332	3.089.184	1.503.453	173.130	448.623	30.451	1.745.714	134
Passivo circulante	138.305.229	45.653	725.444	652.609	65.341	42.170	1.564.149	6.130
Passivo não circulante	5.215.712	353	198.822	2.551	69.862	1.569	784.915	-
Passivo contingente	593.956	-	-	23	-	-	52.961	-
Receitas	45.705.395	1.119.952	582.563	320.810	230.283	68.037	1.730.304	55.067
Despesas	(44.019.294)	(74.448)	(381.285)	(217.836)	(200.818)	(63.482)	(1.512.309)	(7.302)
Lucro/ Prejuízo do período	1.686.101	1.045.504	201.278	102.974	29.465	4.555	217.995	47.765
Outros resultados abrangentes	121.942	(233.952)	-	-	413	-	221	-
Resultado abrangente total	1.808.043	811.552	201.278	102.974	29.878	4.555	218.216	47.765
Patrimônio Líquido ajustado	10.139.604	3.405.432	1.699.186	284.494	453.234	35.551	680.392	49.043
% de participação	60%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	6.083.762	1.643.120	1.274.327	213.360	339.913	26.664	333.392	24.031
Outros ajustes	106.171 ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	112.443 ⁽²⁾	-

(1) Ajuste referente a operações de fusões/aquisições da empresa XS1.

(2) Valor se refere ao ágio de expectativa de rentabilidade futura na Too Seguros.

Descrição	31/12/2021							
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	112.494.025	4.289.274	614.081	232.414	83.208	8.970	1.422.199	53.359
Ativo não circulante	16.387.427	10.661.186	1.502.251	181.735	290.108	30.946	1.147.916	245
Passivo circulante	114.130.542	6.146.312	373.917	152.377	9.961	6.976	1.316.848	4.436
Passivo não circulante	5.019.198	4.784.718	126.949	2.910	-	574	698.610	-
Passivo contingente	592.265	3.361.735	-	-	-	-	44.329	-
Receitas	43.106.438	4.820.321	281.762	197.553	14.909	18.933	1.338.028	60.174
Despesas	(41.711.315)	(3.802.730)	(326.307)	(193.373)	(27.414)	(21.569)	(1.256.184)	(12.285)
Lucro/ Prejuízo do período	1.395.123	1.017.591	(44.545)	4.180	(12.505)	(2.636)	81.844	47.889
Outros resultados abrangentes	(343.708)	(436.952)	-	-	(1.006)	-	(2.018)	-
Resultado abrangente total	1.051.414	580.639	(44.545)	4.180	(13.511)	(2.636)	79.825	47.889
Patrimônio Líquido ajustado	9.731.712	4.019.430	1.615.466	258.862	363.355	32.366	554.657	49.168
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	5.839.027	1.847.994	1.211.539	191.158	276.207	24.274	159.453	24.092
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	109.960 ⁽¹⁾	-

(1) Valor se refere ao ágio de expectativa de rentabilidade futura na Too Seguros.



(e) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA em outros segmentos

Descrição	31/12/2022					
	TecBan	Quod	Galgo	Elo Serviços S.A	Caixa Cartões Pré-Pagos S.A	CIP S.A
Ativo circulante	792.287	380.640	25.685	938.293	216.085	983.725
Ativo não circulante	2.126.537	1.103.210	7.985	398.758	399.739	1.661.280
Passivo circulante	882.585	433.538	(2.735)	886.522	220.648	341.190
Passivo não circulante	1.080.496	677.412	(3.266)	39.376	-	23.787
Passivo contingente	-	-	-	16.918	-	-
Receitas	3.394.022	233.953	30.713	1.585.894	21.196	1.136.335
Despesas	(3.323.455)	(312.410)	(24.302)	(1.132.164)	(46.220)	(859.200)
Lucro/ Prejuízo do período	70.567	(78.456)	6.411	453.730	(25.024)	277.135
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	-	(78.456)	6.411	-	-	-
Patrimônio Líquido ajustado	955.743	372.900	27.669	411.152	395.176	2.280.028
% de participação	13,01%	15,29%	6,67%	41,41%	75,00%	8,33%
Saldo do investimento	124.342	57.016	1.845	170.278	296.382	189.926
Outros ajustes	56.619 ⁽¹⁾	-	-	-	-	-

(1) Relativo ao ajuste de mais valia, ganho por compra vantajosa, intangível e amortização do intangível da Tecban.

Descrição	31/12/2021			
	TecBan	Quod	Galgo	Elo Serviços
Ativo circulante	621.087	133.126	20.636	1.243.844
Ativo não circulante	1.958.529	1.084.848	2.468	387.984
Passivo circulante	749.289	175.558	2.333	850.352
Passivo não circulante	969.484	936.728	-	46.567
Passivo contingente	-	-	-	-
Receitas	2.649.241	186.734	11.273	1.489.823
Despesas	(2.384.259)	(258.273)	(7.980)	(982.868)
Lucro/ Prejuízo do período	264.982	(71.539)	3.293	506.955
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	178.605	(71.539)	-	506.955
Patrimônio Líquido ajustado	860.843	105.688	20.771	734.909
% de participação	13,01%	19,11%	6,67%	41,41%
Saldo do investimento	112.550	20.197	1.381	304.362
Outros ajustes	58.202 ⁽¹⁾	-	-	-

(1) Refere-se a ágio/intangível sobre investimento



Nota 12 – Imobilizado de uso

O índice de imobilização apurado foi de 8,72% em 31/12/2022 (31/12/2021 – 10,12%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 4.957/2021, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência.

(a) Composição

Os itens do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens “Sistema de comunicação e de segurança”, que apresentou custo de R\$ 542.502 e depreciação de R\$ 411.869 e “Sistema de processamento de dados”, que apresentou custo de R\$ 5.390.760 e depreciação de R\$ 4.226.981 na consolidada.

Descrição	Vida útil (em anos)	INDIVIDUAL				
		31/12/2022			31/12/2021	
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	-	1.779.546	(810.104)	(61.404)	908.038	807.765
Edificações	25	1.569.451	(810.104)	(58.868)	700.479	624.211
Terrenos	-	210.095	-	(2.536)	207.559	183.554
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	2.169.141	(1.676.125)	(143)	492.873	486.719
Imobilizações em curso	-	143.228	-	-	143.228	169.973
Móveis e equipamentos de uso	-	5.933.196	(4.638.806)	-	1.294.390	1.841.013
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	542.481	(411.852)	-	130.629	175.652
Sistema de processamento de dados	5	5.390.715	(4.226.954)	-	1.163.761	1.665.361
Móveis em estoque e outros equipamentos	-	905.620	(721.615)	(9.202)	174.803	214.449
Total	-	10.930.731	(7.846.650)	(70.749)	3.013.332	3.519.919

(b) Movimentação

Os itens da movimentação do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens: “Sistema de comunicação e de segurança”, que apresentou valor líquido de R\$ 130.633 (31/12/2021 - R\$ 175.660) e “Sistema de processamento de dados”, com valor líquido de R\$ 1.163.779 (31/12/2021- R\$ 1.665.372) na consolidada.

Descrição	INDIVIDUAL						
	31/12/2021		Movimentação				31/12/2022
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido
Imóveis de uso	807.765	96.014	49.520	-	(45.261)	-	908.038
Edificações	624.211	96.095	25.434	-	(45.261)	-	700.479
Terrenos	183.554	(81)	24.086	-	-	-	207.559
Benfeitorias em imóveis de terceiros	486.719	170.012	-	(2.014)	(161.844)	-	492.873
Imobilizações em curso	169.973	(215.975)	213.097	(23.867)	-	-	143.228
Móveis e equipamentos de uso	1.841.013	172	109.082	(412)	(655.465)	-	1.294.390
Sistema de comunicação e de segurança	175.652	(4.418)	20.387	(96)	(60.896)	-	130.629
Sistema de processamento de dados	1.665.361	4.590	88.695	(316)	(594.569)	-	1.163.761
Móveis em estoque e outros equipamentos	214.449	(51.158)	74.767	(3.656)	(50.397)	(9.202)	174.803
Total	3.519.919	(935)	446.466	(29.949)	(912.967)	(9.202)	3.013.332



Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	31/12/2022			31/12/2021	
	Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.006.058	(901.470)	-	1.104.588	1.209.421
Projetos logiciais – software	2.398.019	(1.355.921)	(13.125)	1.028.973	1.211.391
Outros intangíveis	771.271	(373.316)	-	397.955	605.508
Total	5.175.348	(2.630.707)	(13.125)	2.531.516	3.026.320

A CAIXA possui um contrato de aquisição de folha de pagamento relevante no valor de R\$ 503.576 e prazo remanescente de 15 meses.

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2021		Movimentação			31/12/2022
	Líquido	Adições	Baixas	Amortizações	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.209.421	314.101	(377)	(418.557)	-	1.104.588
Projetos logiciais – software	1.211.391	125.704	(2.224)	(305.642)	(256)	1.028.973
Outros intangíveis	605.508	55.468	(1.657)	(261.364)	-	397.955
Total	3.026.320	495.273	(4.258)	(985.563)	(256)	2.531.516

Nota 14 – Outros ativos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financ. mantidos p. venda e mat. de estoque (b)	3.565.907	4.113.181	3.688.777	4.113.181
Relações interfinanceiras e interdependências	1.146.364	1.155.172	1.146.364	1.155.172
Créditos específicos (1)	1.323.743	1.195.819	1.323.743	1.195.819
Antecipações salariais e outros adiantamentos	1.149.680	874.563	1.149.685	874.563
Valores a apropriar (2)	1.179.619	1.190.745	1.179.619	1.190.745
Valores a receber – FND (1)	686.037	640.834	686.037	640.834
Despesas antecipadas	67.089	132.624	70.391	133.907
Valores a ressarcir - FGTS (3)	33.418	64.991	33.418	64.991
Dividendos e JCP a receber	889.594	31.194	690.180	441.722
Devedores diversos (1)	1.458.339	1.104.840	1.439.069	1.139.808
Total	11.499.790	10.503.963	11.407.283	10.950.742
Provisões para perdas ao valor recuperável de ativos	(971.662)	(1.353.483)	(971.662)	(1.353.483)
Total líquido de provisão	10.528.128	9.150.480	10.435.621	9.597.259
Ativo circulante	10.028.505	9.017.758	9.935.998	9.464.537
Ativo não circulante	499.623	132.722	499.623	132.722

(1) Inclui créditos da CAIXA junto à União (Nota 14 (d)) no valor de R\$ 2.090.210 em 31/12/2022 (31/12/2021 - R\$ 1.904.252).

(2) Representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário.

(3) Valores a serem ressarcidos decorrente do pagamento do FGTS.



(b) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Os itens do Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item “Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios”, que apresentou o valor de R\$ 172.834 (31/12/2021- R\$ 77.155).

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Ativos não financeiros mantidos para venda - Recebidos	3.433.778	3.953.452	
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios	49.964	77.155	
Material de consumo	82.165	82.574	
Total	3.565.907	4.113.181	
Provisão para perdas ao valor recuperável de ativos	(927.853)	(1.309.166)	
Total líquido de provisão	2.638.054	2.804.015	

(c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(1.069.121)	(1.309.166)	(1.811.842)
Constituição	(217.277)	(433.345)	(1.584.275)
Baixas	358.545	814.658	2.086.951
Saldo final	(927.853)	(927.853)	(1.309.166)

(d) Créditos da CAIXA junto à União

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos concedidos (Voto CMN 162/1995)	1.056.597	940.259
Fundo Nacional de Desenvolvimento – Cotas e Dividendos	686.037	640.833
BNH – incentivo aos beneficiários do SFH (DL 2.164/1984)	338.261	313.633
PRODUBAN – transferência de depósitos	6.311	6.311
Outros haveres	3.004	3.216
Total (1)	2.090.210	1.904.252

(1) Saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos (Nota 32).



Nota 15 – Recursos de clientes

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à Vista	43.242.817	-	-	-	43.242.817	46.984.652	43.241.428	46.984.214
Pessoas jurídicas	21.238.899	-	-	-	21.238.899	21.981.277	21.237.510	21.980.839
Pessoas físicas	16.844.213	-	-	-	16.844.213	20.039.313	16.844.213	20.039.313
Vinculados	2.163.639	-	-	-	2.163.639	2.060.629	2.163.639	2.060.629
Governo	1.851.344	-	-	-	1.851.344	1.930.190	1.851.344	1.930.190
Entidades públicas	184.572	-	-	-	184.572	405.035	184.572	405.035
Contas encerradas	217.041	-	-	-	217.041	242.961	217.041	242.961
Instituições do sistema financeiro	8.335	-	-	-	8.335	21.189	8.335	21.189
Moedas estrangeiras	-	-	-	-	-	1.549	-	1.549
Outros	734.774	-	-	-	734.774	302.509	734.774	302.509
Depósitos de Poupança	360.729.462	-	-	-	360.729.462	365.091.413	360.729.462	365.091.413
Pessoas físicas	352.631.726	-	-	-	352.631.726	358.933.046	352.631.726	358.933.046
Contas encerradas	5.204.871	-	-	-	5.204.871	4.689.762	5.204.871	4.689.762
Pessoas jurídicas	2.890.702	-	-	-	2.890.702	1.466.320	2.890.702	1.466.320
Outros	2.163	-	-	-	2.163	2.285	2.163	2.285
Depósitos a prazo	109.683.931	1.174.648	13.780.630	56.528.693	181.167.902	145.962.643	181.167.902	145.962.643
Depósitos Judiciais	109.683.931	-	-	-	109.683.931	102.234.084	109.683.931	102.234.084
CDB	-	1.174.648	13.780.630	56.528.693	71.483.971	43.728.559	71.483.971	43.728.559
Depósitos especiais e de fundos e programas	16.842.295	-	-	-	16.842.295	15.046.150	16.842.295	15.046.150
Total	530.498.505	1.174.648	13.780.630	56.528.693	601.982.476	573.084.858	601.981.087	573.084.420
Passivo circulante					545.453.783	540.511.172	545.452.394	540.510.734
Passivo não circulante					56.528.693	32.573.686	56.528.693	32.573.686



(b) Depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	4.599.091	5.718.781
Depósitos - Especiais com remuneração	2.928.186	3.384.670
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM (1)	3.460.872	-
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	809.244	1.100.477
Depósitos – PREVHAB	1.142.445	1.022.853
Fundo Garantia Safra – FGS	1.544.997	1.090.743
Fundo de Compensação Ambiental - FCA	1.105.297	791.156
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	459.249	733.172
Saúde CAIXA	234.627	672.945
Depósitos – PRODEC	82.146	76.961
Fundo DPVAT	72.712	150.017
Fundo Garantidor do FIES	15.262	9.459
Outros	388.167	294.916
Total	16.842.295	15.046.150

(1) Instituído pela MP nº 1.107/2022, o Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM) é um fundo administrado pela CAIXA, constituído com recursos do FGTS, que tem por objetivo mitigar os riscos das operações de microcrédito concedidas a pessoas naturais e microempreendedores individuais no âmbito do Programa de Simplificação do Microcrédito Digital - SIM Digital.

(c) Despesas com recursos de clientes

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	(13.795.108)	(25.979.854)	(11.335.783)
Depósitos a prazo CDB/RDB (1)	(2.893.669)	(4.995.697)	(2.340.586)
Depósitos judiciais	(4.464.281)	(7.963.802)	(2.942.204)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(1.120.007)	(1.975.599)	(655.069)
Outras captações	(293.186)	(576.118)	(611.837)
Total	(22.566.251)	(41.491.070)	(17.885.479)

(1) As despesas com recursos de clientes são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Depósitos a prazo CDB/RDB" que em 31/12/2022 apresenta, na demonstração consolidada, o montante de (R\$ 2.890.989) no 2º semestre de 2022 e (R\$ 4.993.017) no exercício de 2022 (Exercício de 2021 – (R\$ 2.340.586)).



(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Taxa de Remuneração	2022		2021
		2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(309.714)	(567.065)	(199.468)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(85.519)	(152.938)	(22.365)
Depósitos – FUNGETUR	Selic	(36.576)	(100.472)	(54.428)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(71.010)	(126.317)	(43.431)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(82.102)	(132.500)	(49.922)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(59.109)	(116.398)	(28.831)
Depósitos – FAR	Selic	(57.868)	(100.902)	(29.042)
Fundo de Compensação Ambiental - FCA	Selic	(64.338)	(116.591)	(72.544)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(41.511)	(73.701)	(25.131)
Fundo Garantidor de Microfinanças - FGM	Selic	(214.300)	(315.488)	-
Depósitos – Caução	TR	(20.561)	(34.479)	(6.970)
Depósitos – Fundo DPVAT	Selic	(6.404)	(11.209)	(45.136)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(3.111)	(5.809)	(4.361)
Outros depósitos especiais – juros		(26.830)	(52.064)	(48.010)
Outros		(41.054)	(69.666)	(25.430)
Total		(1.120.007)	(1.975.599)	(655.069)

Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por empréstimos e repasses (b)	385.041.522	357.073.680
Captações no mercado aberto (c) (1)	242.063.213	226.638.755
Depósitos interfinanceiros	2.186.487	187.277
Total	629.291.222	583.899.712
Passivo circulante	230.599.590	218.662.953
Passivo não circulante	398.691.632	365.236.759

(1) Os itens de Recursos de instituições financeiras e outras são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Captações no mercado aberto" que em 31/12/2022 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 241.144.465 (31/12/2021 – R\$ 226.638.755).



(b) Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Repasse no país	383.663.427	355.675.961	
FGTS	359.175.584	329.402.238	
BNDES	21.051.359	22.714.203	
Fundo da Marinha Mercante	2.331.764	2.411.075	
Tesouro Nacional	13.505	14.719	
Outras instituições	1.091.215	1.133.726	
Repasse no exterior	324.985	396.591	
Empréstimos no exterior	1.053.110	1.001.128	
Total	385.041.522	357.073.680	
Passivo circulante	1.977.564	654.641	
Passivo não circulante	383.063.958	356.419.039	

Repasse no país

Compostos principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,016% a.a. (habitação 4,953% a.a.; saneamento 5,438% a.a.; infraestrutura 5,829% a.a.; saúde 5,849% a.a.) e prazo médio de retorno de 257 meses (habitação – 269 meses; saneamento – 137 meses; infraestrutura – 169 meses; saúde – 88 meses).

Repasse no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas à taxa de juros externa de até 6,5059% a.a., substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos em até 2023.



(c) Captações no mercado aberto

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Carteira própria	153.564.880	142.935.950	
Letras Financeiras do Tesouro	84.609.231	49.107.575	
Letras do Tesouro Nacional (1)	65.686.253	85.553.867	
Notas do Tesouro Nacional	-	4.189.192	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.555.478	3.134.904	
Debêntures	1.713.918	950.412	
Carteira de terceiros	88.498.333	83.702.805	
Letras Financeiras do Tesouro	29.012.622	-	
Notas do Tesouro Nacional	59.485.711	83.702.805	
Total	242.063.213	226.638.755	
Passivo circulante	227.104.205	212.902.100	
Passivo não circulante	14.959.008	13.736.655	

(1) Os itens de Captações no mercado aberto são coincidentes na demonstração individual e consolidada de 31/12/2022, com exceção do item "Letras do Tesouro Nacional" que apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 64.767.505. Em 31/12/2021 os totais da demonstração individual e consolidada são iguais.

(d) Despesas com recursos de instituições financeiras e outras

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente aos itens "Repasses no exterior" e "Empréstimos no exterior" refletem até dezembro de 2022 a reclassificação para "Outras receitas operacionais – Nota 28", da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Captações no mercado aberto	(17.528.664)	(30.843.713)	(9.865.690)
Carteira própria	(10.036.114)	(17.721.103)	(5.359.474)
Carteira de terceiros	(7.492.550)	(13.122.610)	(4.506.216)
Depósitos interfinanceiros	(69.606)	(77.535)	(5.567)
Repasses no país	(14.917.968)	(27.050.997)	(20.044.418)
FGTS	(13.969.040)	(25.182.198)	(18.351.860)
BNDES	(816.064)	(1.668.737)	(1.508.092)
Fundo da Marinha Mercante	(64.021)	(85.140)	(132.427)
Outras instituições	(68.843)	(114.922)	(52.039)
Repasses no exterior	(3.655)	(3.655)	(48.926)
Empréstimos no exterior	(14.775)	(14.775)	(75.909)
Total	(32.534.668)	(57.990.675)	(30.040.510)



Descrição	CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Captações no mercado aberto	(17.485.006)	(30.788.760)	(9.865.690)
Carteira própria	(10.036.114)	(17.721.103)	(5.359.474)
Carteira de terceiros	(7.448.892)	(13.067.657)	(4.506.216)
Depósitos interfinanceiros	(69.606)	(77.535)	(5.567)
Repasses no país	(14.917.968)	(27.050.997)	(20.044.418)
FGTS	(13.969.040)	(25.182.198)	(18.351.860)
BNDES	(816.064)	(1.668.737)	(1.508.092)
Fundo da Marinha Mercante	(64.021)	(85.140)	(132.427)
Outras instituições	(68.843)	(114.922)	(52.039)
Repasses no exterior	(3.655)	17.453	(38.580)
Empréstimos no exterior	(14.775)	8.522	(75.909)
Total	(32.491.010)	(57.891.317)	(30.030.164)

Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	83.854.354	27.405.635	83.854.354	27.405.635
Instrumentos financeiros subordinados (c)	36.294.748	36.002.978	36.294.748	36.002.978
IHCD – Principal autorizado (d)(1)	35.548.171	33.553.318	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.633.107	5.732.731	1.633.107	5.732.731
Total	157.330.380	102.694.662	121.782.209	69.141.344
Passivo circulante	12.391.178	14.945.365	12.391.178	14.945.365
Passivo não circulante	144.939.202	87.749.297	109.391.031	54.195.979

(1) Composto por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizado a compor o capital. No consolidado o saldo é reclassificado para o Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

A CAIXA possui 14 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 8 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS com o FGTS e 6 Letras Financeiras Subordinadas – LFS, conforme detalhamento no item (c) subsequente.

O valor total captado por meio dos Instrumentos Financeiros Subordinados compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.



Instrumento de Dívida Subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Na apuração do PR de dezembro de 2022 foram considerados R\$ 22,64 bilhões no capital de Nível II em atendimento ao disposto no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021 – “*O montante dos recursos dos fundos de que tratam a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, reconhecido no Nível II fica limitado aos seguintes percentuais, aplicados ao valor desses recursos computado no mencionado nível em 30 de junho de 2018*” (grifo nosso).

Letras Financeiras Subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R\$ 1.718.700, desse total R\$1.713.241 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

Letras Financeiras Subordinadas – Nível II

A CAIXA possui 6 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 206.000 todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Quitação de IHCD

Em 17/10/2022, a Secretaria do Tesouro Nacional e a CAIXA assinaram termo de quitação do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida relativo ao contrato nº 504/PGFN/CAF, que havia sido pago em duas parcelas desembolsadas em 12/07/2019 e 27/12/2019, para o qual restava pendente controvérsia relativa ao pagamento de juros remuneratórios pro rata temporis e atualização de saldo devedor entre 1º de janeiro de 2019 e a data das respectivas amortizações. O termo assinado conferiu quitação mútua ampla, irrestrita e irrevogável de todos e quaisquer créditos ou débitos entre as partes decorrentes do referido contrato, e concretiza as tratativas ocorridas no curso do mês de setembro de 2022, que confirma que a CAIXA não tinha obrigação presente ao final do período reportado, sendo efetuado, portanto, o desconhecimento de atualização monetária e juros incorporados ao passivo, com impacto líquido de tributos de R\$ 1.109.612 nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 459.816 nas demonstrações contábeis consolidadas.



(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Valor emitido	Rem. a.a. /Indexador	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				31/12/2022	31/12/2021
			Vencimento					
			01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letras								
Letra de crédito imobiliário	-	CDI	2.253.825	2.033.289	4.897.785	64.722.742	73.907.641	22.423.121
Letra de crédito imobiliário	-	TR	-	-	-	25.661	25.661	31.533
Letra financeira	-	IPCA	-	-	1.684.455	12.263	1.696.718	1.524.039
Letra financeira	-	CDI	-	-	-	3.660.233	3.660.233	99.912
Letra de crédito do agronegócio	-	CDI	229.163	145.847	446.203	3.742.888	4.564.101	494.569
Títulos e valores mobiliários no exterior								
Tranche sênior (2° série) (1)	US\$ 500.000	3,50%	-	-	-	-	-	2.832.461
Total							83.854.354	27.405.635

(1) Tranche sênior com vencimento em nov/22 foi liquidada.



(c) Instrumentos Financeiros Subordinados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2022	Saldo devedor 31/12/2021
Nível I – Complementar (1)								
Letras financeiras elegíveis								
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	17.003	-	-	1.130.003	1.124.038
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	54	-	-	4.254	4.237
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	7.708	-	-	609.208	606.738
Nível II								
Instrumento de dívida subordinada – FGTS								
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	2.229.549	-	-	6.229.549	5.845.345
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	1.537.097	-	-	5.537.097	5.197.867
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	1.350.251	-	-	5.350.251	5.017.140
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	1.438.435	-	-	4.438.435	4.166.636
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.801.853	(981.470)	-	3.820.383	4.151.523
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	1.243.889	(797.173)	-	3.446.716	3.699.888
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.078.692	(2.610.524)	-	2.468.168	3.157.292
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	665.439	-	-	2.665.439	2.492.997
Letras financeiras elegíveis								
jun-24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	382.095	-	(2.389)	579.706	525.024
fev-25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	1.200	1.936	-	14	3.150	5.700
fev-25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	1.909	-	7	3.116	2.892
fev-25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	2.400	3.829	-	(10)	6.219	2.860
mar-25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	1.863	-	(9)	3.054	2.801
Total (2)			27.924.700	12.761.602	(4.389.167)	(2.387)	36.294.748	36.002.978

(1) Os valores elegíveis ao Nível I – Capital Complementar atendem aos requisitos da Resolução CMN nº 4.955/2021 que trata da metodologia de apuração do PR.

(2) Contempla o evento apresentado na NE 36.

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, perfazendo um montante de R\$ 1.633.107 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 5.732.731).

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizam um montante de R\$ 24.765 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 16.313).

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos IHCD somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em 28/03/2022 a CAIXA efetuou o pagamento dos juros remuneratórios referentes ao exercício 2021 no montante de R\$ 1.447.134, já corrigidos monetariamente e incorporação do montante de R\$ 1.994.853 a título de atualização monetária.



(d) Instrumentos de dívida elegíveis ao capital

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Discriminação	31/12/2022	31/12/2021
Contrato 348/2007	14.437.573	12.442.720
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000
Total	35.548.171	33.553.318

(e) Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente ao item “Títulos e valores mobiliários no exterior” reflete, até dezembro de 2022, a reclassificação para “Outras receitas operacionais – Nota 28”, da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recursos de emissões de Letras	(3.268.013)	(4.763.438)	(1.248.763)
Letras de crédito imobiliário	(2.716.699)	(3.870.109)	(999.616)
Letras hipotecárias	-	-	(104.410)
Letras financeiras	(282.679)	(548.841)	(136.320)
Com subordinação	(154.448)	(299.396)	(93.774)
Sem subordinação	(128.231)	(249.445)	(42.546)
Letras de crédito do agronegócio	(268.635)	(344.488)	(8.417)
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	(304.965)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(666.327)	(1.497.409)	(3.414.402)
Total	(3.934.340)	(6.260.847)	(4.968.130)

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recursos de emissões de Letras	(3.268.013)	(4.763.438)	(1.248.763)
Letras de crédito imobiliário	(2.716.699)	(3.870.109)	(999.616)
Letras hipotecárias	-	-	(104.410)
Letras financeiras	(282.679)	(548.841)	(136.320)
Com subordinação	(154.448)	(299.396)	(93.774)
Sem subordinação	(128.231)	(249.445)	(42.546)
Letras de crédito do agronegócio	(268.635)	(344.488)	(8.417)
Títulos e valores mobiliários no exterior	54.218	211.165	(220.778)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(110.163)	(531.869)	(1.999.672)
Total	(3.323.958)	(5.084.142)	(3.469.213)



Nota 18 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL	
	31/12/2022	31/12/2021
Recursos para destinação específica (b)	20.457.438	18.565.960
Receitas antecipadas (c)	9.476.708	9.983.708
Obrigações por operações vinculadas a cessão	4.738.717	5.461.492
Carteira de câmbio	1.872.589	1.869.795
Recursos vinculados a operações de crédito	1.101.756	1.063.565
Recursos do FGTS para amortização	1.048.466	1.030.138
Negociação e intermediação de valores (1)	97.602	125.307
Obrigações por transações de pagamento	54	12
Total	38.793.330	38.099.977
Passivo circulante	19.565.907	16.922.096
Passivo não circulante	19.227.423	21.177.881

(1) Os itens de Outros passivos financeiros são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Negociação e intermediação de valores” que, em 31/12/2022, apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 18 (31/12/2021 – R\$ 125.307).

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Fundos e programas sociais	16.945.633	15.663.329
Remuneração do AG Financeiro - FGTS	9.064.682	9.757.149
Programas de transferência de renda (1)	4.171.134	2.100.852
Remuneração do AG Financeiro - OGU	1.192.366	1.944.024
Aporte - Casa Verde Amarela	743.462	731.485
Recursos do FGTS	354.242	199.205
Programa de Subsídio à Habitação (PSH) (2)	33.199	342.552
Outros fundos e programas	1.386.548	588.062
Fundos financeiros e de desenvolvimento	591.271	655.814
FAT	589.787	651.336
Abono salarial	2	2.996
FINSOCIAL	1.482	1.482
Operações com loterias	2.920.534	2.246.817
Total	20.457.438	18.565.960

(1) Inclui o saldo, em 31/12/2022, referente aos recursos destinados ao pagamento do Auxílio Brasil no montante de R\$ 1.353.954 (31/12/2021 – R\$ 82.848), para o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda – BEm, no montante de R\$ 570.434 (31/12/2021 – R\$ 479.644) e para pagamento do Auxílio Emergencial no montante de R\$ 857.831 (31/12/2021 – R\$ 720.713).

(2) Com o encerramento do Programa de Subsídio à Habitação (PSH) a CAIXA quitou, em março de 2022, o passivo registrado para o programa, restando apenas o saldo remanescente de seguro garantia.



(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem ao saldo a diferir das transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 31/12/2022 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, no montante de R\$ 725.000 (31/12/2021 – R\$ 825.000) referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de dez anos, entre a CAIXA e a VISA. O saldo é apropriado mensalmente em resultado, de forma linear, por 120 meses.
- CNP (Holding XS1) no montante de R\$ 6.440.000 (31/12/2021 - R\$ 6.720.000) em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045.
- Tokio Marine (XS3) no montante de R\$ 1.368.000 (31/12/2021 - R\$ 1.444.000), CNP (XS5) no montante de R\$ 228.125 (31/12/2021 - R\$ 240.625), Icatu (XS4) no montante de R\$ 164.250 (31/12/2021 - R\$ 173.250) e Tempo (XS6) no montante de R\$ 27.000 (31/12/2021 - R\$ 28.500), em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade.
- FISERV, no montante de R\$ 146.000 (31/12/2021 - R\$ 154.000), buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões.
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR (“VR-FLEETCOR”), no montante de R\$ 378.333 (31/12/2021 - R\$ 398.333), para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento Pré-Pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões.

Nota 19 – Provisões

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas (b.1)	7.145.312	6.991.311
Cíveis (b.1)	3.188.447	3.279.719
Fiscais (b.1)	566.751	378.813
Pré-pagamento FGTS	1.402.205	1.259.083
Bolsa família	323.795	288.479
Garantias financeiras prestadas	49.773	49.418
Demais	31.495	38.427
Total	12.707.778	12.285.250
Passivo circulante	5.049.040	5.068.749
Passivo não circulante	7.658.738	7.216.501

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza as seguintes metodologias para calcular o valor provável de desembolso:

a) individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;



b) massificada, em que o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares extintos nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

c) No 1º trimestre de 2022, foi implementada a metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhista para 100% dos expedientes rotineiros em fase de conhecimento, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição.

Abaixo, apresentamos as ações agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						31/12/2022
	31/12/2021	Movimentação				Baixas por pagamento (1)	
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões (1)		
Trabalhistas (b.3)	6.991.311	519.267	349.445	2.833.693	(1.456.582)	(2.091.822)	7.145.312
Cíveis (b.4)	3.279.719	353.298	105.262	1.261.388	(449.113)	(1.362.107)	3.188.447
Feitos Diversos	1.270.383	198.870	52.432	482.921	(210.184)	(484.441)	1.309.981
Poupança - Planos Econômicos	952.773	14.617	17.012	215.653	(142.491)	(313.918)	743.646
Contingenciamento do FGTS	641.112	-	27.839	347.967	(20.414)	(453.838)	542.666
Habitacional	415.451	139.811	7.979	214.847	(76.024)	(109.910)	592.154
Fiscais (b.5)	378.813	58.793	19.901	209.650	(70.519)	(29.887)	566.751
ISSQN	284.209	12.875	14.485	110.877	(57.772)	(4.745)	359.929
INSS	48.115	43	1.950	3.487	(13)	(19.278)	34.304
IPTU	17.090	6.497	542	41.196	(7.649)	(2.370)	55.306
Outros	29.399	39.378	2.924	54.090	(5.085)	(3.494)	117.212
Total	10.649.843	931.358	474.608	4.304.731	(1.976.214)	(3.483.816)	10.900.510

(1) Os valores de reversão e baixa por pagamentos incluem, além do movimento natural do acervo, o resultado do incremento na estratégia executada na conciliação judicial no 4º trimestre.

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2022, constavam 57.101 processos trabalhistas provisionados (56.754 em 31/12/2021), sendo 32.159 massificados (38.816 em 31/12/2021) e 24.942 individualizados (17.938 em 31/12/2021).

Visando a reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.



(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2022, constavam 392.391 processos cíveis provisionados (413.511 em 31/12/2021), sendo 366.663 massificados (409.974 em 31/12/2021) e 25.728 individualizados (3.537 em 31/12/2021).

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2022, foi provisionado R\$ 743.646 para estes processos (31/12/2021 – R\$ 952.773).

O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que sejam proferidas as decisões das matérias de repercussão geral relativas ao Planos Bresser e Verão (tema 264), de valores não bloqueados do Plano Collor I (tema 265), Plano Collor I (tema 284) e do Plano Collor II (tema 285) que terão efeitos vinculantes a todos os casos relacionados.

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados em atendimento às adesões processadas no site <https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/> e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a FEBRABAN e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF a prorrogação por 30 meses, podendo chegar a 60 meses, condicionado à análise dos resultados obtidos.

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2022, para estes processos é de R\$ 542.665 (31/12/2021 – R\$ 641.112).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2022, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2022, realizou 49.219 acordos processuais (67% referente a ações indenizatórias e 33% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2022, correspondem ao total de R\$ 2.230.714 (31/12/2021 – R\$ 2.233.577), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 34.304 (31/12/2021 – R\$ 48.115).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.



Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação atuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2022, corresponde ao montante de R\$ 1.265.417 (31/12/2021 – R\$ 1.127.117).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2022, o valor da provisão constituída é de R\$ 359.930 (31/12/2021 – R\$ 284.209).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2022, totalizam R\$ 39.254 (31/12/2021 – R\$ 17.843), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

(d) Provisão para devolução de recursos do Programa Bolsa Família

No âmbito da prestação de serviços regida por instrumento contratual, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania (MC) apresentou à CAIXA solicitação de restituição de valores referentes ao Programa Bolsa Família. Importante destacar que em dezembro de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.284 que institui o Auxílio Brasil, programa de assistência financeira a famílias de baixa renda que substituiu o Bolsa Família.



(e) Garantias financeiras prestadas

Carteira	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	Exposição de Garantias Prestadas			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Exposição	Provisão	Exposição	Provisão
Repasses - Entidades	30.093.664	16.277	30.979.459	15.490
Cessão de Crédito	7.581.052	-	9.369.737	-
FIES	204.776	33.496	259.253	33.928
PAR (Recursos FAR) (1)	10.395	4.455	15.173	8.009
Total	37.889.887	54.228	40.623.622	57.427

(1) Valor referente ao Programa de Arrendamento Residencial com recursos do FAR, classificado no ativo como perdas associadas ao risco de crédito.

Os Repasses às outras Entidades estão concentrados junto a Instituição Financeira e Entidade Pública, sendo que a CAIXA fornece ao FGTS garantia de rentabilidade mínima frente aos valores repassados. Dessa forma, aplica-se o percentual de provisão frente ao VaR (*Value at Risk*) decorrente da garantia de rentabilidade mínima junto ao FGTS.

(f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Demandas fiscais (f.1)	9.473.673	8.966.993
Demandas cíveis (f.2)	2.131.274	1.985.291
Total	11.604.947	10.952.284

(f.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 9.473.673 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 8.966.993), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R\$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/98, totaliza R\$ 8.249.298 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 7.788.008). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estando os autos com remessa ordenada para regular apreciação e julgamento;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 240.451 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 233.332), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R\$ 195.761 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 187.303), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais;

e



d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 292.025 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 281.626), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As demais contingências com indicativo de perda possível apresentam o seguinte saldo, em 31/12/2022: a) Federais totalizam R\$ 1.420 (31/12/2021 – R\$ 1.378); b) Previdenciários somam R\$ 67.318 (31/12/2021 – R\$ 67.318); e c) Regionais correspondem a R\$ 427.399 (31/12/2021 – R\$ 408.028).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(f.2) Demandas cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 2.131.274 em 31/12/2022 (31/12/2021 – R\$ 1.985.291) refere-se a uma ação popular com probabilidade de perda possível, na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(g) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Demandas fiscais	12.856.667	12.996.498	
Demandas trabalhistas	6.010.427	5.090.395	
Demandas cíveis	787.553	828.221	
Total	19.654.647	18.915.114	



Nota 20 – Tributos

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Tributos Correntes	110.883	(441.213)	9.761
Tributos Diferidos	860.513	3.479.739	1.242.348
Passivo Fiscal Diferido	1.465.788	1.402.364	(1.770.466)
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	1.373.462	1.430.840	(1.682.609)
Depósito em Garantia	92.326	(28.476)	(87.857)
Ativo Fiscal Diferido	(605.275)	2.077.375	3.012.814
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(607.272)	2.323.380	1.674.910
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.997	(246.005)	1.337.904
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	971.396	3.038.526	1.252.109
CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Tributos Correntes	(611.895)	(1.702.236)	(1.052.355)
Tributos Diferidos	863.246	3.479.779	1.267.447
Passivo Fiscal Diferido	1.468.490	1.402.373	(1.753.141)
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	1.373.471	1.430.849	(1.682.609)
Depósito em Garantia	92.326	(28.476)	(87.857)
Outros	2.693	-	17.325
Ativo Fiscal Diferido	(605.244)	2.077.406	3.020.588
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(607.241)	2.323.411	1.682.804
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.997	(246.005)	1.337.784
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	251.351	1.777.543	215.092

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	5.582.178	8.119.144	16.459.646
Encargo IRPJ e CSLL	(1.826.075)	(2.967.710)	(7.406.840)
Efeitos tributários adições e exclusões	664.590	262.265	3.505.564
Juros sobre o capital próprio	397.705	771.947	1.587.743
Participação em coligadas e controladas	935.944	1.655.835	2.590.109
Realização/apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(46.574)	201.426	(1.337.903)
Participação dos empregados nos lucros	295.522	15.925	838.495
Outros	(310.229)	(380.901)	232.593
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	110.883	(441.213)	9.761



Descrição	CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	6.545.041	10.264.668	19.169.215
Encargo IRPJ e CSLL	(2.950.804)	(4.619.101)	(8.626.147)
Efeitos tributários adições e exclusões	763.960	762.539	4.823.209
Juros sobre o capital próprio	368.130	742.371	1.587.743
Participação em coligadas e controladas	(1.501.321)	(1.048.819)	671.073
Realização/apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	133.459	381.459	(1.337.903)
Participação dos empregados nos lucros	218.981	(60.616)	838.495
Outros	2.355.700	2.139.931	991.175
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(611.895)	(1.702.236)	(1.052.355)

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes a Valor de Mercado de Títulos para Negociação	1.773.592	2.589.243
Atualização Monetária de depósito em garantia	2.728.451	2.699.976
Outras	13.884	-
Total Passivo Fiscal Diferido no Resultado	4.515.927	5.289.219
Outros	142.507	74.520
Total Passivo Fiscal Diferido no PL	142.507	74.520
Total Passivo Fiscal Diferido	4.658.434	5.363.739

(d) Ativo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL			
	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Diferenças temporárias	40.360.541	25.874.780	(23.700.854)	42.534.467
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.008.060	21.784.517	(18.730.692)	26.061.885
Passivos atuariais	4.081.072	675.865	(557.339)	4.199.598
Provisões trabalhistas	3.146.090	944.667	(875.366)	3.215.391
Ajuste a vlr de mercado de instrumentos derivativos	2.666.564	46.461	(1.593.632)	1.119.393
Provisão para Perdas - FCVS a receber	2.419.678	733.859	(340.690)	2.812.847
Provisões cíveis	1.475.873	290.252	(331.325)	1.434.800
Provisão para desvalorização - bens não de uso	589.125	93.432	(265.023)	417.534
Provisões fiscais	157.236	105.622	(30.685)	232.173
Outros	2.816.843	1.200.105	(976.102)	3.040.846
Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL	4.629.056	-	(246.004)	4.383.052
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	4.629.056	-	(246.004)	4.383.052
Total dos créditos com impacto no resultado	44.989.597	25.874.780	(23.946.858)	46.917.519
Passivos atuariais	5.994.655	213.792	-	6.208.447
Ajuste a vlr de mercado de tít. disponíveis p/ venda	190.682	-	(190.682)	-
Outros	-	915.522	-	915.522
Total dos créditos com impacto no PL	6.185.337	1.129.314	(190.682)	7.123.969
Total dos créditos tributários	51.174.934	27.004.094	(24.137.540)	54.041.488



Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Diferenças temporárias	40.360.541	25.876.361	(23.700.854)	42.536.048
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.008.060	21.784.517	(18.730.692)	26.061.885
Passivos atuariais	4.081.072	675.865	(557.339)	4.199.598
Provisões trabalhistas	3.146.090	944.667	(875.366)	3.215.391
Provisões cíveis	2.666.564	46.461	(1.593.632)	1.119.393
Provisões fiscais	2.419.678	733.859	(340.690)	2.812.847
Ajuste a vlr de mercado de instrumentos derivativos	1.475.873	290.252	(331.325)	1.434.800
Provisão para desvalorização - bens não de uso	589.125	93.432	(265.023)	417.534
Provisão para Perdas - FCVS a receber	157.236	105.622	(30.685)	232.173
Outros	2.816.843	1.201.686	(976.102)	3.042.427
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	4.629.056	-	(246.004)	4.383.052
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	4.629.056	-	(246.004)	4.383.052
Total dos créditos com impacto no resultado	44.989.597	25.876.361	(23.946.858)	46.919.100
Passivos atuariais	5.994.655	213.792	-	6.208.447
Ajuste a vlr de mercado de tít. disponíveis p/ venda	190.682	-	(190.682)	-
Outros	-	915.522	-	915.522
Total dos créditos com impacto no PL	6.185.337	1.129.314	(190.682)	7.123.969
Total dos créditos tributários	51.174.934	27.005.675	(24.137.540)	54.043.069

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo estão representados a seguir:

Ano de Realização	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
2023	5.473.325	5.414.850	5.473.325	5.414.850
2024	5.492.500	5.097.201	5.492.500	5.097.201
2025	5.564.225	4.884.377	5.564.225	4.884.377
2026	6.748.557	5.603.379	6.748.557	5.603.379
2027	3.836.809	3.019.783	3.836.809	3.019.783
2028	6.211.148	4.645.575	6.211.148	4.645.575
2029	3.336.222	2.370.815	3.336.222	2.370.815
2030	1.571.946	1.061.135	1.571.946	1.061.135
2031	3.551.689	2.276.937	3.551.689	2.276.937
2032	12.255.067	7.472.954	12.256.648	7.474.883
Total	54.041.488	41.847.006	54.043.069	41.848.936

Nota 21 – Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.



(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta- alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Benefícios de curto prazo	4.230.794	4.372.451	
Natureza salarial	3.349.073	3.213.458	
Participação dos empregados no lucro (1)	881.721	1.158.993	
Benefícios pós-emprego	24.121.370	24.365.944	
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	10.513.464	10.364.135	
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.842.961	1.811.869	
Planos de benefícios – Previdência Complementar	11.764.945	12.189.940	
REG/REPLAN	10.610.320	11.387.291	
REB	53.246	57.006	
Novo Plano	1.101.379	745.643	
Total	28.352.164	28.738.395	
Passivo circulante	11.297.813	9.828.765	
Passivo não circulante	17.054.351	18.909.630	

(1) Os itens da Composição da provisão para benefícios a empregados são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Participação dos empregados no lucro" que em 31/12/2022 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 886.935 (31/12/2021 – R\$ 1.161.399).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.



No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência das premissas e/ou parâmetros adotadas no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, comprometendo parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33(R1) e Deliberação CVM nº 695/12.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/ passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.



(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O estatuto da CAIXA estabeleceu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, no exercício de 2017, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial.

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R\$ 1.014,42 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A cesta-alimentação para o mesmo período é de R\$ 799,38 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, há assistidos que permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.



(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

▪ REG/REPLAN

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto que na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento tem como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
Déficit	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado



	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado
Exercício 2014	208 meses	1.166.094	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.675.137	237 meses	288.556
Exercício 2016	221 meses	5.304.083	241 meses	187.429
Total		10.145.314		475.985

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2022 o montante de R\$ 10.610.320 (31/12/2021 – R\$ 11.387.291), sendo R\$ 7.810.665 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R\$ 2.799.655 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, no ano de 2022, montam R\$ 1.065.121 (2021 – R\$ 1.002.906).

▪ REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).



▪ Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2022 (1)			31/12/2021 (2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	76.166	73.430	149.596	77.568	74.348	151.916
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	16.206	16.206	-	15.615	15.615
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	59	59	-	59	59
REG/REPLAN salgado (3)	8.846	46.964	55.810	9.054	46.108	55.162
REG/REPLAN não salgado (3)	974	5.071	6.045	1.021	4.721	5.742
REB (3)	5.540	1.203	6.743	5.745	1.143	6.888
Novo Plano (3)	79.524	9.899	89.423	77.235	9.670	86.905

(1) Conforme posições de 30/09/2022.

(2) Conforme posições de 30/09/2021.

(3) Inclui participantes assistidos que estão recebendo o benefício por meio de decisões judiciais.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.



A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e Cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2022, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o *Aging Factor*, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O *Aging Factor* adotado para 31/12/2022 é de 3,12%.

**(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa nominal de desconto (a.a.)	9,29%	8,45%	9,26%	8,35%	9,27%	8,30%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,11%	5,29%	6,08%	5,19%	6,09%	5,15%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2022	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2021	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa nominal de desconto (a.a.)	9,28%	8,43%	9,28%	8,44%	9,30%	8,47%	9,32%	8,54%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,10%	5,27%	6,10%	5,28%	6,12%	5,31%	6,14%	5,38%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	2,26%	2,26%	2,97%	2,84%	3,15%	3,25%
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	0,39%	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,57%	0,39%	Não aplicável	0,39%	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,57%	0,39%	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,57%
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF Novo Plano 2022	Experiência FUNCEF Novo Plano 2020
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021

**(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano	FUNCEF
Taxa real de desconto (a.a.)	6,10%	6,10%	6,12%	6,14%	4,5% para todos os planos
Regime de capitalização	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Método agregado

(i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VPO no início do período	(11.073.460)	(10.364.134)	(12.066.053)	(1.826.851)	(1.811.869)	(2.003.798)	(66.004)	(68.739)	(76.353)
Custo do serviço corrente	(111.660)	(219.163)	(155.347)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre VPO	(480.529)	(903.778)	(779.070)	(77.669)	(149.827)	(127.248)	(2.866)	(5.650)	(4.662)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	788.482	256.134	1.889.570	(30.485)	(58.232)	161.445	(7.554)	(5.141)	5.783
Ajuste de experiência	58.481	(1.079.675)	867.989	(73.838)	(182.189)	(124.781)	(9.161)	(8.952)	(6.280)
Alterações premissas demográficas	(268.111)	(268.111)	(959.093)	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	998.112	1.603.920	1.980.674	43.353	123.957	286.226	1.607	3.811	12.063
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	3.562	6.668	6.493
Benefícios pagos diretamente pela empresa	363.703	717.477	746.766	92.044	176.967	157.732	-	-	-
VPO no final do período	(10.513.464)	(10.513.464)	(10.364.134)	(1.842.961)	(1.842.961)	(1.811.869)	(72.862)	(72.862)	(68.739)



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VPO no início do período	(68.136.984)	(68.260.692)	(77.202.029)	(6.865.388)	(7.421.666)	(8.115.723)	(757.627)	(749.705)	(814.926)	(4.513.568)	(4.504.811)	(4.457.994)
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	(21.654)	-	(1.680)	(9.037)	(45.659)	(105.535)	(133.465)
Custo de juros sobre VPO	(3.005.107)	(5.881.647)	(5.083.729)	(303.603)	(612.794)	(525.001)	(33.653)	(64.933)	(55.786)	(208.299)	(403.011)	(319.300)
Contribuições pagas de participantes	-	-	(12.838)	(16.911)	(27.735)	(20.332)	(5.716)	(10.973)	(4.547)	(263)	(914)	(1.068)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais:	3.544.706	4.195.067	10.015.503	360.946	1.025.137	890.580	42.015	46.467	90.928	266.021	402.589	223.925
Ajuste de experiência	772.326	(2.002.171)	(1.387.678)	194.343	987.163	72.089	20.137	(15.362)	(24.262)	118.663	151.779	(479.806)
Alterações premissas demográficas	(16.820)	(16.820)	-	11.743	11.743	-	6.172	6.172	(338)	(29.780)	(29.780)	(28.729)
Alterações premissas financeiras	2.789.200	6.214.058	11.403.181	154.860	26.231	818.491	15.706	55.657	115.528	177.138	280.590	732.460
Benefícios pagos diretamente pelo plano	2.352.551	4.702.438	4.022.401	214.087	426.189	370.464	25.959	51.802	43.663	113.737	223.651	183.091
VPO no final do período	(65.244.834)	(65.244.834)	(68.260.692)	(6.610.869)	(6.610.869)	(7.421.666)	(729.022)	(729.022)	(749.705)	(4.388.031)	(4.388.031)	(4.504.811)

A Resolução nº 25, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

(i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.



Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VJA no início do período	66.004	68.739	76.353	47.339.139	46.878.327	50.105.753	6.042.436	6.029.450	6.339.584
Receitas de juros	2.866	5.650	4.662	2.092.281	4.088.757	3.549.524	267.608	520.216	453.067
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	7.554	5.141	(5.783)	1.705.743	1.482.480	(4.684.698)	273.017	191.685	(580.552)
Contribuições do empregador	-	-	-	513.624	1.042.555	973.167	28.652	57.870	73.238
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	513.414	1.021.969	956.982	25.097	49.691	114.576
Benefícios pagos pelo plano	(3.562)	(6.668)	(6.493)	(2.352.551)	(4.702.438)	(4.022.401)	(214.088)	(426.190)	(370.463)
VJA no final do período	72.862	72.862	68.739	49.811.650	49.811.650	46.878.327	6.422.722	6.422.722	6.029.450

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	REB			Novo Plano			
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	
VJA no início do período		525.141	635.693	815.010	2.041.451	3.013.525	4.455.889
Receitas de juros		23.786	50.625	55.057	92.690	220.397	309.683
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto		88.312	(33.585)	(206.974)	83.315	(978.201)	(1.685.164)
Contribuições do empregador		5.533	10.625	8.009	81.290	152.288	115.139
Contribuições de participantes do plano		5.716	10.973	8.254	263	914	1.068
Benefícios pagos pelo plano		(25.959)	(51.802)	(43.663)	(113.737)	(223.651)	(183.090)
VJA no final do período		622.529	622.529	635.693	2.185.272	2.185.272	3.013.525

**(i.7) Conciliação do ativo/ (passivo) dos planos reconhecidos no Balanço Patrimonial**

O valor líquido do ativo/ passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VPO no final do período	(10.513.464)	(10.513.464)	(10.364.134)	(1.842.961)	(1.842.961)	(1.811.869)	(72.862)	(72.862)	(68.739)
VJA no final do período	-	-	-	-	-	-	72.862	72.862	68.739
Superávit/ (déficit) do plano	(10.513.464)	(10.513.464)	(10.364.134)	(1.842.961)	(1.842.961)	(1.811.869)	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(10.513.464)	(10.513.464)	(10.364.134)	(1.842.961)	(1.842.961)	(1.811.869)	-	-	-

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
VPO no final do período	(65.244.834)	(65.244.834)	(68.260.692)	(6.610.869)	(6.610.869)	(7.421.666)	(729.022)	(729.022)	(749.705)	(4.388.031)	(4.388.031)	(4.504.811)
VJA no final do período	49.811.650	49.811.650	46.878.327	6.422.722	6.422.722	6.029.450	622.529	622.529	635.693	2.185.272	2.185.272	3.013.525
Superávit/ (déficit) do plano	(15.433.184)	(15.433.184)	(21.382.365)	(188.147)	(188.147)	(1.392.216)	(106.493)	(106.493)	(114.012)	(2.202.759)	(2.202.759)	(1.491.286)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (<i>Risk Sharing</i>)	7.716.592	7.716.592	10.691.182	94.074	94.074	696.108	53.247	53.247	57.006	1.101.380	1.101.380	745.643
Ativo/ (passivo) líquido	(7.716.592)	(7.716.592)	(10.691.183)	(94.073)	(94.073)	(696.108)	(53.246)	(53.246)	(57.006)	(1.101.379)	(1.101.379)	(745.643)



(i.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta - alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2023	797.248	182.832	8.422	5.308.702	495.603	50.894	231.740
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2024	758.960	167.737	7.688	4.962.096	469.403	48.240	226.835
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2025	723.236	153.673	6.992	4.633.700	443.219	45.602	220.875
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2026	685.469	140.582	6.332	4.322.807	417.303	43.184	214.579
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2027 ou posterior	7.548.551	1.198.137	43.428	46.017.529	4.785.341	541.102	3.494.002
Total	10.513.464	1.842.961	72.862	65.244.834	6.610.869	729.022	4.388.031
<i>Duration do passivo atuarial na data-base de 31/12/2022</i>	9,83 anos	7,62 anos	8,85 anos	9,47 anos	9,80 anos	11,02 anos	13,13 anos

(i.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/ Cesta-alimentação			REG/REPLAN Saldado		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Custo do serviço corrente	(111.660)	(219.163)	(155.347)	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros sobre VPO	(480.529)	(903.778)	(779.070)	(77.669)	(149.827)	(127.248)	(1.502.554)	(2.940.824)	(2.541.865)
Receita de juros sobre o ativo	-	-	-	-	-	-	1.046.141	2.044.379	1.774.761
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	(592.189)	(1.122.941)	(934.417)	(77.669)	(149.827)	(127.248)	(456.413)	(896.445)	(767.104)

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Custo do serviço corrente	-	-	(4.708)	-	(1.680)	(5.331)	(45.659)	(105.535)	(133.465)
Custo dos juros sobre VPO	(151.802)	(306.397)	(262.500)	(16.827)	(32.467)	(27.893)	(104.150)	(201.506)	(159.650)
Receita de juros sobre o ativo	133.804	260.108	226.533	11.893	25.313	27.414	46.345	110.199	153.887
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	(17.998)	(46.289)	(40.675)	(4.934)	(8.834)	(5.810)	(103.464)	(196.842)	(139.228)



(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/ Cesta-alimentação		REG/REPLAN Consolidado		REB		Novo Plano	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(2.168.096)	(4.292.696)	(702.514)	(1.035.320)	(6.059.618)	(7.605.276)	(18.329)	25.880	(353.684)	77.439
Ajustes de avaliação patrimonial	256.134	1.889.570	(58.233)	161.446	619.278	2.810.288	1.968	(59.205)	(311.182)	(720.501)
Efeitos fiscais	284.544	235.030	68.777	171.360	(278.675)	(1.264.630)	(886)	14.996	140.032	289.378
Saldo final	(1.627.418)	(2.168.096)	(691.970)	(702.514)	(5.719.015)	(6.059.618)	(17.247)	(18.329)	(524.834)	(353.684)

(i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Renda fixa	31.038.505	27.558.409	4.159.474	3.584.605	430.970	412.205	1.672.071	2.156.768
Renda variável	12.594.552	13.095.236	1.604.814	1.777.420	150.572	177.586	400.654	667.375
Investimentos estruturados	379.408	672.395	62.304	96.341	5.309	8.382	13.531	30.703
Investimentos imobiliários	4.588.855	4.410.024	521.774	501.462	17.127	15.777	17.706	21.923
Operações com participantes	1.210.330	1.142.263	74.357	69.622	18.551	21.743	81.310	136.755
Total	49.811.650	46.878.327	6.422.723	6.029.450	622.529	635.693	2.185.272	3.013.524

(i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis - Locados à CAIXA	339.786	454.232	36.386	51.550	4.500	1.523	3.962	1.574
Total	339.786	454.232	36.386	51.550	4.500	1.523	3.962	1.574

A FUNCEF não possui em seus ativos, instrumentos financeiros de emissão da CAIXA (CPC33 (R1), item 143).

**(i.13) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o próximo semestre**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta- alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023
Custo do serviço corrente	(103.060)	-	-	-	-	42.138
Custo de juros sobre o VPOA	(470.001)	(81.118)	2.905.137	301.875	32.729	209.976
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	(2.236.782)	(293.547)	(28.322)	(100.431)
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o efeito do <i>Risk Sharing</i>	-	-	(334.177)	(4.164)	(2.204)	(54.772)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(573.061)	(81.118)	334.178	4.164	2.203	96.911

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta- alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023
Benefícios	398.624	91.416	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	4.815	5.774	83.606
Contribuições extraordinárias	-	-	-	21.970	45	960
Contribuições de equacionamento	-	-	516.811	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	398.624	91.416	516.811	26.785	5.819	84.566

**(i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas**

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)						
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Aging Factor	
	+ 1 ano na idade	- 1 ano na idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%
Saúde CAIXA						
Custo de juros	(482.277)	(458.097)	(471.709)	(468.169)	(494.259)	(450.094)
Valor presente da obrigação	(10.789.037)	(10.246.229)	(10.284.282)	(10.752.572)	(11.048.257)	(10.075.141)
Auxílio/Cesta-alimentação						
Custo de juros	(83.264)	(78.951)	(81.820)	(80.385)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(1.889.299)	(1.796.186)	(1.811.703)	(1.875.291)	Não aplicável	Não aplicável
EX-PREHVAB						
Custo de juros	(3.104)	(3.263)	(3.218)	(3.147)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(71.153)	(74.595)	(71.739)	(74.018)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN saldado						
Custo de juros	(2.852.432)	(2.971.293)	(2.911.515)	(3.149.696)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(64.088.444)	(66.649.259)	(63.668.328)	(66.926.099)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN não saldado						
Custo de juros	(291.841)	(300.246)	(296.105)	(319.504)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(6.532.285)	(6.713.364)	(6.451.979)	(6.766.458)	Não aplicável	Não aplicável
REB						
Custo de juros	(33.666)	(32.190)	(32.452)	(35.620)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(749.156)	(717.446)	(704.277)	(751.000)	Não aplicável	Não aplicável
Novo Plano						
Custo de juros	(203.197)	(196.125)	(196.189)	(202.348)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(4.473.294)	(4.321.609)	(4.209.872)	(4.578.356)	Não aplicável	Não aplicável



(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
REB	41.626	67.263	50.833
Novo Plano	586.285	1.154.500	1.102.948
Total	627.911	1.221.763	1.153.781

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Causas judiciais	7.332	19.380	24.149
Total	7.332	19.380	24.149

Nota 22 – Outros passivos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras e Interdependências	12.134.100	10.188.625	12.134.100	10.188.625
Credores diversos - país	6.223.176	6.201.149	6.237.969	6.219.057
Credores por recursos a liberar	5.063.290	5.181.557	5.063.290	5.181.557
Provisão para pagamentos a efetuar	3.605.697	3.295.459	3.665.848	3.324.115
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados (1)	299.581	396.232	299.581	396.232
Valores a pagar a sociedades ligadas	624.161	948.866	624.161	952.453
Prestação de serviços de pagamentos	444.423	439.309	444.423	439.308
Sociais e estatutárias	2.581.708	4.699.209	2.707.150	4.701.616
Participação de entidades não integrantes do conglomerado (2)	-	-	-	497.643
Outras obrigações diversas	409.375	315.469	409.374	315.469
Total	31.385.511	31.665.875	31.585.896	32.216.075
Passivo circulante	31.385.511	31.665.875	31.585.896	31.718.432
Passivo não circulante	-	-	-	497.643

(1) Variação decorre da ausência de movimentações bancárias no dia 31/12/2021.

(2) Os valores referentes aos não controladores de fundo de investimento anteriormente classificados como passivo foram reclassificados para PL, conforme determinação da Instrução Normativa BCB nº 206/2021.



Nota 23 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Discriminação	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL	84.813.538	76.154.969
IHCD – Elegíveis a Capital	35.548.171	33.553.318
Participação dos não controladores	2.245.965	1.821.387
Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO	122.607.674	111.529.674

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/12/2022 índice de 18,41% (31/12/2021 – 19,27%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil que é de 11,5%.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

No Exercício de 2022, foram realizadas em resultado, reservas no montante de R\$ 1.095 (31/12/2021 – R\$ 48.629) decorrentes de baixa e depreciação em imobilizado de uso (Nota 12) e ativos não financeiros mantidos para venda (Nota 14), líquido de impostos. O saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização de acordo com a Resolução CMN n.º 3.565/2008. O valor residual da Reserva de Reavaliação em 31/12/2022 totalizou o montante de R\$ 224.426 (31/12/2021 – R\$ 225.521).

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022 foi aprovado o aumento do Capital Social da CAIXA, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária – Reserva de Loterias, no valor de R\$ 851 milhões. O novo valor do Capital Social é de R\$ 68.851 milhões.



INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Reservas de reavaliação	224.426	225.521	
Reservas de lucros	23.636.519	17.830.582	
Reserva legal	5.525.555	5.036.845	
Reserva estatutária – loterias	1.068.410	851.142	
Reservas estatutária - margem operacional	17.042.554	11.942.595	

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes na aprovação dos parâmetros para distribuição de resultado.

De acordo com o Estatuto Social e os parâmetros aprovados, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opinamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais e as condições do Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. Em 24/02/2022 a CAIXA efetuou o pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2021 no montante de R\$ 3.591.428.

(e) Ajuste em LPA por alteração na política de provisionamento para o FCVS

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2 (d), em decorrência de mudança na política contábil pela adoção da nova base de avaliação para cálculo da provisão para perdas com o FCVS houve o incremento no saldo da provisão para perdas com FCVS, no montante de R\$ 1.118.971, líquido de tributos, ajustado em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, com reflexo no Patrimônio Líquido da CAIXA.



Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

Além dos serviços típicos de instituição financeira, por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e programas, destacando-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e em regime de exclusividade, as Loterias Federais.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA recebe tarifas decorrentes da prestação do serviço de pagamento dos programas de transferência de renda, destacando-se o Programa Auxílio Brasil, Seguro Desemprego, Abono Salarial, Auxílio Emergencial e BEm – Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda.

Descrição	INDIVIDUAL		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de Governo	4.789.689	9.036.844	8.109.765
Administração e fomento de entidades e programas	3.841.513	7.321.472	6.404.046
FGTS	1.351.605	2.701.549	2.643.000
Loterias	1.401.486	2.539.249	1.978.977
FIES	231.216	443.290	466.141
Programa Casa Verde e Amarela	171.306	354.085	400.731
Programa Saneamento para todos	153.022	301.515	350.204
Outras entidades e programas	532.878	981.784	564.993
Transferência de Benefícios	740.364	1.330.979	1.292.493
Garantias prestadas - Agente operador	207.812	384.393	413.226
Conta corrente e tarifas bancárias	1.840.129	3.823.228	4.414.573
Convênio e cobrança	1.178.527	2.434.449	2.622.978
Cartões de débito e crédito	1.322.271	2.568.957	2.525.761
Fundos de investimento (1)	270.595	532.654	2.064.612
Operações de crédito	1.132.475	2.300.641	2.409.901
Seguros	368.157	666.489	400.010
Outros	96.044	141.711	145.476
Total	10.997.887	21.504.973	22.693.076

(1) A variação de saldo entre o exercício de 2021 e 2022, decorre da migração da gestão dos fundos de investimentos da CAIXA para a subsidiária, conforme acordo firmado entre a CAIXA e a CAIXA Asset.



CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de Governo	4.789.689	9.036.844	8.109.765
Administração e fomento de entidades e programas	3.841.513	7.321.472	6.404.046
FGTS	1.351.605	2.701.549	2.643.000
Loterias	1.401.486	2.539.249	1.978.977
FIES	231.216	443.290	466.141
Programa Casa Verde e Amarela	171.306	354.085	400.731
Programa Saneamento para todos	153.022	301.515	350.204
Outras entidades e programas	532.878	981.784	564.993
Transferência de Benefícios	740.364	1.330.979	1.292.493
Garantias prestadas - Agente operador	207.812	384.393	413.226
Conta corrente e tarifas bancárias	1.840.121	3.823.217	4.414.568
Convênio e cobrança	1.178.527	2.434.449	2.622.978
Cartões de débito e crédito	1.329.034	2.578.237	2.558.033
Fundos de investimento	1.302.715	2.545.299	2.292.159
Operações de crédito	1.132.475	2.300.641	2.409.901
Seguros	1.249.801	2.212.283	1.342.993
Outros	108.238	175.538	149.254
Total	12.930.600	25.106.508	23.899.651

Nota 25 – Despesas de pessoal

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Salários	(8.046.061)	(15.318.551)	(13.913.305)
Indenizações trabalhistas	(93.198)	(183.011)	(159.010)
Benefícios	(1.926.472)	(3.554.956)	(3.272.147)
Outros	(50.850)	(79.778)	(69.927)
Encargos sociais	(3.249.069)	(6.304.685)	(5.719.050)
FGTS	(630.631)	(1.213.393)	(1.105.088)
Previdência social	(1.853.123)	(3.566.025)	(3.309.389)
Previdência complementar	(574.410)	(1.115.044)	(1.002.204)
Outros encargos	(190.905)	(410.223)	(302.369)
Total	(13.365.650)	(25.440.981)	(23.133.439)



CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Salários	(8.110.618)	(15.440.423)	(13.935.937)
Indenizações trabalhistas	(93.198)	(183.011)	(159.010)
Benefícios	(2.079.569)	(3.804.126)	(3.326.090)
Outros	(55.064)	(86.375)	(70.495)
Encargos sociais	(3.272.201)	(6.348.648)	(5.727.479)
FGTS	(635.430)	(1.222.597)	(1.106.732)
Previdência social	(1.865.070)	(3.588.617)	(3.314.210)
Previdência complementar	(579.400)	(1.124.572)	(1.003.779)
Outros encargos	(192.301)	(412.862)	(302.758)
Total	(13.610.650)	(25.862.583)	(23.219.011)

Nota 26 – Outras despesas administrativas

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(1.196.328)	(2.137.821)	(1.847.120)
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.168.071)	(2.167.685)	(1.599.549)
Serviços de terceiros	(560.001)	(964.234)	(1.005.850)
Serviços de vigilância e segurança	(546.838)	(902.685)	(946.851)
Depreciação / Impairment	(465.202)	(922.169)	(938.288)
Manutenção e conservação de bens	(594.475)	(1.052.991)	(891.493)
Amortização / Impairment	(493.519)	(987.402)	(876.770)
Serviços de transporte	(364.529)	(728.660)	(783.438)
Serviços especializados	(372.890)	(654.864)	(666.961)
Comunicações	(304.752)	(451.314)	(575.742)
Água e energia	(215.909)	(525.377)	(497.836)
Serviços do sistema financeiro	(218.946)	(396.494)	(399.320)
Propaganda e publicidade	(178.185)	(222.098)	(303.028)
Material	(62.698)	(101.736)	(130.187)
Promoções e relações públicas	(52.031)	(59.975)	(7.589)
Outras	(173.889)	(319.066)	(343.359)
Total	(6.968.263)	(12.594.571)	(11.813.381)



CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(1.197.299)	(2.139.606)	(1.847.782)
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.169.625)	(2.171.947)	(1.600.992)
Serviços de terceiros	(560.285)	(964.789)	(1.006.151)
Serviços de vigilância e segurança	(546.920)	(902.829)	(946.904)
Depreciação / Impairment	(465.209)	(922.181)	(938.298)
Manutenção e conservação de bens	(595.281)	(1.054.566)	(892.056)
Amortização / Impairment	(493.519)	(987.402)	(876.770)
Serviços de transporte	(364.533)	(728.665)	(783.438)
Serviços especializados	(375.558)	(661.447)	(673.495)
Comunicações	(304.752)	(451.314)	(575.742)
Água e energia	(215.938)	(525.442)	(497.916)
Serviços do sistema financeiro	(219.975)	(398.316)	(400.339)
Propaganda e publicidade	(178.185)	(222.098)	(303.028)
Material	(62.703)	(101.746)	(130.187)
Promoções e relações públicas	(52.034)	(59.978)	(7.589)
Outras	(225.290)	(405.802)	(373.256)
Total	(7.027.106)	(12.698.128)	(11.853.943)

Nota 27 – Despesas tributárias

INDIVIDUAL			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(1.426.841)	(2.657.990)	(2.417.524)
ISS	(344.529)	(689.263)	(738.476)
PIS/PASEP	(228.370)	(428.789)	(392.661)
IPTU	(8.471)	(85.755)	(81.015)
Outras	(11.559)	(38.316)	(32.540)
Total	(2.019.770)	(3.900.113)	(3.662.216)

CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(1.548.854)	(2.880.541)	(2.515.190)
ISS	(391.397)	(774.372)	(766.535)
PIS/PASEP	(252.315)	(472.267)	(413.349)
IPTU	(8.471)	(85.755)	(81.015)
Outras	(12.454)	(39.391)	(32.615)
Total	(2.213.491)	(4.252.326)	(3.808.704)



Nota 28 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Desreconhecimento de obrigações passivas (1)	2.155.047	2.155.047	-
Recuperação de despesas	1.044.938	2.321.401	1.906.802
Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas	54.219	255.570	94.534
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS (2)	1.272.270	2.179.022	1.703.262
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (3)	1.287.248	2.146.974	1.922.440
Atualização monetária sobre operações diversas	642.971	1.169.032	540.535
Direito de uso - Rede CAIXA	194.831	389.662	364.348
Recuperação de perdas operacionais	159.785	300.640	262.713
Rendas de créditos específicos	79.848	140.966	57.569
Receita de deságio na aquisição de royalties	13.351	52.163	77.623
Comissões e taxas sobre operações	13.517	33.407	80.924
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	5.355	9.739	15.098
Outras receitas operacionais	193.735	433.243	479.492
Total	7.117.115	11.586.866	7.505.340

(1) Contempla o evento relativo ao contrato de IHCD nº 504/PGFN/CAF, liquidado em 17/10/2022 (NE 17).

(2) Variação da receita por diferimento antecipado em razão da baixa de contratos por quitação.

(3) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2022 os custos foram de R\$ 9.310,34 (R\$ 5.226,36 indiretos e R\$ 4.083,97 diretos). Foram realizadas 230.601 contratações no Exercício de 2022 (230.023 contratações no Exercício de 2021).

Descrição	CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Desreconhecimento de obrigações passivas (1)	1.505.251	1.505.251	-
Recuperação de despesas	1.026.624	2.280.594	1.831.241
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS (2)	1.272.270	2.179.022	1.703.262
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (3)	1.287.248	2.146.974	1.922.440
Atualização monetária sobre operações diversas	642.977	1.169.038	540.536
Direito de uso - Rede CAIXA	194.831	389.662	364.348
Recuperação de perdas operacionais	159.785	300.640	262.713
Rendas de créditos específicos	79.848	140.966	57.569
Receita de deságio na aquisição de royalties	13.351	52.163	77.623
Comissões e taxas sobre operações	81.522	175.055	261.802
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	5.355	9.739	15.098
Outras receitas operacionais	228.289	473.219	506.446
Total	6.497.351	10.822.323	7.543.078

(1) Contempla o evento apresentado na NE 36

(2) Variação da receita por diferimento antecipado em razão da baixa de contratos por quitação.

(3) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2022 os custos foram de R\$ 9.310,34 (R\$ 5.226,36 indiretos e R\$ 4.083,97 diretos). Foram realizadas 230.601 contratações no Exercício de 2022 (230.023 contratações no Exercício de 2021).



Nota 29 – Outras despesas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(2.243.936)	(4.208.963)	(3.897.929)
Benefício pós-emprego	(1.095.347)	(2.094.800)	(1.715.631)
Despesas com cartão	(514.268)	(1.014.051)	(996.209)
Perdas de Risco Operacional	(596.790)	(1.197.399)	(1.658.989)
Operações de financiamentos imobiliários	(734.649)	(1.198.008)	(407.822)
Alavancagem de negócios	(342.370)	(669.930)	(477.567)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(330.398)	(589.516)	(567.213)
Benefícios sociais	(466.455)	(752.415)	(200.443)
Serviços automatizados	(285.539)	(574.576)	(635.321)
Obrigações com fundos e programas	(238.351)	(461.305)	(440.499)
Despesas com loterias	(204.471)	(386.461)	(302.034)
Descontos de operações de crédito	(376.236)	(554.451)	(448.034)
FGTS - arrecadação/pagamento	(128.930)	(250.293)	(238.606)
FCVS a receber – perdas	(285.789)	(405.995)	(174.938)
Operações de crédito comerciais	(66.938)	(185.282)	(38.721)
Condenacoes judiciais	-	-	(14.977)
Outras	(577.336)	(945.811)	(595.703)
Total	(8.487.803)	(15.489.256)	(12.810.636)

Descrição	CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(2.243.936)	(4.208.963)	(3.897.929)
Benefício pós-emprego	(1.095.347)	(2.094.800)	(1.715.631)
Despesas com cartão	(514.268)	(1.014.680)	(997.151)
Perdas de Risco Operacional	(596.790)	(1.197.399)	(1.659.165)
Operações de financiamentos imobiliários	(734.649)	(1.198.008)	(407.822)
Alavancagem de negócios	(342.370)	(669.930)	(477.567)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(330.398)	(589.516)	(567.213)
Benefícios sociais	(466.455)	(752.415)	(200.443)
Serviços automatizados	(285.539)	(574.576)	(635.321)
Obrigações com fundos e programas	(238.351)	(461.305)	(440.499)
Despesas com loterias	(204.471)	(386.461)	(302.034)
Descontos de operações de crédito	(376.236)	(554.451)	(448.034)
FGTS - arrecadação/pagamento	(128.930)	(250.293)	(238.606)
FCVS a receber – perdas	(285.789)	(405.995)	(174.938)
Operações de crédito comerciais	(66.938)	(185.282)	(38.721)
Condenacoes judiciais	-	-	(14.977)
Outras	(592.612)	(959.252)	(661.822)
Total	(8.503.079)	(15.503.326)	(12.877.873)



Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

Descrição	INDIVIDUAL		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Contingências Judiciais	(1.910.295)	(4.181.553)	(3.857.322)
Trabalhistas	(1.387.786)	(2.517.592)	(2.733.702)
Cíveis	(435.845)	(1.437.257)	(1.132.358)
Fiscais	(86.664)	(226.704)	8.738
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(59.487)	(144.015)	(382.970)
Pré-pagamento – FGTS	(95.455)	(140.183)	(249.962)
Garantia financeira prestada	(3.348)	11.732	(25.686)
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS (1)	(417.836)	(873.709)	(311.419)
Outras operacionais (2)	(107.014)	(75.546)	364.730
Total	(2.593.435)	(5.403.274)	(4.462.629)

(1) Acréscimo decorrente da mudança na metodologia de apuração de provisão para o FCVS (Nota 2(d) e 10(b)).

(2) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar e custos relativos a manutenção de imóveis.

Descrição	CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Contingências Judiciais	(1.910.295)	(4.181.553)	(3.857.322)
Trabalhistas	(1.387.786)	(2.517.592)	(2.733.702)
Cíveis	(435.845)	(1.437.257)	(1.132.358)
Fiscais	(86.664)	(226.704)	8.738
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(59.487)	(144.015)	(382.970)
Pré-pagamento – FGTS	(95.455)	(140.183)	(249.962)
Garantia financeira prestada	(3.348)	11.732	(25.686)
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS (1)	(417.836)	(873.709)	(311.419)
Outras operacionais (2)	(107.014)	(75.546)	341.651
Total	(2.593.435)	(5.403.274)	(4.485.708)

(1) Acréscimo decorrente da mudança na metodologia de apuração de provisão para o FCVS (Nota 2(d) e 10(b)).

(2) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar e custos relativos a manutenção de imóveis.

Nota 31 – Resultado não operacional

Descrição	INDIVIDUAL		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda	(98.869)	(267.110)	2.811.897
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	164.413	404.458	496.221
Outros (1) (2)	(105.588)	260.823	(106.339)
Total	(40.044)	398.171	3.201.779

(1) Inclui o ganho de capital da CIP no valor de R\$163.838 em decorrência de reorganização societária (Nota 11 (b)).

(2) Inclui o ganho de capital pelo encerramento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH em virtude da quitação das obrigações com o programa ensejando que quaisquer rendimentos obtidos pela CAIXA (Agente Financeiro) com a aplicação dos valores sob sua disponibilidade e risco são incorporadas como ganhos (Nota 18 (b)).



Descrição	CONSOLIDADO		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda	(98.869)	(267.110)	5.047.751
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	164.413	404.458	496.221
Ganhos de capital - remensurações ao valor justo (1)	296.721	296.722	1.790.811
Outros (2) (3)	(105.588)	260.823	(106.339)
Total	256.677	694.893	7.228.444

(1) Ganho de capital auferido por alteração no percentual de participação relativa dos investimentos da Caixa Seguridade.

(2) Inclui o ganho de capital da CIP no valor de R\$ 163.838 em decorrência de reorganização societária (Nota 11 (b)).

(3) Inclui o ganho de capital pelo encerramento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH em virtude da quitação das obrigações com o programa ensejando que quaisquer rendimentos obtidos pela CAIXA (Agente Financeiro) com a aplicação dos valores sob sua disponibilidade e risco são incorporadas como ganhos (Nota 18 (b)).

Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes a estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União. Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

Os títulos públicos federais estão relacionados na Nota 7. Já as informações sobre dividendos e JCP a serem pagos ao Tesouro Nacional são apresentados na Nota 23 (d). Quanto aos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD, as informações estão apresentadas na Nota 17. Finalmente, os tributos com a União são apresentados na Nota 20.

No curso de suas operações, a CAIXA reconhece valores a receber de seu relacionamento com a União (Controlador e Fundos de Governo) em operações de crédito e prestação de serviços que, em 31/12/2022, totalizavam R\$ 2.745.391 (31/12/2021 – R\$ 2.476.938). Do montante apresentado em 31/12/2022, R\$ 2.090.761 (31/12/2021 – R\$ 1.904.252) está constituído por saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos – Nota 14 (d).



(b) Controladas

Considerando o período coberto pelas demonstrações contábeis, a CAIXA realiza negócios por meio de suas controladas CAIXA Seguridade, CAIXA Loterias, CAIXA Cartões e CAIXA Asset.

A CAIXA detém o controle de forma indireta da Caixa Holding Securitária S.A., da Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A., por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A.

Por meio da Caixa Cartões são controladas as entidades (fase pré-operacional): CAIXA Cartões Adquirência S.A., CAIXA Cartões PAT S.A., CAIXA Cartões Fidelidade S.A. e CAIXA Cartões Contas de Pagamento S.A.

A CAIXA, por meio da CAIXA Asset, detém o controle do Fundo de Investimento Caixa Ibirapuera Renda Fixa.

A CAIXA possui controle no fundo de investimento em direitos creditórios Stone III (FIDC Stone III) com 72,90% de participação.

(c) Controladas em Conjunto

Se enquadram como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto por meio de suas controladas CAIXA Seguridade e CAIXA Cartões.

Por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A. são controladas em conjunto: PAN Corretora de Seguros Ltda, Too Seguros S.A., XS3 Seguros S.A., XS4 Capitalização S.A., XS5 Administradora de Consórcios S.A. e XS6 Assistência S.A.

Por meio da Caixa Cartões, são controladas em conjunto: A Elo Serviços S.A., que tem por objetivo prestar serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos, inclusive através de meios eletrônicos, e a CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A., que tem por objeto explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas ao mercado de meios de pagamento pré-pagos.

São controladas em conjunto, direto na Caixa: Tecban, Caixa Imóveis, Quod e Negócios Digitais.

A CAIXA mantém com a Tecban contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2022, o montante dos numerários da CAIXA em poder da Tecban era de R\$ 2.255.047 (31/12/2021 – R\$ 2.433.472).

(d) Coligadas

São coligadas diretas da CAIXA a Galgo Sistemas de Informações e CIP S.A.

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. (antiga Caixa Seguros Holding S.A.) é uma entidade coligada constituída com o objetivo de participar nas empresas do Grupo CNP Seguros e apresenta a seguinte composição: Caixa Seguradora S.A., CNP Capitalização S.A (antiga Caixa Capitalização), Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., CNP Participações em Seguros Ltda, Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., Youse Seguradora S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros LTDA (antiga Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda), e Companhia de Seguros e Previdência do Sul (Previsul).

A alienação da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios (antiga Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios) foi concluída em 16/11/2022, assim não há mais participação acionária da Caixa Seguridade na Companhia.

Por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A., é coligada a entidade Holding XS1 S.A., que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. como subsidiárias integrais.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade Participações S.A., incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

(e) Pessoal Chave da Administração

Enquadram-se como pessoal chave da Administração as pessoas que detêm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente. Consideram-se também os membros



familiares de até 2º grau e entidades jurídicas aos quais esperam-se que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios com a entidade.

Na CAIXA se enquadram como pessoal chave aqueles com responsabilidade direta e/ou indireta em suas atividades, tais como: membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos.

(f) Outras entidades

As entidades que são controladas ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item “Outras entidades”. Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea; além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FGTS, FAR, FCVS, FIES, além de Cotas dos fundos FGI, FGO e FGAB.

As transações com o FGTS estão demonstradas de acordo com a característica da operação, classificadas nas Notas explicativas: Nota 7 (a) – Títulos e valores mobiliários, Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos, 10 (a) – Outros ativos financeiros, 14 (a) – Outros ativos; 15 (b) – Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas, 16 (b) – Obrigações por empréstimos e repasses, 18 – Outros passivos financeiros, 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, 28 – Outras receitas operacionais, 29 – Outras despesas operacionais e 30 – Constituição e reversão de provisões.

Os ativos com o FCVS são demonstrados na Nota explicativa 10 – Outros ativos financeiros, e, as garantias financeiras prestadas são demonstradas na Nota Explicativa 19 (e) – Garantias financeiras prestadas.

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós-emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais e de resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.



Descrição	INDIVIDUAL											
	31/12/2022						31/12/2021					
	Controladora	Controlada (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligada (3)	Pessoal chave da administração	Outras entidades (4)	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	2.856.653	1.774.705	25.279	33.437	32.062	6.002.293	2.422.081	2.016.748	29.197	5.735	26.155	5.865.548
Aplicações interfinanceiras de liquidez (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325.556
Títulos e valores mobiliários (6)	-	849.285	-	-	-	2.238.880	-	1.967.252	-	-	-	70.993
Rendas a receber	789.503	889.594	25.272	33.430	-	182.039	562.973	31.194	29.197	5.735	-	544.490
Operações de crédito (7)	3.948	-	-	-	587.821	3.442.070	12.628	-	-	-	25.009	3.950.134
Provisões para operações de crédito	-	-	-	-	(557.483)	(29.182)	-	-	-	-	(389)	(1.894)
Outros créditos (8)	2.063.202	35.826	7	7	1.753	381.807	1.846.480	18.302	-	-	1.457	196.905
Provisões para outros créditos (9)	-	-	-	-	(29)	(213.321)	-	-	-	-	78	-
Outros investimentos, valores e bens (10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	779.364
PASSIVO:	4.976.288	1.287	297.143	105.874	37.929	191.316.400	2.445.998	851	154.946	1.629.682	12.832	177.234.781
Depósitos à vista e poupança	687.146	1.287	6.153	105.874	27.166	4.042.890	598.790	851	1.403	209.227	8.572	3.488.087
Depósitos a prazo e letras	279.171	-	-	-	10.763	7.408.117	256.346	-	79.406	-	4.260	615.706
Depósitos especiais de fundos e programas (11)	313.119	-	-	-	-	7.405.703	216.262	-	-	-	-	3.856.187
Captações no mercado aberto (12)	-	-	-	-	-	137.625.032	-	-	-	1.420.455	-	132.119.136
Repasses do país - instituições oficiais (13)	13.513	-	-	-	-	23.384.116	14.727	-	-	-	-	25.126.414
Recursos para destinação específica (14)	3.274.686	-	-	-	-	11.369.419	993.909	-	-	-	-	11.949.751
Obrigações diversas (15)	408.653	-	290.990	-	-	81.123	365.964	-	74.137	-	-	79.500
Garantias recebidas (16)	18.281	-	-	-	298.960	6.513.870	83.290	-	-	-	41.909	6.254.021
Garantias prestadas (17)	-	-	-	-	-	30.308.835	-	-	-	-	-	30.979.459

(1) O montante de R\$ 849.285 em controlada se refere a cotas do FIDC Stone III.

(2) Composto principalmente pelas transações com Elo Serviços e Tecban.

(3) Referem-se principalmente às transações com coligadas do grupo CAIXA Seguridade.

(4) Referem-se principalmente ao FGTS, BNDES, FAT, FGTS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 10.

(5) A variação de aplicações interfinanceiras de liquidez em outras entidades refere-se a liquidações realizadas pela CAIXA no período.

(6) A variação de títulos e valores mobiliários em outras entidades corresponde em maior parte às cotas de fundos registrados a valor justo (FGI, FGHAB e FGO), reclassificados para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução CMN 4.817/2020. Os saldos são apresentados na Nota 7(c).

(7) Saldo divulgado em Outras entidades retificado em 31/12/2021, conforme item Garantias Prestadas (17), abaixo.

(8) A variação em outras entidades se refere à operação de crédito concedidos à Paranapanema.

(9) A variação em outras entidades se refere à provisão de crédito concedidas à Paranapanema.

(10) Do montante em outras entidades, a variação corresponde à reclassificação de cotas dos fundos registrados a valor justo, conforme exposto no item 6, acima.

(11) A variação em outras entidades se refere ao FGM - Fundo Garantidor de Microfinanças.

(12) O saldo em outras entidades é formado em sua maioria por cotas de fundos de investimento. A variação em coligadas refere-se a operações compromissadas com a CAIXA Consórcios.

(13) Em outras entidades, R\$ 21.051.359 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).

(14) A variação em controladora reflete principalmente programas destinados ao pagamento de Auxílio Brasil. O saldo em Outras entidades se refere principalmente a obrigações com o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

(15) Em controladora, R\$ 323.795 se referem a obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19 (a)).

(16) Referem-se, principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.

(17) Referem-se, principalmente a garantia de coobrigação prestada pela CAIXA em operações de crédito, na condição de agente operador, ao FGTS.



Descrição	CONSOLIDADO									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	2.856.653	25.279	122.298	32.062	6.002.293	2.422.081	29.197	140.794	26.155	5.865.548
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325.556
Títulos e valores mobiliários (5)	-	-	-	-	2.238.880	-	-	-	-	70.993
Rendas a receber	789.503	25.272	122.291	-	182.039	562.973	29.197	140.794	-	544.490
Operações de crédito (6)	3.948	-	-	587.821	3.442.070	12.628	-	-	25.009	3.950.134
Provisões para operações de crédito	-	-	-	(557.483)	(29.182)	-	-	-	(389)	(1.894)
Outros créditos (7)	2.063.202	7	7	1.753	381.807	1.846.480	-	-	1.457	196.905
Provisões para outros créditos (8)	-	-	-	(29)	(213.321)	-	-	-	78	-
Outros investimentos, valores e bens (9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	779.364
PASSIVO:	4.976.288	297.143	105.874	37.929	191.316.400	2.445.998	154.946	1.629.682	12.832	177.234.781
Depósitos à vista e poupança	687.146	6.153	105.874	27.166	4.042.890	598.790	1.403	209.227	8.572	3.488.087
Depósitos à prazo e letras	279.171	-	-	10.763	7.408.117	256.346	79.406	-	4.260	615.706
Depósitos especiais de fundos e programas (10)	313.119	-	-	-	7.405.703	216.262	-	-	-	3.856.187
Captações no mercado aberto (11)	-	-	-	-	137.625.032	-	-	1.420.455	-	132.119.136
Repasse do país - instituições oficiais (12)	13.513	-	-	-	23.384.116	14.727	-	-	-	25.126.414
Recursos para destinação específica (13)	3.274.686	-	-	-	11.369.419	993.909	-	-	-	11.949.751
Obrigações diversas (14)	408.653	290.990	-	-	81.123	365.964	74.137	-	-	79.500
Garantias recebidas (15)	18.281	-	-	298.960	6.513.870	83.290	-	-	41.909	6.254.021
Garantias prestadas (16)	-	-	-	-	28.392.084	-	-	-	-	30.979.459

(1) Composto principalmente pelas transações com Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com coligadas do grupo CAIXA Seguridade.

(3) Referem-se principalmente ao FGTS, BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 10.

(4) A variação de aplicações interfinanceiras de liquidez em outras entidades refere-se a liquidações realizadas pela CAIXA no período.

(5) A variação de títulos e valores mobiliários em outras entidades corresponde em maior parte às cotas de fundos registrados a valor justo (FGI, FGHAB e FGO), reclassificados para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução CMN 4.817/2020. Os saldos são apresentados na Nota 7(c).

(6) Saldo divulgado em Outras entidades retificado em 31/12/2021, conforme item Garantias Prestadas (15), abaixo.

(7) A variação em outras entidades se refere às operações de crédito concedidas à Paranapanema.

(8) A variação em outras entidades se refere à provisão de crédito concedidas à Paranapanema.

(9) Do montante em outras entidades, a variação corresponde à reclassificação de cotas dos fundos registrados a valor justo, conforme exposto no item 4, acima.

(10) A variação em outras entidades se refere ao FGM - Fundo Garantidor de Microfinanças.

(11) O saldo em outras entidades é formado em sua maioria por cotas de fundos de investimento. A variação em coligadas refere-se a operações compromissadas com a CAIXA Consórcios.

(12) Em outras entidades, R\$ 21.051.359 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).

(13) A variação em controladora reflete principalmente à programas destinados ao pagamento de Auxílio Brasil. O saldo em outras entidades se refere principalmente a obrigações com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

(14) Em controladora, R\$ 323.795 se referem a obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19 (a)).

(15) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.

(16) Referem-se, principalmente a garantia de coobrigação prestada pela CAIXA em operações de crédito, na condição de agente operador, ao FGTS.



Descrição	INDIVIDUAL				
	2º semestre - 2022				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	970.130	18.337	409.672	368.758	2.506.316
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	-
Rendas com prestação de serviços (5)	767.840	8	409.307	368.758	551.708
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	199.988
Outras receitas operacionais (6)	202.290	18.329	365	-	1.754.620
DESPESAS	(475.609)	(46.337)	(327.507)	(10.971)	(2.185.516)
Captação no mercado	(45.783)	(46.337)	(4.251)	-	(226.035)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(574.410)
Administrativas (8)	-	-	-	-	(22.039)
Outras despesas operacionais (9)	(429.826)	-	(323.256)	(10.971)	(1.363.032)

Descrição	INDIVIDUAL									
	Exercício - 2022					Exercício - 2021				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	1.768.205	40.832	756.412	669.063	4.494.421	1.198.692	154.791	953.468	403.233	5.005.636
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	-	-	69.250	-	-	87
Rendas com prestação de serviços (5)	1.339.171	11	755.963	669.063	985.520	822.196	5	762.313	403.233	759.060
Rendas com administração de fundos de investimento (6)	-	-	-	-	390.730	-	-	-	-	1.877.346
Outras receitas operacionais (7)	429.034	40.821	449	-	3.118.171	376.496	85.536	191.155	-	2.369.143
DESPESAS	(749.764)	(57.633)	(698.877)	(18.461)	(4.277.114)	(85.860)	-	(394.155)	(2.274)	(3.023.309)
Captação no mercado (8)	(81.426)	(57.633)	(7.079)	-	(387.425)	(27.723)	-	(2.603)	-	(102.389)
Pessoal (9)	-	-	-	-	(1.115.044)	-	-	-	-	(1.002.204)
Administrativas (10)	-	-	-	-	(42.445)	-	-	-	-	(51.490)
Outras despesas operacionais (11)	(668.338)	-	(691.798)	(18.461)	(2.732.200)	(58.137)	-	(391.552)	(2.274)	(1.970.206)

(1) Referem-se principalmente às transações com Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com coligadas do grupo CAIXA Seguridade.

(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.

(4) A variação em controlada se refere a rendimentos de títulos de renda fixa do FIDC Stone III.

(5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU. A variação relacionada a coligadas se refere às operações com as investidas da CAIXA Seguridade.

(6) A Variação em outras entidades decorre da redução de receita com os fundos administrados pela CAIXA.

(7) A variação em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais. A variação em controlada em conjunto tem sua maior parcela relacionada à Elo.

(8) A variação em controlada se refere à transação com o Fundo Ibirapuera. A variação em outras entidades refere-se a operações com o FDS, FGS e FAR.

(9) Despesas de previdência complementar com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).

(10) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.

(11) A variação em controladora se deu por conta da atualização monetária sobre os programas de benefícios sociais. Já a variação em controlada em conjunto decorre de transações com a Elo. Em outras entidades, há destaque para despesas com operações de repasses ao BNDES e despesas com provisão para o FCVS.



CONSOLIDADO				
Descrição	2º semestre - 2022			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	970.130	409.672	436.763	2.506.316
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Rendas com prestação de serviços (4)	767.840	409.307	436.763	551.708
Rendas com administração de fundos de investimento (5)	-	-	-	199.988
Outras receitas operacionais (6)	202.290	365	-	1.754.620
DESPESAS	(475.609)	(327.507)	(10.971)	(2.190.506)
Captação no mercado (7)	(45.783)	(4.251)	-	(226.035)
Pessoal (8)	-	-	-	(579.400)
Administrativas (9)	-	-	-	(22.039)
Outras despesas operacionais (10)	(429.826)	(323.256)	(10.971)	(1.363.032)

CONSOLIDADO								
Descrição	Exercício - 2022				Exercício - 2021			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	1.768.205	756.412	810.005	4.494.421	1.198.692	953.468	579.388	5.005.636
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	-	-	-	87
Rendas com prestação de serviços (4)	1.339.171	755.963	810.005	985.520	822.196	762.313	579.388	759.060
Rendas com administração de fundos de investimento (5)	-	-	-	390.730	-	-	-	1.877.346
Outras receitas operacionais (6)	429.034	449	-	3.118.171	376.496	191.155	-	2.369.143
DESPESAS	(749.764)	(698.877)	(18.461)	(4.286.641)	(85.860)	(394.155)	(2.274)	(3.024.884)
Captação no mercado (7)	(81.426)	(7.079)	-	(387.425)	(27.723)	(2.603)	-	(102.389)
Pessoal (8)	-	-	-	(1.124.571)	-	-	-	(1.003.779)
Administrativas (9)	-	-	-	(42.445)	-	-	-	(51.490)
Outras despesas operacionais (10)	(668.338)	(691.798)	(18.461)	(2.732.200)	(58.137)	(391.552)	(2.274)	(1.970.206)

(1) Refere-se às transações com Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguridade.

(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.

(4) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU. A variação relacionada a coligadas se refere às operações com as investidas da CAIXA Seguridade.

(5) A Variação em outras entidades decorre da redução de receita com os fundos administrados pela CAIXA.

(6) A variação em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais. A variação em controlada em conjunto tem sua maior parcela relacionada à Elo.

(7) A variação em controlada se refere à transação com o Fundo Ibirapuera. A variação em outras entidades refere-se a operações com o FDS, FGS e FAR.

(8) Despesas de previdência complementar com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).

(9) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.

(10) A variação em controladora se deu por conta da atualização monetária sobre os programas de benefícios sociais. Já a variação em controlada em conjunto decorre de transações com a Elo. Em outras entidades, há destaque para despesas com operações de repasses ao BNDES.



(g) Média salarial (valores em R\$)

Descrição	INDIVIDUAL			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	67.854	56.197	63.911
Salário médio	44.889	13.323	44.889	12.143
Menor salário	41.868	3.597	41.868	3.330
Benefícios	8.185	3.610	8.630	3.515

(h) Remuneração do pessoal chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

Descrição	INDIVIDUAL		
	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Benefícios de curto prazo	17.349	50.879	41.186
Proventos	12.911	24.169	22.959
Diretoria	11.393	21.117	19.753
Conselho de Administração	174	345	348
Conselho Fiscal	88	195	347
Comitê de Auditoria	854	1.708	1705
Comitê Independente de Risco	402	804	806
Remuneração variável	-	13.938	8.090
Diretoria	-	13.938	8.090
Benefícios	379	752	806
Diretoria	379	752	806
Treinamento	215	589	83
Encargos sociais	3.844	11.431	9.248
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	302	302	94
Benefícios pós emprego	992	1.915	1.828
Previdência complementar	992	1.915	1.828

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.



Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, as estruturas de riscos e de capital são compostas pelo Conselho de Administração – CA; pelo Comitê Independente de Risco – CORIS, que subsidia o CA na tomada de decisões nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital; pelo Conselho Diretor – CD; pela Vice-Presidência de Riscos – VICOR e pelo Diretor Executivo de Riscos – DECOR como *Chief Risk Officer – CRO*.

A Superintendência Nacional de Riscos Corporativos – SUCOR, subordinada à DECOR coordena as iniciativas de adequação da CAIXA ao Novo Acordo de Capitais de Basileia e é responsável por propor a política de gerenciamento de risco do conglomerado CAIXA, a política de gerenciamento de capital e de distribuição de resultados da CAIXA, bem como avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao gerenciamento de riscos e capital do conglomerado.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de risco adequada à natureza das operações e à complexidade de seus produtos, serviços, atividades e processos compatíveis à sua exposição a cada modalidade de risco.

Compõem as estruturas de gerenciamento de riscos os sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam a identificação, mensuração, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes incorridos pela CAIXA, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

A CAIXA adota postura prospectiva segundo os níveis de riscos que está disposta a assumir, constantes na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.

A identificação, avaliação e tomada de decisão quanto à mitigação, transferência ou assunção do risco tem atuação efetiva por parte do gestor responsável, e quando se tratar de exposição relevante, toda decisão tem a anuência dos colegiados pertinentes.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela governança e revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de reduzi-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA estabelece ainda, limites para cada categoria de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado. Tais limites são ajustados periodicamente, considerando a estratégia e o ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade de cada subsidiária assumir riscos e suportar perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito, conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/2017, é entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco de tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento, e sua gestão rigorosa e abrangente fornece estabilidade para os resultados financeiros, contribuindo na geração de valor e na consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A CAIXA possui políticas, normas e procedimentos, os quais estabelecem as diretrizes básicas de atuação relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito e asseguram que a Instituição mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.



As regras aplicáveis aos limites internos associados ao risco de crédito estão alinhadas ao tratamento prudencial brasileiro e às recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária e levam em consideração os elementos críticos associados aos processos, sistemas e pessoas que trazem impacto direto na execução do plano estratégico e nos resultados da Instituição, vinculando-se diretamente à Declaração de Apetite por Riscos – RAS e à Política de Gerenciamento de Risco do Conglomerado CAIXA.

Ademais, as regras e os limites de exposição a riscos vigentes são revisados regularmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA possam trazer impactos significativos ao risco de crédito.

Assim, a diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito sem comprometer sua expansão, alinhada às políticas de risco e de crédito, exige aprimoramento contínuo dos processos relacionados à estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA estava aderente às determinações das Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014. Com a publicação da Resolução CMN nº 4.557/2017 que revogou a Resolução CMN nº 3.464/2007, o gerenciamento de risco incorporou como premissa a visão prospectiva, com monitoramento contínuo e integrado dos riscos, considerando o apetite por risco e a importância sistêmica da instituição, a compatibilidade com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e a resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A área de riscos faz a proposta para a revisão da estrutura de apetite a riscos e demais limites e submete à aprovação das instâncias internas de governança de riscos e por fim para aprovação do Conselho de Administração da CAIXA. A comunicação das propostas de revisão dos limites tramita em sistema informatizado interno construído para essa finalidade.

Os resultados dos indicadores de risco de mercado e seus limites são acompanhados diariamente pela área de riscos, pela tesouraria e pela área de finanças responsável pela gestão de ativos e passivos.

Risco de liquidez

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos em conformidade ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.557/2017.

O risco de liquidez tem como objetivo demonstrar a liquidez da instituição. Os limites definidos para a gestão do risco de liquidez são acompanhados diariamente e, em caso de violação, o PCL pode ser acionado.



Risco operacional

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais.

Essas informações estão armazenadas em banco de dados estruturado e hospedadas em servidor de grande porte. São apresentadas por meio de sistema corporativo e sua construção, manutenção e operacionalização estão documentadas em normativos internos.

A gestão do risco operacional integra também a gestão de crise, de segurança da informação e de continuidade dos negócios, atuando esta última frente em possíveis interrupções nos serviços e atividades, como elemento fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Além dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, também são considerados relevantes os riscos de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação; de crédito de contraparte; de concentração; de estratégia; de imagem/reputação; atuarial; e social, ambiental e climático.

Estrutura de gerenciamento de capital

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A CAIXA reconhece que o gerenciamento de capital é parte integrante e fundamental para o atingimento dos objetivos estratégicos, e possui compreensão abrangente e integrada dos riscos que podem impactar o capital. Considera o seu Plano Estratégico, a Declaração de Apetite por Riscos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência de capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP e da elaboração de Plano de Capital para um horizonte mínimo de 3 anos.

Os limites mínimos de capital e regras de distribuição de resultado aderentes ao planejamento de capital da CAIXA são formalizados em documentos específicos, como a Declaração de Apetite por Riscos e outras normas internas, aprovadas periodicamente pelo Conselho de Administração da CAIXA.

A CAIXA prioriza fontes de capital com características (fonte de recurso, prazo e taxas) compatíveis com seus objetivos estratégicos e sua necessidade de capital, visando a otimização da sua estrutura de capital e de sua eficiência operacional.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP está definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que dispõe sobre a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital. Os procedimentos e parâmetros relativos ao ICAAP estão normatizados na Circular BACEN nº 3.846/2017.

O ICAAP foi implementado na CAIXA em consonância com o disposto na regulamentação e é objeto de relatório anual, com data-base de 31 de dezembro, validado por unidade independente e aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração antes da disponibilização ao BACEN.

A CAIXA acompanha a suficiência do seu capital por meio da avaliação e mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de crédito da contraparte e o risco de concentração), mercado, operacional, e de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária; da avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes, considerando, no mínimo, os riscos de liquidez, estratégia, reputação e socioambiental; e, ainda, por meio da avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

A elaboração de cenários de estresse parte de uma discussão que visa identificar os eventos que poderiam caracterizar uma situação de estresse capaz de produzir efeitos significativos sobre a economia e sobre a CAIXA. Os eventos são



selecionados com base tanto nas expectativas de impactos que esses poderão ter sobre a economia e sobre o negócio da CAIXA, quanto na sua probabilidade de ocorrência.

O resultado do último ICAAP considerando o cenário de normalidade, realizado para data-base dezembro de 2021, apontou que a CAIXA dispõe de capital para fazer frente a todos os riscos materiais e margem de capital relevante, refletindo a capacidade de garantir a solidez patrimonial da instituição.

(a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência – PR	130.417.768	120.529.287
Nível I	107.653.115	94.438.894
Capital Principal – CP	105.939.874	92.725.653
Patrimônio líquido prudencial (1)	120.533.655	110.018.509
Ajustes prudenciais	(14.593.781)	(17.292.856)
Capital Complementar – CC	1.713.241	1.713.241
Nível II	22.764.653	26.090.393
Ativos ponderados pelo risco – RWA	708.468.784	625.604.870
Risco de crédito – RWACPAD	626.131.534	540.773.799
Risco de mercado – RWAMPAD	6.606.646	7.429.099
Risco operacional – RWAOPAD	75.730.604	77.401.972
Adicional de Capital Principal - ACP	24.796.407	18.768.146
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	81.473.910	68.816.536
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	284.995	1.910.680
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	48.658.864	49.802.071
Índice de capital principal (CP / RWA)	14,95%	14,82%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	15,20%	15,10%
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,41%	19,27%
Fator F	8,00%	8,00%

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

(b) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os instrumentos objeto da análise de sensibilidade são aqueles avaliados pelo valor justo, no caso os instrumentos da carteira TVM classificados nas categorias I – Para negociação e II – Disponíveis para venda, conforme categorização da Circular BCB nº 3.068/2001, além dos derivativos financeiros que são avaliados ao valor de mercado conforme Circular BCB nº 3.082/2002.

As flutuações nas taxas de juros, nas taxas cambiais, de preços de ações e preços de mercadorias podem trazer incertezas futuras aos preços dos ativos atrelados a esses fatores de risco contabilizados no balanço patrimonial. A volatilidade dos fatores de risco, portanto, ocasionam volatilidade nos valores contabilizados no balanço patrimonial.

O exercício de análise de sensibilidade captura possibilidades de volatilidade nos fatores de risco e prevê os impactos nos valores contabilizados nos instrumentos financeiros. Contudo valem algumas ressalvas importantes quanto à



metodologia do exercício: i – o exercício é aplicado considerando uma composição estática de balanço, ignorando a capacidade de gerenciamento das exposições da instituição. Principalmente para os títulos prefixados da carteira de negociação, a capacidade para proteção (*hedge*) com a utilização de instrumentos derivativos é alta; ii – não foram aplicados choques ao *spread* de crédito dos instrumentos financeiros privados ou aos títulos públicos; iii – os instrumentos que são objeto de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e seus respectivos instrumentos de *hedge* não estão no escopo do exercício, pois a CAIXA acompanha sistematicamente a efetividade dessas estruturas que de certa forma estão imunes à choques nos fatores de risco.

Destaca-se que os instrumentos que não são avaliados ao valor justo no balanço patrimonial, como os instrumentos de TVM categoria III – Mantidos até o vencimento, as disponibilidades, as aplicações/captações interfinanceiras de liquidez, as operações de crédito, os depósitos bancárias, os depósitos especiais, bem como outros instrumentos no balanço que são sujeitos ao risco de variação das taxas de juros têm seus riscos identificados, mensurados, monitorados, mitigados e reportados à governança de riscos da CAIXA em arcabouço próprio de gerenciamento de riscos, consubstanciados na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BCB nº 3.876/2019, e portanto não fazem parte do presente exercício. As sensibilidades desses instrumentos são analisadas e monitoradas, e a instituição separa parte de seu capital para o enfrentamento das perdas decorrentes das variações desses fatores de risco. As informações para esses riscos constam do relatório de Pilar III, disponível no sítio da CAIXA na internet.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 25% ao cenário I para o fator de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 1% para os demais fatores de risco;
- Cenário III: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 2,5% para os demais fatores de risco;
- Cenário IV: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 5% para os demais fatores de risco;
- Cenário V: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,75% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 1% para os demais fatores de risco;
- Cenário VI: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,5% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 2,5% para os demais fatores de risco; e
- Cenário VII: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 5% para os demais fatores de risco.

Os resultados dos instrumentos financeiros apurados em 31/12/2022 estão sintetizados no quadro a seguir:

Fator de Risco	Cenário I - MtM R\$ mil	Choque de Alta nas Taxas de Juros			Choque de Baixa nas Taxas de Juros		
		Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI	Cenário VII
		Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil
CDI	88.943.541	(1.643.112)	(4.012.777)	(7.726.595)	1.696.483	4.346.735	9.067.995
Pré	11.862.077	(80.377)	(197.336)	(383.122)	82.370	209.789	432.955
Cupom IPCA	1.112.449	(38.531)	(92.985)	(175.633)	40.440	104.935	223.732
Cupom TR	1.345.045	(75.466)	(175.907)	(315.254)	83.293	225.196	517.820
Cupom SELIC	120.640.664	(119.122)	(237.966)	(356.534)	119.400	239.079	359.038
Cupom IGPM	12.980	(658)	(1.557)	(2.855)	709	1.880	4.164
TAXA DE EXPOSIÇÃO	223.916.756	(1.957.266)	(4.718.528)	(8.959.993)	2.022.695	5.127.614	10.605.704
Variação %		-0,87%	-2,11%	-4,00%	0,90%	2,29%	4,74%

Valor justo

Considerando o conceito de valor justo, quando não houver preço cotado em mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar,



a CAIXA define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de apuração praticada pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado, e assumindo pressupostos como a adoção de um *spread* de crédito a partir do *rating* de crédito do emissor, a inclusão de um modelo de resgate antecipado por taxa de desconto definida na construção de árvore binomial de probabilidade (para instrumentos com possibilidade de resgate antecipado) ou de outras técnicas de avaliação.

Pelo método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os fluxos de juros, pagamento de principal e curvas de desconto.

O *spread* de crédito visa ajustar o preço com base na percepção de mercado ou interna sobre a situação do emissor de um determinado instrumento na data do balanço.

O modelo de construção de árvore binomial de probabilidade de Hull é utilizado para avaliar instrumentos privados com cláusula de resgate antecipado.

O IFRS 7 especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.
- Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.
- Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

Os métodos e pressupostos descritos acima podem resultar em um valor justo que não indique o valor realizável líquido de um instrumento em uma operação específica, dadas as condições de mercado. No entanto, a CAIXA acredita que os métodos e pressupostos adotados são apropriados às características contratuais de cada instrumento e consistentes com as melhores práticas de mercado. Além disso, a aplicação de métodos ou o uso de pressupostos diferentes na apuração do valor justo pode gerar outros resultados de valor justo na data do balanço, dado que esses instrumentos são naturalmente sensíveis aos métodos e pressupostos assumidos dadas as suas características contratuais.

Os insumos para coleta de dados, que compõem o processo de formação de preço dos instrumentos, como fonte primária, são obtidos das seguintes fontes:

- Mercado secundários de títulos públicos federais: ANBIMA;
- Cotações de ações, preços e ajustes de contratos futuros, taxas de mercado para swap, taxa DI: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.



Hierarquia do valor justo

INDIVIDUAL					
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial					
	31/12/2022		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO					
Ativos Financeiros	1.541.677.896	1.376.164.251	212.286.381	1.152.522.680	11.355.190
Depósitos compulsórios no Banco Central	103.890.058	96.868.154	-	96.868.154	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	124.832.354	123.026.343	-	123.026.343	-
Títulos e Valores Mobiliários	239.478.788	223.955.416	212.286.381	313.845	11.355.190
Instrumentos financeiros derivativos	551.384	551.384	-	551.384	-
Carteira de crédito	1.012.173.119	875.266.787	-	875.266.787	-
Outros ativos financeiros	60.752.193	56.496.167	-	56.496.167	-
PASSIVO					
Passivos Financeiros	1.389.769.078	1.362.418.173	-	823.662.710	538.755.463
Recursos de instituições financeiras e outras	629.291.222	679.023.998	-	679.023.998	-
Recursos de clientes	601.982.476	537.590.463	-	-	537.590.463
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	157.330.380	144.638.712	-	144.638.712	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.165.000	1.165.000	-	-	1.165.000
CONSOLIDADO					
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial					
	31/12/2022		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO					
Ativos Financeiros	1.543.547.080	1.378.107.196	212.286.381	1.153.616.340	12.204.475
Depósitos compulsórios no Banco Central	103.890.058	96.868.154	-	96.868.154	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	124.832.354	123.026.343	-	123.026.343	-
Títulos e Valores Mobiliários	240.094.361	224.804.701	212.286.381	313.845	12.204.475
Instrumentos financeiros derivativos	551.384	551.384	-	551.384	-
Carteira de crédito	1.013.271.878	876.216.442	-	876.216.442	-
Outros ativos financeiros	60.907.045	56.640.172	-	56.640.172	-
PASSIVO					
Passivos Financeiros	1.353.300.770	1.329.184.397	-	790.430.403	538.753.994
Recursos de instituições financeiras e outras	628.372.474	678.386.151	-	678.386.151	-
Recursos de clientes	601.981.087	537.588.994	-	-	537.588.994
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	121.782.209	112.044.252	-	112.044.252	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.165.000	1.165.000	-	-	1.165.000



Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2/2020 destacamos a seguir o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

INDIVIDUAL			
Evento	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	5.493.435	9.458.459	15.848.435
Eventos Não Recorrentes (b)	2.313.722	2.313.722	7.152.939
PDVE (1)	-	-	97.404
CAIXA Seguridade (2)	-	-	4.742.586
Banco PAN (3)	-	-	1.862.799
Lucro na venda de imóveis - FII CAIXA Agências (4)	-	-	135.650
CAIXA Cartões (5)	-	-	314.500
Desreconhecimento de obrigações IHCD (6)	2.155.047	2.155.047	-
Venda de participações societárias CNP Consórcios (7)	158.675	158.675	-
Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (8)	(1.173.059)	(1.173.059)	(2.503.757)
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	1.140.663	1.140.663	4.649.182
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	4.352.772	8.317.796	11.199.253
CONSOLIDADO			
Evento	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	5.399.803	9.774.203	17.268.262
Eventos Não Recorrentes (b)	1.745.668	1.745.668	7.152.939
PDVE (1)	-	-	97.404
CAIXA Seguridade (2)	-	-	4.742.586
Banco PAN (3)	-	-	1.862.799
Lucro na venda de imóveis - FII CAIXA Agências (4)	-	-	135.650
CAIXA Cartões (5)	-	-	314.500
Desreconhecimento de obrigações IHCD (6)	1.505.251	1.505.251	-
Venda de participações societárias CNP Consórcios (7)	240.417	240.417	-
Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (8)	(1.169.402)	(1.169.402)	(2.343.295)
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	576.266	576.266	4.809.644
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	4.823.537	9.197.937	12.458.618

- **2022**

(6) Receita relativa ao desreconhecimento do passivo de juros e atualização monetária do contrato nº 504/PGFN/CAF do IHCD (Nota 17).

(7) Ganho com a venda de participações societárias na CNP Consórcios pela CAIXA Seguridade, reconhecido proporcionalmente à participação societária indireta detida pela CAIXA (Nota 11).

(8) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

- **2021**

(1) Reversão de despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados.

(2) Ganho decorrente de alteração da participação relativa apurada sobre investimentos da CAIXA Seguridade, em função da conclusão de operação de parcerias societárias, no montante de R\$ 1.472.418. Compreende também o ganho com a venda das ações da CAIXA Seguridade, em R\$ 3.270.168.

(3) Ganho decorrente da venda das ações do Banco Pan.

(4) Lucro na venda de imóveis com a integralização de cotas do Fundo de Investimento Imobiliário CAIXA Agências por meio de subscrição ao Fundo.



(5) Ganho em virtude da formação de nova parceria societária da CAIXA Cartões Holding S.A. (“CAIXA Cartões”), nos termos do acordo com o consórcio composto pelos parceiros VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR.

(8) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

Nota 35 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimento financeiro	411.204.498	352.961.172
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	304.080.030	291.895.979
Fundos de ações	31.777.026	32.526.871
Total	747.061.554	677.384.022

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

(2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

Nota 36 – Eventos subsequentes

A Caixa Seguridade Participações S.A informou em fato relevante divulgado no dia 27 de janeiro de 2023 que concluiu a alienação da totalidade da participação societária detida pela Companhia na CNP Participações em Seguros Ltda. (“Holding Saúde”, anteriormente denominada CNP Seguros Participações em Saúde Ltda.), que detém as participações na Companhia de Seguros Previdência do Sul (“Previsul”) e na CNP Capitalização S.A. (“CNP Cap”), pelo valor total de R\$ 166.776 mil conforme previsto em Contrato celebrado em 13 de setembro de 2022 entre a Companhia e a CNP Assurances S.A.

A CAIXA reconheceu em suas Demonstrações Contábeis de 31/12/2022 os impactos de evento subsequente divulgado na mídia em janeiro de 2023 relativo a caso específico de grupo de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial, reforçando por sua vez a provisão para créditos de liquidação duvidosa que em 31/12/2022 alcançou o montante de 249 milhões, que representa o provisionamento de 50% da carteira em virtude da deterioração do risco de crédito.



Maria Rita Serrano
Presidenta

Eduardo Falk Antonio
Vice-presidente em exercício

Eduardo Krieger Scherer
Vice-presidente em exercício

Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Vice-presidente

Matheus Neves Sinibaldi
Vice-presidente em exercício

Mônica dos Santos Monteiro
Vice-presidente

Rodrigo Souza Wermelinger
Vice-presidente em exercício

Rogério Saab
Vice-presidente em exercício

Saulo Farhat Paiva
Vice-presidente em exercício

Tiago Cordeiro de Oliveira
Vice-presidente em exercício

Marcos Brasileiro Rosa
Vice-Presidente de Finanças e Controladoria
Respondendo cumulativamente pela DE Contadoria e Controladoria
Nos termos da Portaria 0799/2023 - PRESI

Juliana Grigol Fonseca
Superintendente Nacional
Contadora CRC/DF 020734/O-3-DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira CAIXA (CAIXA) e para as subsidiárias que adotaram o regime de COAUD único: CAIXA Loterias S.A. e CAIXA Asset. O COAUD tem como principais responsabilidades o monitoramento do processo de elaboração e da qualidade das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e da efetividade e independência das auditorias interna e independente. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento sem poder decisório ou funções executivas. Suas atribuições são definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução CMN nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA, e por seu Regimento Interno, disponível no *site* <http://www.caixa.gov.br>.

2. Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de CAIXA, de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de acordo com as atribuições da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O processo de supervisão efetuado pelo COAUD baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas pelas diversas áreas de negócio e de suporte, no resultado do trabalho dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, controles internos e conformidade, além das próprias análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

3. Atividades do período

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente. Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2022, aprovado pelo CA, o Comitê reuniu-se em 59 ocasiões entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022. Nas diversas reuniões realizadas nestas oportunidades abordou, em vista da natureza de suas atividades, assuntos relacionados a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, e tecnologia da informação (TI). O Presidente do Comitê participou de reuniões do Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS), buscando alinhamento e evitando duplicidade de trabalho entre os colegiados. O Presidente, como membro do Conselho e Administração, participou também de todas as reuniões do CA da CAIXA, conforme previsto no Art. 69, §1º do Estatuto da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

I - Órgãos reguladores e de controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e a área de Riscos e Controles Internos sobre o *follow-up* desses apontamentos.

O Comitê participou de reuniões semestrais com representantes dos Departamentos de Supervisão Bancária (DESUP) e de Supervisão de Conduta (DECON) do BACEN.

II - Auditoria Interna

Em reuniões com a equipe de Auditoria Interna, o COAUD acompanhou o cumprimento do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT), e tomou conhecimento das conclusões e recomendações resultantes dos trabalhos executados.

III - Auditoria Independente

O Comitê também avalia anualmente a objetividade e independência dos auditores independentes, a qualidade e efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê.

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) foram relacionados a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mensuração da provisão Fundos de Compensação de Valores (FCVS), provisões para contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas, benefícios pós-emprego, realizações do Crédito Tributário, e ênfase relacionada a controles de Tecnologia da Informação (TI).

IV - Controles internos, conformidade e gerenciamento de riscos

O Comitê realizou reuniões com as áreas responsáveis com o objetivo de acompanhar: os aspectos relativos à qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes, e os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

V - Ouvidoria

Durante o período, o Comitê manteve reuniões com a Ouvidoria da instituição para acompanhamento da efetividade dos canais de atendimento e do Relatório Semestral da Ouvidoria, elaborado em consonância com o Artigo 12 da Resolução CMN nº 4.860/2020.

VI - Corregedoria

Com o gestor da Corregedoria, em diversas reuniões, acompanhou as apurações relacionadas às denúncias disciplinares de dirigentes da alta administração da Instituição que são encaminhadas ao CA, assim como acompanhou as atividades do Canal de Denúncias.

VII - Demonstrações Contábeis

CAIXA

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalva. Durante o exercício e até a data de emissão deste relatório, reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

VIII - Outras atividades

Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê esteve envolvido no acompanhamento, junto às áreas responsáveis, dos seguintes assuntos durante o exercício 2022: (i) os processos relativos à avaliação da coerência das premissas e cálculos atuariais dos planos de previdência e de cobertura dos planos de saúde da CAIXA; (ii) as provisões para os passivos contingentes trabalhistas, tributários e cíveis, e adequação normativa ao CPC 25; (iii) a estratégia para sanar a dependência tecnológica da CAIXA em relação empresa UNISYS, referente ao sistema que administra praticamente a totalidade dos produtos de Crédito Imobiliário; (iv) a carteira de crédito, quanto à inadimplência e à Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), assunto acompanhado em conjunto com o CORIS; (v) acompanhamento do atendimento às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e (vii) aplicação das medidas de consequências.

Durante o período, os membros do Comitê participaram de atividades em temas relacionados às suas responsabilidades/atuações, conforme preconiza a Lei nº 13.303/2016.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, considerando a necessidade de melhorias da estrutura de tecnologia da instituição e dos respectivos controles, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam crescente nível de melhoria, contribuindo para sua efetividade, pelas mudanças que estão ocorrendo;

- ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;
- iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas da minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalva, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, 17 de março de 2023.

BRENO DO CARMO MOREIRA
VIEIRA

CLARICE COPPETTI

LEONARDO BORDEAUX REGO
MACHADO

RICARDO MAGALHÃES GOMES
Presidente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos

**Administradores, Acionistas e ao Conselho de Administração da
Caixa Econômica Federal - CAIXA**

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caixa Econômica Federal em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (h) e 9 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 31 de dezembro de 2022, R\$ 46.427.588 mil (individual e consolidado) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que compreendem, as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a CAIXA classifica as operações de crédito, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco (“ratings”), do “AA” (risco mínimo) ao “H” (risco máximo) de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da CAIXA, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores, e aos garantidores. Adicionalmente, a CAIXA realiza provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da CAIXA.

Devido à relevância da carteira de crédito e do montante de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, às incertezas e o grau de julgamento inerentes à classificação das operações de crédito em níveis de riscos, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados na determinação da provisão complementar, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave, manuais e automatizados, relacionados aos processos de: (i) aprovação e registro das operações de crédito; e (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas e julgamentos utilizados na classificação das operações de crédito em níveis de risco (“ratings”);
- Avaliação, com base em amostragem, se a CAIXA atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 tais como: (i) análise dos dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes e operações pela CAIXA, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operações e/ou financeiras e garantias, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da CAIXA, incluindo os ratings internos complementares aos indicados na referida Resolução; e (ii) análise do cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a aplicação pela CAIXA dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Reconhecimento e mensuração dos passivos contingentes e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (q) e 19 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios, com as respectivas provisões registradas no montante de R\$ 12.707.778 mil (individual e consolidado).

Parte dessas provisões foram constituídas considerando: (i) a análise individualizada realizada por advogados internos da CAIXA para as ações relevantes, baseada na repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor, ponderada pela situação do expediente e jurisprudência predominante em causas similares, para determinar a probabilidade de perda e valor estimado de condenação; ou (ii) modelo estatístico massificado para ações trabalhistas que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à CAIXA.

Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas as ações trabalhistas a, incluindo as divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos que este é assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade de certos controles internos relacionados à: (i) avaliação sobre os modelos massificados utilizados na mensuração da provisão para passivos contingentes; (ii) revisão da estimativa da probabilidade de perda e do valor atribuído às ações relevantes analisadas de forma individualizada pelos advogados internos da CAIXA; e (iii) análise retrospectiva sobre a suficiência de provisão pela CAIXA, bem como a avaliação dos métodos, dados e premissas que suportam as provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimentos em estatística, da metodologia estatística massificada utilizada na mensuração da provisão de ações trabalhistas e recálculo da referida de acordo com os critérios estabelecidos;
- Para as ações relevantes (análise individualizada), avaliação, por meio de amostragem estatística e seleção de itens específicos, dos estudos técnicos preparados pelos consultores jurídicos internos da CAIXA, com a fundamentação para definição da probabilidade de perda e valor estimado de condenação dos processos, e avaliação da consistência das informações dos estudos técnicos por meio de consultas nos sites dos tribunais. Para uma seleção específica, envolvemos nossos especialistas jurídicos que nos auxiliaram na avaliação dos méritos técnicos e da documentação suporte para definição da probabilidade e estimativa de perda;
- Avaliação, da suficiência de provisão para as ações fiscais, cíveis e trabalhistas, através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos individualmente relevantes que tenham divergido em relação ao valor provisionado; e
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas as ações trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do reconhecimento e da mensuração das provisões relacionadas as ações relevantes analisadas individualmente, e a avaliação da mensuração das ações trabalhistas analisadas por critério estatístico massificado, bem como as divulgações e mensuração dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Mensuração das provisões dos benefícios pós-emprego

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (r) e 21 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta- alimentação disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas. Parte relevante destes planos são classificados como planos de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a mensuração desses passivos requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido à complexidade e julgamento na mensuração dos passivos atuariais e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas para mensuração dos passivos atuariais;
- Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e recálculo de planos selecionados. Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos os atuários externos no cálculo das provisões dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas; e
- Avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente quanto à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (i) e 20 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou créditos tributários nos valores de R\$ 54.041.488 mil e R\$ 54.043.069 mil (individual e consolidado) referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela CAIXA. Os créditos tributários originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição enquanto a realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA na utilização de premissas.

Devido ao alto grau de julgamento necessário na avaliação das premissas relevantes que são consideradas na projeção de lucros tributáveis futuros, e ao impacto relevante que eventuais mudanças nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave referentes a elaboração e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários preparados pela CAIXA, de acordo com as projeções de lucros tributáveis futuros;

- Com auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela CAIXA considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (ii) Recalculamos os valores incluído no estudo técnico de realização dos créditos tributários;

- Envolvimento dos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos créditos tributários; e

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente à expectativa de realização de créditos tributários.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável os saldos de créditos tributários registrados, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Mensuração das provisões para créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) no montante líquido de R\$ 32.234.742 mil (individual e consolidado), e provisão FCVS a receber no montante de R\$ 8.285.262 mil (individual e consolidado).

A realização dos créditos cobertos pelo FCVS, depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação específica e segue um processo de novação (emissão de títulos por parte da União). A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS, visa capturar o risco vinculado ao recebimento dos ativos, considerando principalmente, a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS, independentemente da sua fase no processo de novação (Não Habilitados, Habilitados Não Homologados, Homologados, Negativa de Cobertura, Novados Não Baixado), devido à eventual insuficiência de documentação comprobatória conforme requerido pelas regras em vigor.

Devido ao alto grau de julgamento para determinação do método e das premissas utilizadas para mensuração destas provisões, consideramos este assunto como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação da metodologia de cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, processamento e contabilização das provisões;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimento em estatística, dos métodos e premissas através de: (i) análise se a metodologia permite capturar a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS para todas as fases do processo de novação ; e (ii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados para determinar a provisão para créditos junto ao FCVS;

- Avaliação, por meio de amostragem, das informações de dados contratuais e fases do processo de novação utilizadas no cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, bem como confronto dos saldos contábeis; e

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de mensuração das provisões para créditos junto ao FCVS.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos das provisões para crédito junto ao FCVS no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da CAIXA possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a CAIXA fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Devido a elevada dependência da CAIXA de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação (i) testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave de acesso a sistemas e aplicações, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos; (ii) efetuamos testes, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e (iv) quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que até a presente data não foram elaboradas e divulgadas pela CAIXA.

Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre/exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre e exercício correntes, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 22 de fevereiro de 2022. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 20 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer nº 060 – Ata nº 849, de 21/03/2023

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, Distribuição dos Resultados e Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 67, incisos III e V, do Estatuto Social da Empresa, combinado com o Artigo 163, incisos III e VII, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, examinou as seguintes matérias aprovadas pela Resolução do Conselho de Administração nº 1337/2023 da Ata nº 800, de 20/03/2022: **a)** Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; **b)** distribuição dos resultados referentes ao exercício de 2022, no valor de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), proposta pela administração; e **c)** incorporação das Reservas de Loterias no valor de R\$ 1.068.410.344,53 (um bilhão e sessenta e oito milhões quatrocentos e dez mil e trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) ao Capital Social da CAIXA. O Conselho, tomando por base a manifestação da KPMG Auditores Independentes, e o Parecer do Comitê de Auditoria nº 064/2023 da Ata nº 418, de 16/03/2023, **emite opinamento favorável**. Observado o exposto, o Colegiado **não identificou óbices** à divulgação das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2022.

Brasília, 21 de março de 2023.

LUCIANO MOURA CASTRO
DO NASCIMENTO
Membro Suplente

MARIANGELA FIALEK
Membro Titular

WALDEIR MACHADO DA SILVA
Presidente

Parecer do Conselho de Administração

Parecer nº 011 – Ata nº 800, de 20/03/2023

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício de 2022; a revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário; a Distribuição dos Resultados; a incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social; e a Execução Orçamentária da CAIXA referente ao exercício de 2022.

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 38, inciso XVI, alínea “c”, do Estatuto Social da CAIXA, considerando a manifestação da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Comitê de Auditoria nº 064/2023, de 16/03/2023, **aprovou: 1)** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício de 2022; **2)** a revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário, **3)** a proposta de Distribuição dos Resultados no valor de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais); **4)** a incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social no valor de R\$ 1.068.410.344,53 (um bilhão e sessenta e oito milhões quatrocentos e dez mil e trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos); e **5)** a Execução Orçamentária da CAIXA referente ao exercício de 2022.

Brasília, 20 de março de 2023.

EDMUNDO AUGUSTO CHAMON

ERIC NILSON LOPES FRANCISCO

MARIA RITA SERRANO

PRICILLA MARIA SANTANTA

RICARDO MAGALHÃES GOMES

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA

ROGERIO RODRIGUES BIMBI
Presidente